

# ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA **IPS AMAZÔNIA 2014**

Daniel Santos, Danielle Celentano, Jaime Garcia  
Antonio Aranibar e Adalberto Veríssimo

**#PROGRESSO  
SOCIAL  
BRASIL**



**SOCIAL  
PROGRESS  
IMPERATIVE**

# ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA **IPS AMAZÔNIA 2014**

---

Daniel Santos, Danielle Celentano, Jaime Garcia  
Antonio Aranibar e Adalberto Veríssimo

Iniciativa:

**#PROGRESSO  
SOCIAL  
BRASIL**

Realização:



Em parceria com:

**SOCIAL  
PROGRESS  
IMPERATIVE**

Apoio:



© Copyright 2014 by Imazon

**Autores**

Daniel Santos, Danielle Celentano, Jaime Garcia,  
Antonio Aranibar e Adalberto Veríssimo

**Revisão de Texto**

Glaucia Barreto  
(glauciabarreto@hotmail.com)

**Capa e Projeto Gráfico**

Luciano Silva  
www.rl2design.com.br

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

---

I39 Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: IPS Amazônia 2014

Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: IPS Amazônia 2014 /  
Daniel Santos; Danielle Celentano; Jaime Garcia; Antonio Aranibar; Adal-  
berto Veríssimo – Belém, PA: Imazon; Social Progress Imperative, 2014.

104 p.; 21,5 x 28 cm  
ISBN 978-85-86212-63-5

1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 2. AMAZÔNIA. 3. PRO-  
GRESSO SOCIAL. I. Santos, Daniel. II. Celentano, Danielle. III. Garcia, Jaime.  
IV. Aranibar, Antonio. V. Veríssimo, Adalberto. VI. Instituto do Homem e Meio  
Ambiente da Amazônia – IMAZON. VII. Social Progress Imperative.

CDD: 338.9811

---

Os dados e opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade dos autores e não refletem  
necessariamente a opinião dos financiadores deste estudo.



Rua Dom Romualdo de Seixas, 1698  
Edifício Zion • 11º Andar • Umarizal • CEP 66055-028 • Belém – Pará – Brasil  
Tel.: (91) 3182-4000 • Fax: (91) 3182-4027  
www.imazon.org.br • imazon@imazon.org.br

# AGRADECIMENTOS

Este estudo é um produto da colaboração propiciada pela rede #Progresso Social Brasil, liderada por Glaucia Barros (Avina), Paula Sarquis e Elaine Smith, com apoio de Heloisa Montes e Renato Souza (Deloitte). Este estudo contou com apoio financeiro da Fundação Avina, Fundação Skoll e da Climate and Land Use Alliance (CLUA). Somos gratos pela colaboração dos colegas do Imazon, em especial Silvio Renan Moura, Rhayssa Veríssimo, Thiago Sozinho dos Santos, Eli Franco Vale e da consultora Carolina Hoshino, que auxiliaram na coleta, revisão e organização dos dados. Sarah Orzell (SPI) nos apoiou com os métodos estatísticos. Glaucia Barros, Juliana Strobel e Fernanda Ferreira, da Fundação Avina, deram apoio logístico, estratégico e institucional ao projeto em todas as suas fases. Agradecemos aos revisores deste estudo e a todos os que participaram das reuniões propiciadas pela rede #Progresso Social Brasil para discutir os resultados preliminares do índice, em especial a Rodrigo Bandeira (Cidade Democrática), Tasso Azevedo (empreendedor socioambiental), Bruno Bidoia (Natura), Carina Pimenta (Fundo Vale), Carolina de Stefano (Camargo Correa), Carolina Evangelista (Avina), Leandro Pinheiro (Instituto Camargo Correa), Maurício Voivodic (Imaflora), Laurent Micol (ICV), Patrícia Rezende (Camargo Correa), Pedro Massa (Coca-Cola), Sérgio Guimarães (ARA/ICV), Ricardo Cardoso (Imaflora), Rafael Guimarães (Natura), Renata Puchala (Natura), Ricardo Abramovay (USP), Roberto Smeraldi (Amigos da Terra - Programa Amazônia Brasileira), Anna Maria Medeiros Peliano (IEA/USP) e Valmir Ortega (consultor independente). Agradecemos à equipe administrativa do Imazon pelo apoio durante a realização deste trabalho.

Danielle Celentano, aluna do Programa de doutorado da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Bionorte) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (Fapema), agradece adicionalmente o auxílio de Guillaume Rousseau, Josiete Mendonça e Maria Belisa da Silva durante sua participação nesta iniciativa.

# PREFÁCIO

A Amazônia brasileira é um microcosmo global dos maiores desafios que a humanidade enfrenta no século 21: encontrar o equilíbrio entre a necessidade de acelerar o progresso social, acabar com a pobreza e permitir que todos tenham uma vida plena, aliado com a necessidade de proteger nosso frágil meio ambiente. O Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira lida com este desafio de duas maneiras. Ele é um poderoso apelo para que governos, empresas e sociedade civil ajam no sentido de atender às necessidades das pessoas que vivem na Amazônia brasileira. É, também, o primeiro esforço para avaliar o progresso social de forma rigorosa, consistente e holística em nível subnacional, representando um modelo para as comunidades ao redor do mundo.

A Amazônia brasileira abriga cerca de um terço das florestas tropicais e pelo menos um quinto da biodiversidade do planeta. O bem-estar de toda a humanidade depende da conservação e do uso sustentável de ecossistemas como a Amazônia. No entanto, não poderemos proteger esse bem público global se negligenciarmos o bem-estar dos mais de 24 milhões de cidadãos que povoam esta região de 5 milhões de quilô-

metros quadrados, uma área maior que a dos 28 países da União Europeia juntos.

O relatório “Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira - IPS Amazônia” mostra que o cidadão comum desta região enfrenta enormes deficiências em quase todos os componentes do progresso social: há dificuldades dramáticas de acesso à água limpa e saneamento básico; problemas na qualidade da educação básica; informação e meios de comunicação deficientes; e a maioria ainda tem pouca oportunidade de chegar ao ensino superior. Além disso, o cidadão da Amazônia enfrenta restrições importantes de direitos individuais e de liberdade de escolha, principalmente por causa das dificuldades de mobilidade nas cidades, gravidez precoce na infância e adolescência e violência generalizada, que afeta especialmente os jovens.

A realidade social de 772 municípios e dos nove estados que compõem a Amazônia brasileira é dramática. Quase 98,5% dos municípios amazônicos têm uma pontuação de progresso social inferior à média nacional. E, o Brasil ocupa somente a 46ª posição de progresso social entre os 132 países no mundo.

# PREFÁCIO

O Índice de Progresso Social da Amazônia brasileira foi concebido como uma ferramenta para a ação, que permite identificar questões sociais urgentes em todos os municípios. Também identifica histórias de sucesso: municípios que foram bem-sucedidos em transformar os recursos econômicos em progresso social.

Este relatório foi concebido e apoiado pela #Progresso Social Brasil, uma rede emergente de parceiros que reúne diferentes setores da sociedade no País em torno do objetivo comum de melhorar o progresso social. Nós da *Social Progress Imperative* agradecemos especialmente ao Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) por liderar este projeto e à Fundação Avina e Deloitte Brasil por liderarem esta rede.

Temos certeza que o mundo inteiro poderá aprender com esta iniciativa no Brasil, visto que este ocupa a melhor posição entre os países emergentes para mostrar que é possível promover o progresso social e, ao mesmo tempo, ter um crescimento econômico forte, sustentabilidade ambiental e instituições democráticas sólidas.

O mundo também poderá aprender com a metodologia utilizada neste relatório, na qual

o modelo de Índice de Progresso Social Global criado para medir o desempenho das nações foi adaptado para medir o que realmente é importante para as pessoas da região amazônica. Portanto, o Índice de Progresso Social construído para a Amazônia brasileira combina tanto indicadores globalmente relevantes - tais como taxa de mortalidade materna, de acesso à água e matrícula no ensino médio - como indicadores customizados adaptados ao contexto local - tais como taxa de desmatamento, gravidez precoce na infância e adolescência e violência contra indígenas.

É possível adaptar a estrutura de progresso social sobre a qual os índices Global e da Amazônia estão construídos para mostrar com clareza a realidade local, a fim de que sejam implementadas ações em comunidades em qualquer lugar do planeta. Nossa expectativa é que este relatório seja a primeira de muitas iniciativas semelhantes ao redor do mundo para medir e promover o progresso social usando esta nova ferramenta. Agradecemos contribuições com comentários e a qualquer interessado em integrar a rede #Progresso Social Brasil.

Michael Green, SPI

(Diretor Executivo da *Social Progress Imperative*)

# RESUMO

A Amazônia é conhecida internacionalmente pela sua imensa floresta, biodiversidade e recursos naturais. Essa riqueza vem sendo utilizada de forma predatória e ao mesmo tempo persistem na região problemas sociais graves e faltam oportunidades para a população. De fato, a Amazônia brasileira tem apresentado indicadores sociais inferiores às outras regiões do Brasil. Até recentemente, o desempenho social da Amazônia era avaliado somente por índices que sofrem forte influência da economia. Com a criação do Índice de Progresso Social (IPS) em 2013, tornou-se possível avaliar o progresso social da região considerando exclusivamente indicadores sociais e ambientais.

O IPS foi originalmente proposto para a escala global. No entanto, diversas iniciativas nacionais e subnacionais estão surgindo. Uma delas (IPS Amazônia), promovida pela rede #Progresso Social Brasil, é liderada pelo Imazon em parceria com a SPI na Amazônia Legal. O IPS Amazônia busca responder as mesmas perguntas do IPS Global e tem o mesmo método estatístico. No entanto, alguns dos indicadores utilizados são diferentes a fim de refletir a realidade social e ambiental da região. Para calcular o IPS Amazônia foram utilizados 43 indicadores recentes e de fontes confiáveis. Esses indicadores estão agrupados em três dimensões e doze

componentes. O índice varia de zero (pior) a 100 (melhor).

O IPS Amazônia representa o diagnóstico mais detalhado do progresso social e ambiental de 772 municípios da região e dos seus nove estados (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Além do relatório com os principais resultados do IPS Amazônia, está sendo lançado o website [www.ipsamazonia.org.br](http://www.ipsamazonia.org.br), onde estão apresentados os resultados municipais desagregados. No site é possível avaliar a performance social de todos os municípios, suas fortalezas e fraquezas em relação a outros municípios da região com o mesmo desempenho econômico.

O IPS médio da Amazônia (57,31) é inferior à média nacional (67,73). Comparada com o restante do Brasil, a região apresenta resultados inferiores para todas as dimensões e quase todos os componentes do IPS. A Dimensão 1 do IPS (Necessidades Humana Básicas) apresentou um índice de apenas 58,75 - abaixo da média nacional de 71,60. Entre os componentes dessa dimensão inclui-se “Água e saneamento”, que teve o pior resultado (35,35). Por sua vez, a segunda Dimensão (Fundamentos para o Bem-estar) obteve o melhor resultado (64,84), mesmo assim, o valor está abaixo da média nacional (70,42). Entre os componentes, o pior resulta-

do foi no Acesso à informação e comunicação (53,36). Por outro lado, o melhor resultado foi alcançado pelo componente Sustentabilidade dos ecossistemas (74,85), devido principalmente à queda recente no desmatamento e também a maior proporção de Áreas Protegidas (Terras Indígenas e Unidades Conservação) existentes na região. Por fim, a Dimensão 3 (Oportunidades) teve o pior desempenho da região, com um índice de apenas 48,33.

Os estados da Amazônia apresentam uma disparidade importante entre si em relação ao IPS e suas três dimensões, mesmo assim, todos têm resultados inferiores à média nacional. Mato Grosso apresenta o melhor desempenho, com IPS de 61,37, seguido por Tocantins (59,46) e Rondônia (59,21). Os demais estados apresentam um IPS inferior a 57.

Também observou-se variação expressiva do IPS entre os municípios amazônicos, os quais foram agrupados em cinco níveis de IPS conforme sua pontuação. O primeiro grupo inclui os 87 municípios com os melhores resultados, nos quais o IPS médio é 65,79. Neste grupo estão todas as capitais, exceto Porto Velho. O segundo grupo tem 200 municípios e apresenta um IPS médio de 61,13. Por sua vez, o terceiro grupo possui 194 municípios e apresenta um IPS médio de 57,21. Neste grupo estão municípios como Marabá e

Paragominas, ambos no Pará. O quarto grupo compreende 204 municípios e possui IPS médio de apenas 53,59. Os municípios de Coari (AM) e Itaituba (PA) são alguns dos municípios neste nível de IPS. Finalmente, 87 municípios compõem o quinto grupo, que apresenta os resultados de IPS mais baixos: média de 49,00. A maioria dos municípios desse nível (38%) está localizada no Maranhão. Os municípios com piores resultados na região são Jordão (AC), Brejo de Areia (MA), Alto Alegre (RR) e Anapu (PA).

Embora o IPS tenha uma correlação positiva alta com a renda *per capita* dos municípios da Amazônia (0,62), a performance econômica sozinha não é suficiente para explicar integralmente o progresso social dado que a relação entre IPS e renda não é linear. De fato, há grande variação entre o IPS nos municípios com a mesma faixa de renda. Por exemplo, Magalhães Barata (PA) e Parintins (AM) têm um IPS na categoria mais alta mesmo apresentando uma renda *per capita* muito baixa em comparação com as capitais. Por outro lado, há diversos municípios com renda superior à média regional que apresentam um IPS nos níveis mais baixos, entre eles Bom Jesus do Araguaia (MT) e Cujubim (RO). Ou seja, progresso social é diferente de desenvolvimento econômico, embora sejam correlacionados.



# SUMÁRIO

Lista de figuras . . . . .	9
Lista de tabelas . . . . .	9
Lista de quadros . . . . .	9
Lista de siglas . . . . .	10
Apresentação . . . . .	12
Notas de precaução. . . . .	14
O Índice de Progresso Social (IPS) . . . . .	16
O que é o IPS? . . . . .	16
O que é Progresso Social? . . . . .	17
O IPS Amazônia . . . . .	18
Por que calcular o IPS Amazônia?. . . . .	18
A Amazônia brasileira . . . . .	18
Como foi calculado o IPS Amazônia?.. . . .	21
Resultados . . . . .	27
IPS: Desempenho geral da Amazônia.. . . .	28
IPS: Desempenho dos estados . . . . .	30
IPS: Desempenho dos municípios. . . . .	31
Progresso social e desenvolvimento econômico . . . . .	35
Progresso social e o desmatamento . . . . .	39
As dimensões do IPS . . . . .	41
Conclusões . . . . .	55
Referências . . . . .	58
Apêndices . . . . .	63
Apêndice 1 - IPS e dimensões dos municípios da Amazônia.. . . .	64
Apêndice 2 - Metodologia para o cálculo do IPS. . . . .	86
Apêndice 3 - Fontes e definições dos indicadores . . . . .	95
Apêndice 4 - Os componentes do IPS nos municípios da Amazônia . . . . .	99

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura do Índice de Progresso Social (IPS).....	17
Figura 2. A Amazônia brasileira segundo a divisão biogeográfica, hidrográfica e administrativa.....	19
Figura 3. Variação do IPS e suas dimensões (mínimo, média e máximo) nos estados da Amazônia. ....	30
Figura 4. IPS nos municípios da Amazônia. ....	31
Figura 5. Relação entre IPS e a renda <i>per capita</i> nos municípios da Amazônia. ....	35
Figura 6. Relação entre IPS e a renda <i>per capita</i> nos municípios do Estado do Pará. ....	37
Figura 7. Relação entre IPS e a renda <i>per capita</i> nos municípios do Estado de Mato Grosso. ....	38
Figura 8. Relação entre IPS e a renda <i>per capita</i> nos municípios do Estado do Amazonas.. ....	38
Figura 9. Relação do IPS com o desmatamento acumulado até 2012 nos municípios da Amazônia. ....	39
Figura 10. Necessidade Humanas Básicas (Dimensão 1 do IPS) nos municípios da Amazônia. ....	42
Figura 11. Fundamentos para o Bem-estar (Dimensão 2 do IPS) nos municípios da Amazônia.....	46
Figura 12. Desmatamento acumulado na Amazônia até 2012 . ....	50
Figura 13. Oportunidades (Dimensão 3 do IPS) nos municípios da Amazônia.....	51

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Perfil dos estados da Amazônia.....	21
Tabela 2. Indicadores utilizados para construir o IPS.....	22
Tabela 3. Índice de Progresso Social da Amazônia.....	29
Tabela 4. Descrição dos cinco níveis de IPS nos municípios da Amazônia.....	32
Tabela 5. Correlação entre o IPS e suas dimensões com a renda <i>per capita</i> nos estados da Amazônia.....	36
Tabela 6. Análise da variância (Anova) do IPS nos municípios florestais e não florestais da Amazônia . ....	40

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Fraquezas e fortalezas dos municípios amazônicos ( <i>scorecards</i> ). ....	34
Quadro 2. IPS nos municípios florestais e não florestais.....	40
Quadro 3. Malária afeta drasticamente o bem-estar na Amazônia. ....	43
Quadro 4. Violência no campo e nas cidades da Amazônia. ....	45
Quadro 5. Focos de calor e doenças respiratórias. ....	48
Quadro 6. Desmatamento e as emissões de Gases de Efeito Estufa. ....	49
Quadro 7. Falta transparência sobre a corrupção na Amazônia. ....	52
Quadro 8. Trabalho escravo persiste na Amazônia.....	54

# LISTA DE SIGLAS

<b>ACP</b>	Análise de Componentes Principais
<b>AF</b>	Análise Fatorial
<b>Anatel</b>	Agência Nacional de Telecomunicações
<b>Aneel</b>	Agência Nacional de Energia Elétrica
<b>ARA</b>	Articulação Regional Amazônica
<b>Cimi</b>	Conselho Indigenista Missionário
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>Denatran</b>	Departamento Nacional de Trânsito
<b>Embrapa</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>Fapema</b>	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão
<b>Flascso</b>	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>GEE</b>	Gás de Efeito Estufa
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICV</b>	Instituto Centro de Vida
<b>Ideb</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IEA</b>	Instituto de Estudos Avançados
<b>Imaflora</b>	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
<b>Imazon</b>	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
<b>Inep</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>Inpe</b>	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
<b>Ipea</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

## LISTA DE SIGLAS

<b>IPS</b>	Índice de Progresso Social
<b>ISA</b>	Instituto Socioambiental
<b>MC</b>	Ministério das Cidades
<b>MCTI</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MME</b>	Ministério de Minas e Energia
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>ODM</b>	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>Pnad</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>Pnud</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>Ripsa</b>	Rede Interagencial de Informações para a Saúde
<b>SEEG</b>	Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa
<b>SPI</b>	<i>Social Progress Imperative</i>
<b>TI</b>	Terra Indígena
<b>TSE</b>	Tribunal Superior Eleitoral
<b>UC</b>	Unidade de Conservação
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

# APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento da Amazônia tem sido fortemente marcado pelo desmatamento, uso predatório dos recursos naturais e por conflitos sociais. Como consequência, além dos sérios danos ambientais, os 24 milhões de habitantes da região convivem com indicadores sociais e econômicos inferiores ao restante do Brasil.

Apesar de o Brasil ter priorizado os investimentos sociais, incluindo programas de transferência de renda como o Bolsa Família, e conseguido reduzir a pobreza extrema pela metade na última década (Pnud, 2014), na Amazônia os avanços têm sido menores e problemas sociais graves persistem (Celentano *et al.*, 2010). A extensão continental da região, a precariedade da infraestrutura e as condições do meio ambiente natural (distinto do resto do Brasil) impõem desafios adicionais ao seu desenvolvimento social e econômico. Além disso, índices como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) usados para medir o desempenho social na região têm atualização pouco frequente na escala municipal

(a cada 10 anos) e sofrem forte influência de indicadores econômicos. Felizmente, atualmente existe um novo índice com potencial de capturar de forma mais abrangente o status social da Amazônia e influenciar positivamente o debate sobre as políticas públicas: o Índice de Progresso Social (IPS).

O IPS, lançado em 2013 pela *Social Progress Imperative* (SPI) - <http://progressosocial.org/> -, avalia o progresso social dos países por meio de um modelo matemático que agrega uma ampla variedade de indicadores sociais e ambientais recentes e de fontes públicas e fidedignas (SPI, 2014a). O índice se diferencia de outras medidas de desenvolvimento como o IDH e o Produto Interno Bruto (PIB) principalmente por excluir variáveis econômicas no seu cálculo e incluir apenas indicadores sociais e ambientais. O relatório global do IPS 2014 avaliou 132 países a partir de 54 indicadores (SPI, 2014a).

Os indicadores utilizados para a elaboração do IPS são agrupados em três dimensões e doze

componentes. A Dimensão 1, “Necessidades Humanas Básicas”, contém os seguintes componentes: Nutrição e cuidados médicos básicos, Água e saneamento, Moradia e Segurança pessoal. Por sua vez, a Dimensão 2, “Fundamentos para o Bem-estar”, tem os seguintes componentes: Acesso ao conhecimento básico, Acesso à informação e comunicação, Saúde e bem-estar e Sustentabilidade dos ecossistemas. E, por fim, a Dimensão 3, “Oportunidades”, inclui os componentes: Direitos individuais, Liberdade individual e de escolha, Tolerância e inclusão e Acesso à educação superior.

O IPS Amazônia representa o diagnóstico mais detalhado do progresso social e ambiental dos nove estados e 772 municípios da região. No caso da Amazônia, utilizamos 43 indicadores sociais e ambientais na escala municipal para calcular o IPS. Além disso, neste relatório analisamos o progresso social dos municípios medido pelo IPS em relação ao desempenho econômico expresso pela renda *per capita*. Isso

permite avaliar até que ponto o resultado do IPS tem relação com a economia regional. Por fim, apresentamos um *ranking* dos municípios da Amazônia mostrando sua performance, fortalezas e fraquezas em relação a outros municípios na mesma faixa de renda *per capita* (Apêndice 1). É importante ressaltar que este trabalho não teve como objetivo avaliar as causas ou propor soluções específicas para os graves e complexos problemas sociais da Amazônia.

Este relatório também é complementado por dados desagregados na escala municipal, disponibilizados no website [www.ipsamazonia.org.br](http://www.ipsamazonia.org.br). O site permite realizar análises comparativas da situação de cada município da região. Nossa expectativa é que este conjunto de indicadores - que permite uma visão mais acurada da realidade social - sirva como uma bússola para orientar e priorizar o processo de tomada de decisão dos governos locais e estaduais da região e, com isso, contribuir para melhorar a qualidade de vida da população amazônica.

# NOTAS DE PRECAUÇÃO

Adotamos a escala municipal para as análises do IPS considerando 772 municípios amazônicos. No entanto, alguns municípios da região têm áreas territoriais imensas (por exemplo Altamira é maior que os territórios somados do Espírito Santo, Santa Catarina e Sergipe) e é muito provável que haja diferenças significativas quanto a sua performance social entre os distritos que compõem esses municípios. Porém, não é possível gerar o IPS por distrito ou por unidade censitária, pois não há indicadores disponíveis suficientes para uma análise nessa escala. Da mesma forma, sabe-se que há diferenças marcantes entre as zonas rurais e as urbanas para a maioria dos indicadores, mas não é possível, na maioria dos casos, desagregar a análise nesse recorte geográfico. De fato, alguns indicadores do IPS consideram essa disparidade (como no caso do saneamento ambiental), mas a grande maioria inclui toda a população municipal. Um grupo de trabalho da rede #Progresso Social Brasil está elaborando indicadores de progresso social na escala de comunidades. Um primeiro esforço está sendo realizado no município de Caruarú, no Amazonas.

É importante ressaltar que os indicadores municipais não refletem necessariamente a situação dos povos indígenas e das populações tradicionais que vivem na região amazônica. De fato, o conceito de progresso social para esses povos é diferenciado devido ao seu modo de vida, e ainda não existem levantamentos de dados específicos e periódicos com essas populações (Lima, 2010).<sup>[1]</sup> Mesmo com essas limitações, foi possível utilizar dados referentes aos povos indígenas no cálculo do IPS no componente 8 “Sustentabilidade dos ecossistemas” (Áreas Protegidas) e no componente 11 “Tolerância e inclusão” (Violência contra indígena).

Os mapas foram construídos com base nos resultados dos municípios, dessa forma, não refletem as variações intramunicipais (por exemplo, entre os distritos) nem capturam a densidade demográfica. Em geral, na Amazônia, os municípios com grande extensão territorial têm população relativamente pequena. Por exemplo, a densidade demográfica é muito baixa nos municípios mais extensos da Amazônia (maiores que 100 mil quilômetros quadrados) como Altamira (0,62 habitante/km<sup>2</sup>), Barcelos

<sup>[1]</sup> Para pesquisas específicas sobre os povos indígenas e os indicadores disponíveis recomendamos as publicações do Instituto Socioambiental (<http://www.socioambiental.org/>) e do Conselho Indigenista Missionário (<http://www.cimi.org.br>).

(0,21 habitante/km<sup>2</sup>), São Gabriel da Cachoeira (0,35 habitante/km<sup>2</sup>) e Oriximiná (0,58 habitante/km<sup>2</sup>). Por outro lado, a densidade demográfica é muito expressiva nas capitais Belém (1.315 habitantes/km<sup>2</sup>) e São Luís (1.215 habitantes/km<sup>2</sup>).

A área geográfica adotada neste estudo é a Amazônia Legal. No entanto, parte dessa região é coberta pela vegetação de cerrado e tem uma dinâmica social e econômica distinta da Amazônia florestal. Essas áreas de cerrado ocupam inteiramente o Tocantins e aproximadamente metade de Mato Grosso. A performance de desenvolvimento com base em agricultura de grãos (especialmente soja) em parte dessas áreas não pode ser extrapolada para as áreas de floresta do Bioma Amazônia. Para avaliar isso, apresentamos uma análise do IPS comparando os municípios florestais e os não florestais, aqueles com menos de 50% de sua área com vegetação originalmente florestal (ver Quadro 2 nos resultados).

Finalmente, ressaltamos que este estudo utiliza somente indicadores relativamente recentes: 2010 a 2013. É fato que as estatísticas na Amazônia apresentam problemas históricos devido à dificuldade de acesso e de coleta de dados. Além disso, o censo demográfico, no qual se levantam a maioria dos indicadores sociais do Brasil, é realizado apenas a cada 10 anos – o último foi realizado em 2010. Alguns indicadores utilizados no IPS Global que seriam relevantes para a região amazônica não puderam ser utilizados para o cálculo do IPS Amazônia devido à defasagem na informação ou por não existirem indicadores na escala municipal (por exemplo, poluição do ar, emissões de gases de efeito estufa, corrupção, liberdade de imprensa e tolerância à homossexualidade). Os indicadores utilizados neste estudo foram conferidos e atualizados em nossa base de dados de acordo com a fonte original da informação até o dia 09 de Julho de 2014, dessa forma, qualquer alteração após essa data não foi considerada nas análises.



# O ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL (IPS)

## O QUE É O IPS?

O Índice de Progresso Social (IPS) é um índice que mede de forma holística e robusta a performance social e ambiental das nações, independente do desenvolvimento econômico (SPI, 2014a). Foi criado em 2013 pela *Social Progress Imperative* (SPI), num processo que contou com o apoio de diversos estudiosos e especialistas mundiais em políticas públicas (SPI, 2014a).

O IPS foi idealizado a partir do entendimento que medidas de desenvolvimento baseadas apenas em variáveis econômicas são insuficientes, já que crescimento econômico sem progresso social resulta em exclusão, descontentamento social, conflitos sociais e degradação ambiental (SPI, 2014a). A iniciativa IPS Global inclui 54 indicadores sociais e ambientais.

Quatro princípios fundamentam o IPS (SPI, 2014a):

### Princípios do IPS

- 1. Indicadores exclusivamente sociais e ambientais:** seu objetivo é medir o progresso social diretamente e não por meio de variáveis econômicas.
- 2. Foco nos resultados:** seu objetivo é medir os resultados que são importantes para a vida das pessoas (*outputs*), não os investimentos ou esforços realizados (*inputs*).
- 3. Factibilidade:** o índice pretende ser uma ferramenta prática que possa ajudar dirigentes públicos, líderes empresariais e da sociedade civil a propor e apoiar a implementação de políticas públicas e programas que acelerem o progresso social.
- 4. Relevância:** seu objetivo é medir o progresso social de forma holística e abrangente, englobando todas as regiões/territórios independente de seu nível de desenvolvimento econômico.

# O ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL (IPS)

## O QUE É PROGRESSO SOCIAL?

Progresso social é definido pela SPI como “a capacidade da sociedade em satisfazer as necessidades humanas básicas, estabelecer as estruturas que garantam qualidade de vida aos cidadãos e dar oportunidades para que todos os indivíduos possam atingir seu potencial máximo” (SPI, 2014a). A partir dessa definição, surgem três questões fundamentais para avaliar o progresso social de um determinado local, seja um país, estado ou um município:

- 1) As necessidades mais essenciais da população estão sendo atendidas?
- 2) Existem estruturas que garantam aos indivíduos e comunidades melhorar ou manter seu bem-estar?
- 3) Há oportunidades para que todos os indivíduos atinjam seu potencial pleno?

A partir dessas questões derivam as três dimensões do IPS (Figura 1): 1) Necessidades Humanas Básicas, 2) Fundamentos para o Bem-estar e 3) Oportunidades. Cada uma dessas dimensões é composta por quatro componentes, e cada componente é constituído por três a seis indicadores.

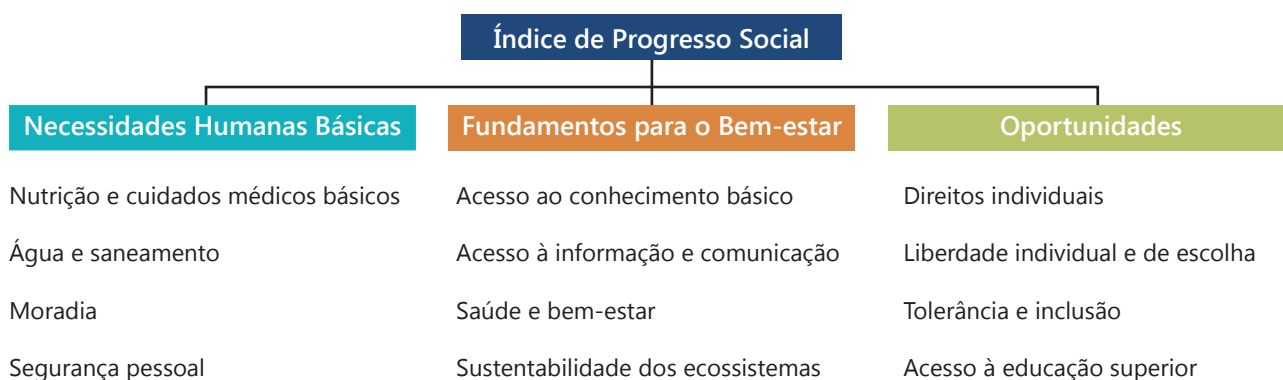


Figura 1. Estrutura do Índice de Progresso Social (IPS).

# O IPS AMAZÔNIA

O IPS foi originalmente proposto para a escala global. No entanto, desde sua criação em 2013, diversas iniciativas nacionais e subnacionais estão surgindo. Uma delas, o IPS Amazônia, promovida pela rede #Progresso Social Brasil, é liderada pelo Imazon em parceria com a *Social Progress Imperative* (SPI) na Amazônia Legal.

## POR QUE CALCULAR O IPS AMAZÔNIA?

A Amazônia brasileira é superlativa em recursos naturais, pois abriga um terço das florestas tropicais do mundo e é banhada pela maior bacia hidrográfica do planeta. Sob as florestas exuberantes da região ocorrem ainda uma das mais ricas jazidas minerais da Terra, com destaque para o minério de ferro e a bauxita. Além disso, a floresta amazônica retém imensos estoques de carbono e, por isso, desempenha uma função estratégica na regulação do clima regional e global.

A região conta com sistemas de monitoramento do desmatamento através de imagens de satélite quase em tempo real que servem de referência para o mundo tropical. Porém, medir a situação social da região é mais complicado. Por um lado, a frequência de atualização dos dados é baixa e há limitações na abrangência geográfica de alguns indicadores. Por outro, a maioria dos levantamentos tem forte influência de indicadores econômicos que não necessariamente refle-

tem as condições sociais da região. Por exemplo, estudos anteriores sobre o desenvolvimento humano na Amazônia por meio do IDH e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) revelam que essas abordagens são fortemente influenciadas pelos indicadores econômicos como o PIB e a renda *per capita* (Celentano & Veríssimo, 2007; Celentano *et al.*, 2010). Alternativamente, o IPS, ao excluir indicadores econômicos no seu cálculo base, representa uma alternativa mais completa de avaliar a situação social da Amazônia.

## A AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia pode ser definida de acordo com os limites biogeográficos (Bioma Amazônia), hidrográficos (Bacia Amazônica) e político (Amazônia Legal) (Figura 2).

O Bioma Amazônia é uma região principalmente coberta por floresta tropical densa, compartilhada por nove países da América do Sul (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela), com 7,8 milhões de quilômetros quadrados de extensão, dos quais 65% estão em território brasileiro. Já a Bacia Amazônica, a maior bacia hidrográfica do mundo, refere-se à área de drenagem do rio Amazonas e seus tributários, com 7 milhões de quilômetros quadrados, dos quais quase 50% estão

# O IPS AMAZÔNIA

no Brasil. E a Amazônia Legal é uma divisão político-administrativa brasileira, criada em 1953 com cerca de 5 milhões de quilômetros

quadrados<sup>[2]</sup>. Neste estudo, adotamos a área geográfica da Amazônia Legal, referida no relatório apenas como Amazônia.



Figura 2. A Amazônia brasileira segundo a divisão biogeográfica, hidrográfica e administrativa.

<sup>[2]</sup> A Amazônia Legal abrange municípios que estão integralmente em áreas de Bioma Amazônia, bem como municípios cobertos total ou parcialmente pelo Bioma Cerrado e áreas de transição (cerca de 20% da região). A vegetação de cerrado tem influência na dinâmica de ocupação e de desenvolvimento desses municípios, o que os distingue em alguns aspectos socioeconômicos e legais do restante da Amazônia florestal.

# O IPS AMAZÔNIA

A Amazônia cobre 59% do território brasileiro (5 milhões de quilômetros quadrados), é composta por nove estados (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e por 773 municípios (Tabela 1). Essa região possui cerca de 24 milhões de habitantes (13% da população nacional) e uma baixa densidade demográfica (4,8 habitantes por quilômetro quadrado) em relação à média brasileira (22,4). Embora a maioria da população amazônica se concentre em áreas urbanas (72%), a região resguarda uma das maiores diversidades étnicas e culturais do mundo: são mais de 170 povos indígenas com uma população estimada em cerca de 400 mil pessoas (IBGE, 2010).

A riqueza da Amazônia expressa pelo PIB atingiu cerca de R\$ 347 bilhões (~ US\$ 208 bilhões)<sup>[3]</sup> em 2011, os quais representam apenas 8% do PIB do Brasil. Em 2011, o PIB *per capita* anual da região foi R\$ 14 mil (US\$ 8 mil/ano), praticamente a metade do PIB *per capita* do País e comparável ao da África do Sul (FMI, 2013). Há variações importantes no PIB da região. Por exemplo, o PIB *per capita* de Mato Grosso é maior que a média nacional, enquanto o Maranhão apresenta o segundo pior PIB *per capita* do Brasil atrás apenas do Piauí. Embora o PIB

*per capita* seja o indicador mais utilizado para ter uma medida relativa da economia, ele não reflete necessariamente a renda da população. De fato, a renda *per capita*<sup>[4]</sup> média na região é ainda mais baixa (R\$ 6,6 mil em 2010) e 26% inferior à média nacional. Esses resultados revelam que a Amazônia tem uma economia incipiente quando comparada ao restante do Brasil; no entanto, a riqueza da região em recursos naturais e serviços ambientais é ainda inestimável.

Em virtude de sua importância ambiental, o desmatamento da Amazônia é uma preocupação global. Em 2013, o desmatamento atingiu cerca de 19% do território. Estimativa das emissões brasileiras de CO<sub>2</sub> revela que o desmatamento contribuiu com cerca de um terço das emissões totais do Brasil em 2012 (SEEG, 2014). Apesar da queda do desmatamento nos últimos anos com a melhoria da fiscalização, criação de Áreas Protegidas e regras mais duras para concessão de crédito rural, entre outras medidas, a taxa continua muito acima do aceitável, tendo atingido cerca de 5,8 mil quilômetros em 2013 (Inpe, 2014a). Além de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil para reduzir o desmatamento em até 80% até 2020, existe uma pressão crescente da sociedade para o desmatamento zero da Amazônia (Veríssimo, 2013).

[3] Média da cotação do dólar em 2011: US\$ 1 = R\$ 1,67.

[4] Renda *per capita* média é a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos com renda e o número total desses indivíduos (Pnud, 2013).

**Tabela 1.** Perfil dos estados da Amazônia\*.

Estados	Sigla	Área (km <sup>2</sup> )	Número de municípios	População em 2010	Urbanização (% 2010)	Densidade demográfica (hab/ km <sup>2</sup> )	PIB (em mil R\$, 2011)	PIB <i>per capita</i> (R\$/ano, 2011)	Renda <i>per capita</i> (R\$/ano, 2010)
Acre	AC	164.123,04	22	733.559	72,56	4,47	8.794.362	11.783	6.266
Amapá	AP	142.828,52	16	669.526	89,77	4,69	8.968.032	13.105	7.188
Amazonas	AM	1.559.159,15	62	3.483.985	79,09	2,23	64.555.404	18.244	6.478
Maranhão**	MA	278.729,40	182	5.488.293	64,05	19,69	47.027.938	8.480	2.866
Mato Grosso	MT	903.366,19	141	3.035.122	81,80	3,36	71.417.805	23.218	9.150
Pará	PA	1.247.954,67	144	7.581.051	68,48	6,07	88.370.610	11.494	5.361
Rondônia	RO	237.590,55	52	1.562.409	73,55	6,58	27.839.144	17.659	8.050
Roraima	RR	224.300,51	15	450.479	76,55	2,01	6.951.190	15.106	7.267
Tocantins	TO	277.720,52	139	1.383.445	78,80	4,98	18.059.159	12.891	7.039
<b>Amazônia Legal</b>		<b>5.035.772,54</b>	<b>773</b>	<b>24.387.869</b>	<b>72,42</b>	<b>4,84</b>	<b>347.142.910</b>	<b>14.045</b>	<b>6.629</b>
<b>Brasil</b>		<b>8.515.767,05</b>	<b>5.570</b>	<b>190.755.799</b>	<b>84,36</b>	<b>22,40</b>	<b>4.143.013.337</b>	<b>21.536</b>	<b>8.364</b>

\* Fonte dos dados: IBGE, 2010; IBGE, 2014; Pnud, 2014.

\*\* Apenas os municípios maranhenses inseridos na Amazônia Legal.

## COMO FOI CALCULADO O IPS AMAZÔNIA?

O IPS Amazônia avaliou o progresso social e ambiental dos 9 estados e de 772 municípios da região<sup>[5]</sup>. Para isso utilizamos o mesmo método estatístico de construção do IPS Global para responder as mesmas questões contidas em seus componentes (SPI, 2014b). Porém, foi necessário adotar alguns indicadores diferentes daqueles usados no IPS Global para que refletissem a realidade social da região. Por exemplo, indicadores como a incidência de malária e o desmatamento

são fundamentais para a Amazônia ainda que não tenham a mesma importância para outras regiões do mundo.

A escolha dos indicadores foi feita com base na relevância para a região amazônica, confiabilidade da fonte do dado, disponibilidade (dado público), abrangência (dado disponível para a grande maioria dos municípios da Amazônia) e atualização (dados mais recentes possíveis com no máximo 5 anos). Para isso, selecionamos 43 indicadores para a avaliação, que foram agrupados nos 12 componentes e nas três dimensões do IPS Global (Tabela 2).

<sup>[5]</sup> O IPS do município de Mojuí dos Campos (Pará) não foi calculado, pois esse município foi criado somente em 2013, desmembrado do município de Santarém.

# O IPS AMAZÔNIA

O IPS varia de zero (pior) a 100 (melhor). O índice é a média simples dos valores de progresso social das três dimensões (Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos para o Bem-estar e Oportunidades). Por sua vez, cada dimensão corresponde à média simples dos índices obtidos dos quatro componentes que a compõem. Estes foram obtidos a partir da Análise de Compo-

nentes Principais (ACP) entre os indicadores. A validade e confiabilidade da ACP para cada componente foram verificadas por meio das análises *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e alfa de *Cronbach*. Os mapas agrupam os municípios em cinco classes de IPS, definidos pelo método *natural breaks*. Os detalhes do método utilizados para calcular o IPS Amazônia estão apresentados no Apêndice 2.

**Tabela 2.** Indicadores utilizados para construir o IPS\*.

Dimensão	Componente	Indicador	Fonte
<b>1</b> <b>Necessidades Humanas Básicas</b>	<b>1.</b> <b>Nutrição e cuidados médicos básicos</b>	Subnutrição (% da população em 2012)	MS (2014a)
		Mortalidade por desnutrição (Óbitos por 100 mil habitantes em 2012)	MS (2014b)
		Mortalidade materna (Óbitos por 100 mil nascidos vivos em 2012)	MS (2014b)
		Mortalidade infantil até 5 anos (Óbitos por mil nascidos vivos em 2010)	Pnud (2013)
		Mortalidade por doenças infecciosas (Óbitos por 100 mil habitantes em 2012)	MS (2014b)
	<b>2.</b> <b>Água e saneamento</b>	Abastecimento de água (% da população em 2010)	IBGE (2010)
		Esgotamento sanitário (% da população em 2010)	IBGE (2010)
		Saneamento rural (Diferença entre a % da população rural com acesso a água em 2010)	IBGE (2010)
	<b>3.</b> <b>Moradia</b>	Moradia adequada (% da população em 2010)	Pnud (2013)
		Acesso à energia elétrica (% da população em 2010)	Pnud (2013)
		Coleta de lixo (% da população urbana em 2010)	IBGE (2010)

\*Maiores detalhes dos indicadores utilizados estão apresentados no Apêndice 3. ▶

► Continuação da Tabela 2

Dimensão	Componente	Indicador	Fonte
<b>1</b> <b>Necessidades</b> <b>Humanas</b> <b>Básicas</b>	<b>4.</b> <b>Segurança pessoal</b>	Homicídios Óbitos por 100 mil habitantes em 2012. Pontuados em uma escala de 1-6: 1 = 0 2 = 1 - 6 3 = 6 - 10 4 = 10 - 20 5 = 20 - 40 6 > 40	Mapa da Violência (Waiselfisz, 2014)
		Mortes por acidente no trânsito (Óbitos por 100 mil habitantes em 2012)	Mapa da Violência (Waiselfisz, 2014)
		Assassinatos de jovens Óbitos por 100 mil habitantes em 2012. Pontuados em uma escala de 1-6: 1 = 0 2 = 1 - 6 3 = 6 - 10 4 = 10 - 20 5 = 20 - 40 6 > 40	MS (2014b)

\*Maiores detalhes dos indicadores utilizados estão apresentados no Apêndice 3. ►



# O IPS AMAZÔNIA

► Continuação da Tabela 2

Dimensão	Componente	Indicador	Fonte
<b>2</b> <b>Fundamentos</b> <b>para o</b> <b>Bem-estar</b>	<b>5.</b> <b>Acesso ao</b> <b>conhecimento básico</b>	Analfabetismo (% da população de 15 anos ou mais em 2010)	Pnud (2013)
		Acesso ao ensino médio (% frequência líquida ao ensino médio em 2010)	Pnud (2013)
		Qualidade da educação (Nota do Ideb em 2013)	Inep (2013)
		Acesso ao ensino fundamental (% frequência líquida ao ensino básico em 2010)	Pnud (2013)
	<b>6.</b> <b>Acesso à informação e</b> <b>comunicação</b>	Conexão de voz % de ligações realizadas com sucesso em 2012/2013. Pontuados em uma escala de 1-5. 1 = 49% - 79% 2 = 80% - 96% 3 = 96% - 98% 4 = 98% - 99% 5 = 99% - 100	Anatel (2013)
		Conexão de dados de internet móvel % de ligações realizadas com sucesso em 2012/2013. Pontuados em uma escala de 1-5. 1 = 49% - 79% 2 = 80% - 96% 3 = 96% - 98% 4 = 98% - 99% 5 = 99% - 100	Anatel (2013)

\*Maiores detalhes dos indicadores utilizados estão apresentados no Apêndice 3. ►

► Continuação da Tabela 2

Dimensão	Componente	Indicador	Fonte
<b>2</b> <b>Fundamentos</b> <b>para o</b> <b>Bem-estar</b>	<b>7.</b> <b>Saúde e bem-estar</b>	Mortalidade por doenças crônicas (Óbitos por 100 mil habitantes em 2010)	MS (2014c)
		Expectativa de vida ao nascer (Número de anos em 2010)	Pnud (2013)
		Obesidade (% da população em 2012)	MS (2014a)
		Mortalidade por doenças respiratórias (Óbitos por 100 mil habitantes em 2012)	MS (2014b)
		Suicídio (Óbitos por 100 mil habitantes em 2012)	MS (2014b)
	<b>8.</b> <b>Sustentabilidade dos ecossistemas</b>	Desmatamento recente (% desmatado entre 2010 e 2012 e o total desmatado)	Inpe (2013a)
		Áreas degradadas (% em 2012)	Inpe (2013c)
		Desperdício de água (% em 2012)	MC (2014)
		Desmatamento acumulado (% total até 2012)	Inpe (2014a)
		Áreas Protegidas (% de UC e TI até 2011)	Imazon e ISA (2011)

\*Maiores detalhes dos indicadores utilizados estão apresentados no Apêndice 3. ►

# O IPS AMAZÔNIA

► Continuação da Tabela 2

Dimensão	Componente	Indicador	Fonte
<b>3</b> <b>Oportunidades</b>	<b>9.</b> <b>Direitos individuais</b>	Diversidade partidária (% de partidos eleitos sobre o total de partidos que se candidataram)	TSE (2013)
		Mobilidade urbana (Número de ônibus por mil habitantes em 2012)	Denatran (2013)
		Pessoas ameaçadas (Número de ameaçados de morte em 2012 por 100 mil habitantes)	CPT (2013)
	<b>10.</b> <b>Liberdade individual e de escolha</b>	Trabalho infantil (% da população entre 10 e 14 anos em 2010)	Pnud (2013)
		Gravidez na infância e adolescência (% mulheres até 17 anos)	Pnud (2013)
		Acesso à cultura, esporte e lazer em 2012 (Existência de biblioteca, teatro, centro cultural e/ou ginásio esportivo) Categorica (0 = nenhuma estrutura, 1 = uma, 2 = duas, 3 = três, 4 = todas as estruturas)	IBGE (2013)
		Vulnerabilidade familiar (% de mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com filhos menores de 15 anos)	Pnud (2013)
	<b>11.</b> <b>Tolerância e inclusão</b>	Violência contra a mulher (Casos por 100 mil mulheres em 2012)	MS (2014d)
		Violência contra indígenas Casos por mil indígenas em 2012. Pontuados em uma escala de 1-3. 1 = 0 - 20 casos por mil indígenas 2 = 21 - 40 casos por mil indígenas 3 > 40 casos por mil indígenas	Cimi (2014)
		Desigualdade racial na educação (% de disparidade)	IBGE (2010)
		Pessoas com ensino superior (% da população com mais de 25 anos em 2012)	Pnud (2013)
	<b>12.</b> <b>Acesso à educação superior</b>	Educação feminina (% da população feminina com 15 anos ou mais)	IBGE (2010)
		Frequência ao ensino superior (% da população entre 18 e 24 anos)	Pnud (2013)

\*Maiores detalhes dos indicadores utilizados estão apresentados no Apêndice 3.



**RESULTADOS**

Nesta seção apresentamos os principais resultados do IPS Amazônia de forma geral. Para mais detalhes sobre os resultados dos municípios da região, consulte o Apêndice 1 e os *scorecards* municipais disponíveis no site [www.ipsamazonia.org.br](http://www.ipsamazonia.org.br). As análises com o IPS revelaram diferenças marcantes entre os municípios da Amazônia em seu desempenho social (Figura 4), destacando suas fraquezas e fortalezas (ver Quadro 1).

O Índice de Progresso Social (IPS) médio na região amazônica (57,31) é inferior à média nacional (67,73). Comparada com a média do Brasil, a Amazônia apresenta resultados inferiores para todas as dimensões e quase todos os componentes do IPS (Tabela 3). Embora neste relatório usemos a média dos municípios brasileiros para avaliar e comparar o desempenho da região amazônica, é importante ressaltar que o progresso social do Brasil medido pelo IPS tampouco é favorável. Segundo o *ranking* apresentado pela SPI (2014a), o País está na 46ª posição em um grupo de 132 países, sendo que aqueles com as melhores colocações (Nova Zelândia, Suíça e Islândia) apresentam IPS superior a 88.

O melhor resultado da região amazônica é na Dimensão 2 (Fundamentos para o Bem-es-

tar), na qual é avaliado se os municípios têm a estrutura necessária para garantir o bem-estar social por meio do acesso ao conhecimento, à informação e aos meios de comunicação, à saúde e bem-estar e a aspectos relacionados com a sustentabilidade dos ecossistemas. Ainda que seja o melhor resultado da região, o índice médio (64,84) é 8% inferior ao índice brasileiro.

A Dimensão 1 (Necessidades Humanas Básicas) apresenta resultados intermediários (58,75) e uma disparidade de 18% com o restante do País. Esta dimensão avalia se a população tem suas necessidades básicas (Nutrição e cuidados médicos básicos, Água e saneamento, Moradia e Segurança pessoal) garantidas.

Finalmente, na Dimensão 3 (Oportunidades), a Amazônia tem o pior resultado, com um índice de apenas 48,33, e apresenta a maior disparidade entre a região e o restante do País (21%). Isso evidencia que, em média, os municípios da Amazônia oferecem poucas oportunidades, expressas nos Direitos individuais, Liberdade individual e de escolha, Tolerância e inclusão e Acesso à educação superior). Uma avaliação mais detalhada das dimensões e dos componentes do IPS é apresentada ao final da seção de resultados.

# IPS: DESEMPENHO GERAL DA AMAZÔNIA

**Tabela 3.** Índice de Progresso Social da Amazônia.

		Brasil	Amazônia
<b>Índice de Progresso Social – IPS</b>		<b>67,73</b>	<b>57,31</b>
<b>Dimensão 1. Necessidades Humanas Básicas</b>		<b>71,60</b>	<b>58,75</b>
Componentes	Nutrição e cuidados médicos básicos	80,01	72,46
	Água e saneamento	74,87	35,35
	Moradia	92,03	72,48
	Segurança pessoal	39,49	54,72
<b>Dimensão 2. Fundamentos para o Bem-estar</b>		<b>70,42</b>	<b>64,84</b>
Componentes	Acesso ao conhecimento básico	67,13	60,61
	Acesso à informação e comunicação	63,44	53,36
	Saúde e bem-estar	68,35	70,57
	Sustentabilidade dos ecossistemas	82,76	74,85
<b>Dimensão 3. Oportunidades</b>		<b>61,18</b>	<b>48,33</b>
Componentes	Direitos individuais	65,39	45,22
	Liberdade individual e de escolha	81,99	64,41
	Tolerância e inclusão	63,59	64,58
	Acesso à educação superior	33,76	19,10

# IPS: DESEMPENHO DOS ESTADOS

Os estados da Amazônia apresentam uma disparidade importante entre si em relação ao IPS e suas três dimensões, mas todos têm resultados inferiores à média brasileira. Mato Grosso apresenta o melhor desempenho da região com IPS de

61,37, seguido por Tocantins (59,46) e Rondônia (59,21). Os demais estados apresentam um IPS inferior a 57. Há grande variação entre os municípios dos estados conforme indicam os valores máximos e mínimos do IPS Estadual (Figura 3).

Índice de Progresso Social - IPS

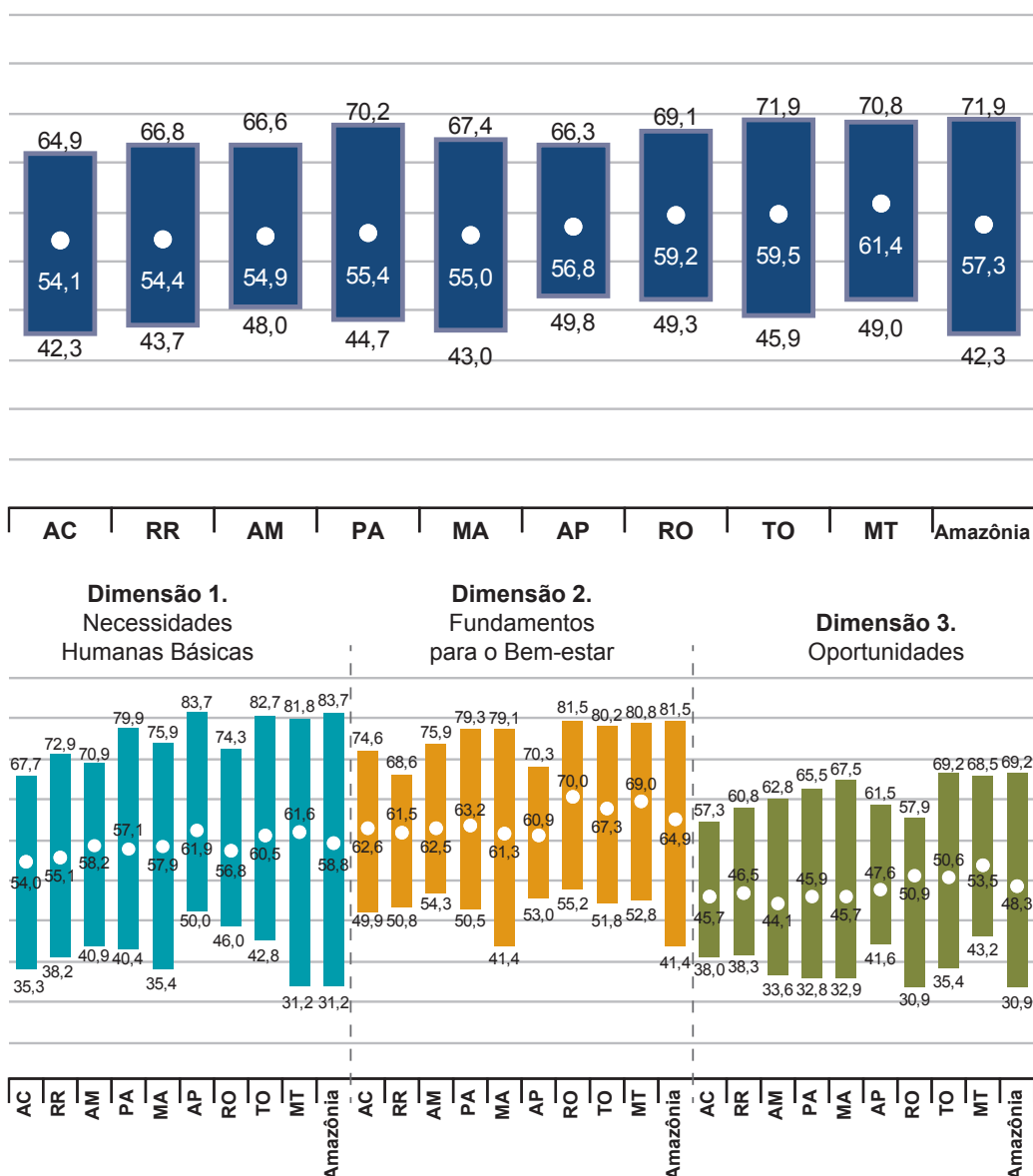


Figura 3. Variação do IPS e suas dimensões (mínimo, média e máximo) nos estados da Amazônia.

## RESULTADOS

# IPS: DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS

Os municípios amazônicos foram agrupados em cinco “níveis de IPS” conforme sua pontuação (Figura 4, Tabela 4). O primeiro grupo inclui os 87 municípios com os melhores resultados (verde escuro no mapa), nos quais o IPS médio é 65,79. Esses municípios somam 390 mil quilômetros quadrados (cerca de 8% do território da região) e abrigam uma população de 9,4 milhões de habitantes (39% da população amazônica). Este grupo responde por mais da metade

(53%) do PIB da região, que somou R\$ 182,3 bilhões em 2011. Neste grupo estão incluídas todas as capitais, exceto Porto Velho (RO). Embora apresentem os melhores resultados da Amazônia, a maioria desses municípios apresenta resultados inferiores à média brasileira. Na Figura 4, observa-se que esses municípios estão principalmente concentrados em Mato Grosso, Rondônia e Tocantins; estados com os melhores resultados do IPS Amazônia.

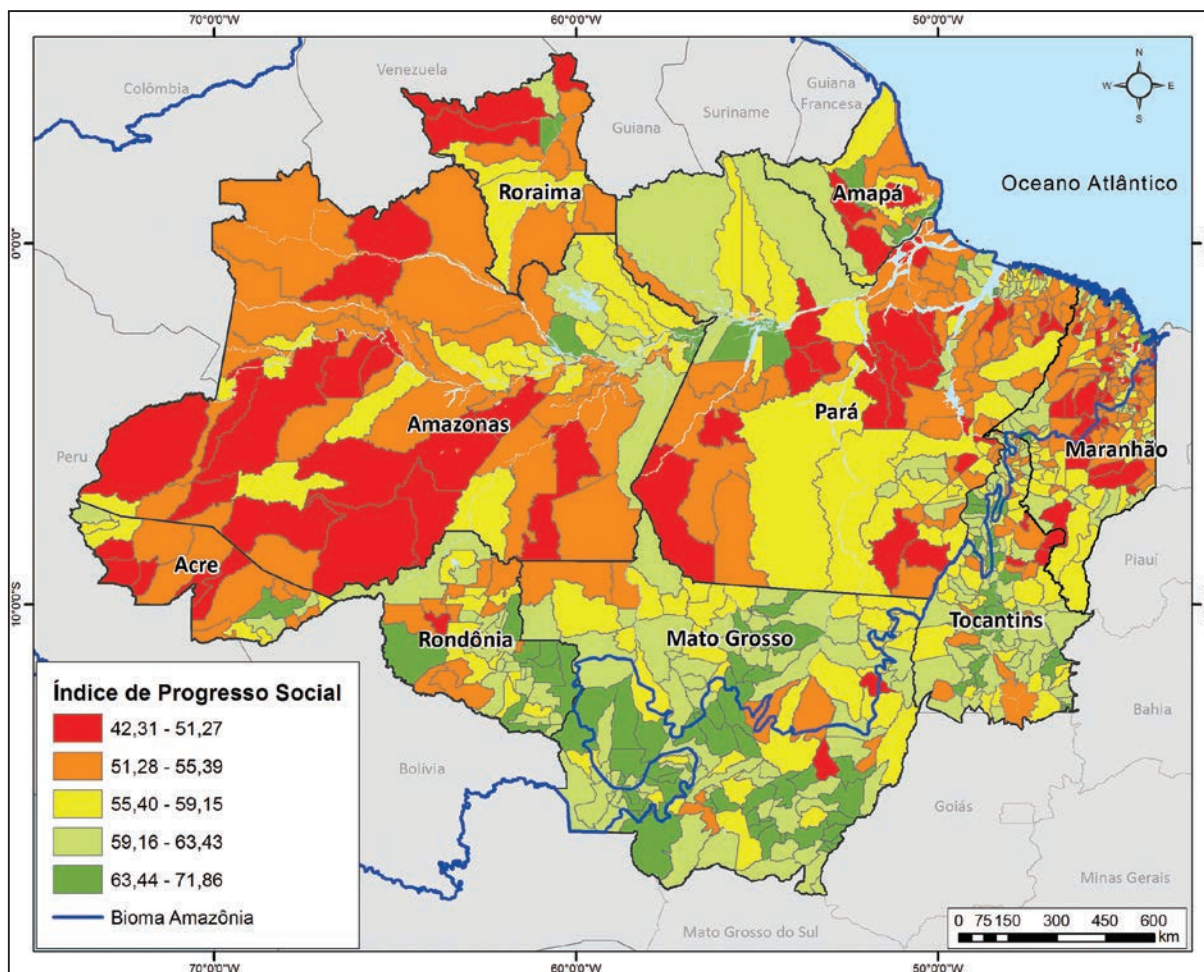


Figura 4. IPS nos municípios da Amazônia.



## IPS: DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS

Tabela 4. Descrição dos cinco níveis de IPS nos municípios da Amazônia.

	Níveis de IPS					Amazônia	Brasil
	1º (verde-escuro)	2º (verde-claro)	3º (amarelo)	4º (laranja)	5º (vermelho)		
Número de municípios	87	200	194	204	87	772	5.570
Área dos municípios (milhões de km²)	0,39	0,98	1,19	1,48	1,00	5,04	8,5
População (milhões de habitantes)	9,40	4,18	4,19	4,92	1,70	24,39	190,8
Índice de Progresso Social (IPS)	65,79	61,13	57,21	53,59	49,00	57,31	67,73
Dimensão 1. Necessidades Humanas Básicas	68,84	61,86	59,10	54,62	50,46	58,75	71,60
Dimensão 2. Fundamentos para o Bem-estar	71,91	70,51	64,52	60,98	54,54	64,84	70,42
Dimensão 3. Oportunidades	56,63	51,01	48,01	45,16	42,01	48,33	61,18
PIB (bilhões de R\$ em 2011)	182,26	79,82	38,61	31,57	9,73	341,98	4.143,0
PIB <i>per capita</i> (R\$/ ano)	20.742,93	15.724,24	10.208,82	7.147,19	6.552,42	11.603,73	21.536
Renda <i>per capita</i> (R\$/ ano)	7.477,94	5.125,14	4.059,39	3.243,30	2.725,86	4.354,81	9.526
IDH (2010)	0,71	0,65	0,61	0,58	0,54	0,62	0,73

## IPS: DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS

O segundo grupo tem 200 municípios e apresenta um IPS médio de 61,13 (verde claro no mapa). Esses municípios somam uma área de 1 milhão de quilômetros quadrados (cerca de 21% do território) e abrigam uma população de 4,18 milhões de habitantes (20%). O PIB somado desses municípios atingiu R\$ 79,8 bilhões em 2011 (cerca de 23% do PIB regional). Neste grupo está a capital de Rondônia, Porto Velho, e também o município com a maior renda domiciliar *per capita* da Amazônia: Campos de Júlio (MT).

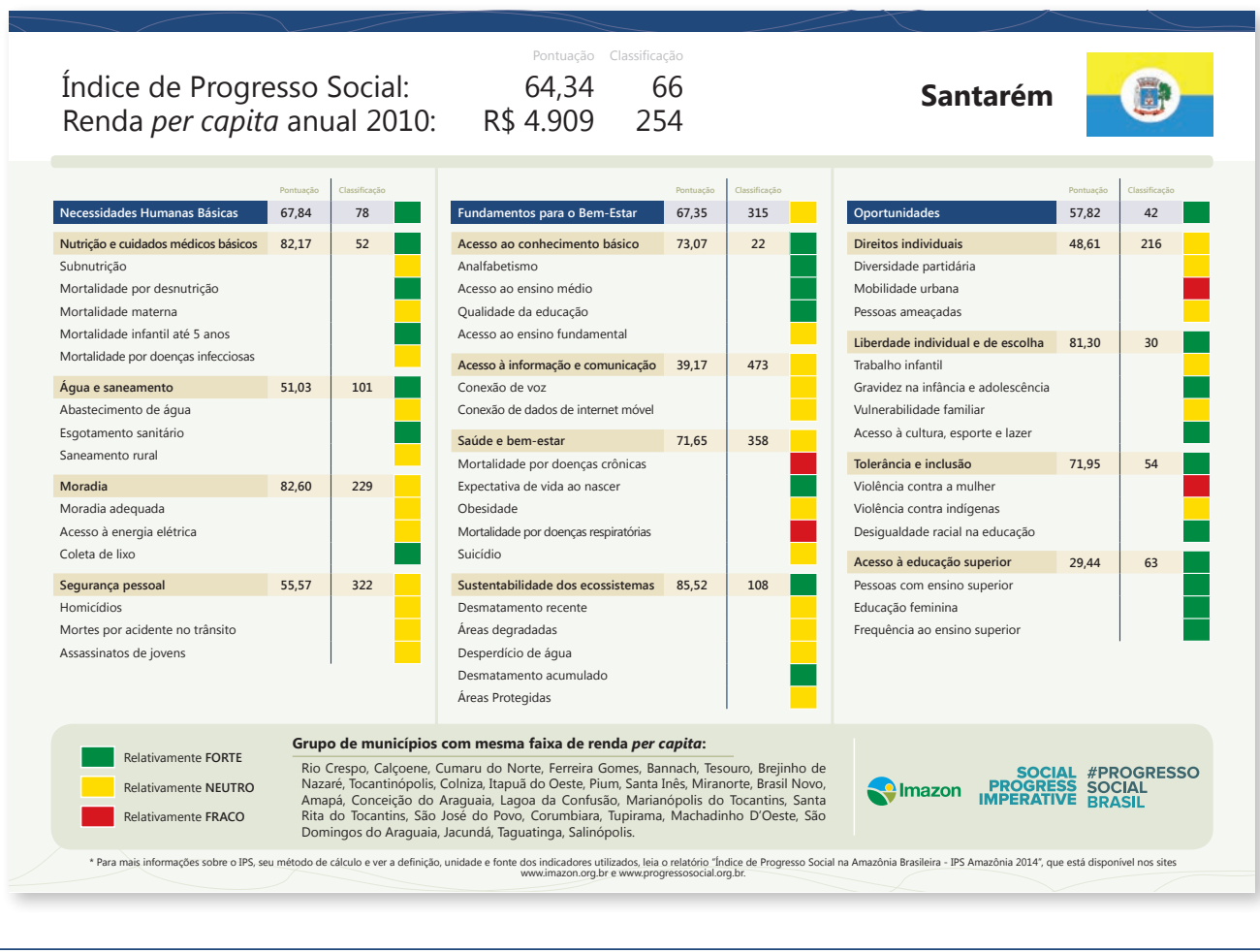
O terceiro grupo possui 194 municípios, que apresentam um IPS médio de 57,21 (em amarelo no mapa). Este grupo diversificado inclui municípios com diferença acentuada no nível de desenvolvimento econômico, medida pela renda *per capita*, que varia de R\$ 1,8 mil anuais em Barreirinha (AM) a R\$ 9,7 mil em Ipiranga do Norte (MT). Isso demonstra que bom desempenho econômico não garante necessariamente o progresso social. Entre os municípios desse grupo destacam-se Marabá (PA), Ariquemes (RO), Paragominas (PA), Alta Floresta (MT) e Oiapoque (AP).

O quarto grupo (em laranja no mapa) compreende o maior número de municípios (204) e possui IPS médio de apenas 53,59. Esses municípios somam 29% do território e abrigam 20% da população total (4,9 milhões de habitantes). Eles respondem por apenas 9% da economia amazônica com um PIB de R\$ 31,6 bilhões. No mapa, observa-se que grande parte dos municípios deste grupo está concentrada em uma mesma faixa de latitude que vai do leste (no Maranhão), passa pelo Pará, até o oeste do Amazonas e Acre. Os municípios de Coari (AM), Itaituba (PA) e Raposa (MA) são alguns dos municípios neste nível de IPS.

Finalmente, 87 municípios compõem o quinto grupo (em vermelho no mapa), que registra os níveis mais baixos de progresso social da Amazônia: IPS médio igual a 49,00. Eles abrigam 1,7 milhão de habitantes (7%), possuem um PIB total de apenas R\$ 9,7 milhões (3% do PIB regional) e a renda domiciliar anual *per capita* média é de apenas R\$ 2,7 mil por ano. Trinta e oito por cento desses municípios estão no Maranhão e 26% no Pará. Os municípios com piores resultados na região são Jordão (AC), Brejo de Areia (MA), Alto Alegre (RR) e Anapu (PA).

**Quadro 1.** Fraquezas e fortalezas dos municípios amazônicos (*scorecards*).

O progresso social medido pelo IPS, suas três dimensões, 12 componentes e 43 indicadores pode ser avaliado individualmente para os 772 municípios da região amazônica por meio dos *scorecards* que estão disponíveis no site [www.ipsamazonia.org.br](http://www.ipsamazonia.org.br). *Scorecard* é um termo esportivo em inglês que significa cartão de pontuação. Nele estão apresentados todos os resultados municipais e a classificação de cada município no *ranking* regional. Os resultados recebem um cartão verde (bom resultado), amarelo (neutro) ou vermelho (fraco) em relação a outros 27 municípios na mesma faixa de renda *per capita*, segundo o exemplo abaixo.



# RESULTADOS

## PROGRESSO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Um dos objetivos do IPS é entender melhor a relação entre o progresso social e o desenvolvimento econômico (SPI, 2014a). O IPS permite analisar os aspectos do progresso social que são mais ou menos correlacionados com as medidas tradicionais de sucesso econômico. No geral, o IPS permite avaliar a eficácia com que o sucesso econômico de um município, estado ou país é convertido em progresso social e vice-versa.

Embora o IPS tenha uma correlação positiva alta com a renda *per capita* dos municípios da Amazônia (0,62), a distribuição dos dados mos-

tra que a performance econômica sozinha não é suficiente para explicar integralmente o progresso social, dado que a relação entre IPS e renda *per capita* não é linear (Figura 5). De fato, há grande variação no IPS entre os municípios com a mesma faixa de renda *per capita*.

Alguns municípios com renda *per capita* muito baixa apresentam IPS relativamente alto em relação a outros municípios na mesma faixa de renda. Por exemplo, Magalhães Barata (PA), Porto Rico do Maranhão (MA) e Parintins (AM) têm um IPS no nível mais alto (verde escuro)

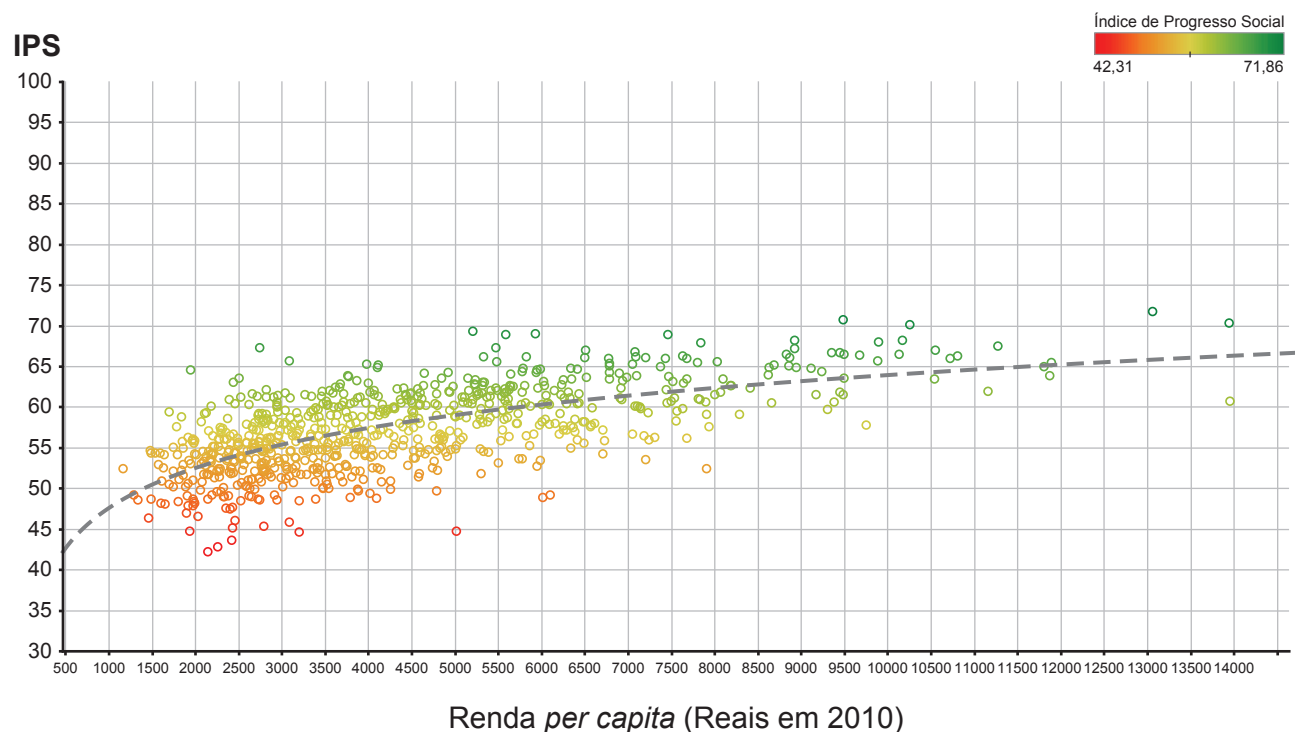


Figura 5. Relação entre IPS e a renda *per capita* nos municípios da Amazônia.

# PROGRESSO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

mesmo apresentando uma renda *per capita* muito baixa em comparação com as capitais. Por outro lado, há diversos municípios com renda superior à média regional que apresentam um IPS nos níveis mais baixos, entre eles: Campo Novo (RO), Bom Jesus do Araguaia (MT), Cumaru do Norte (PA) e Pedra Branca do Amaparí (AP). Ou seja, progresso social é diferente de desenvolvimento econômico, embora sejam correlacionados.

Todas as dimensões do IPS têm uma correlação significativa com a renda *per capita*. No entanto, a correlação da renda é bem mais forte (0,72) com a Dimensão 3 (Oportunidades) do que com a Dimensão 1 (Necessidades Humana-

nas Básicas - 0,38) e Dimensão 2 (Fundamentos para o Bem-estar - 0,33).

## IPS E RENDA NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA

A correlação entre IPS e a renda *per capita* é significativa em todos os estados da Amazônia (Tabela 5), mas é mais forte em Roraima (0,83) e no Acre (0,76). Em todos os estados a renda está mais fortemente correlacionada com a Dimensão 3 (Oportunidades), exceto no Acre e em Rondônia, onde a renda tem correlação mais forte com a Dimensão 1 (Necessidades Humanas Básicas).

**Tabela 5.** Correlação entre o IPS e suas dimensões com a renda *per capita* nos estados da Amazônia.

Estado	IPS	Dimensão 1. Necessidades Humanas Básicas	Dimensão 2. Fundamentos para o Bem-estar	Dimensão 3. Oportunidades
AC	0,76	0,74	0,49	0,68
AM	0,54	0,35	0,34	0,49
AP	0,58	n.s.	0,56	0,65
MA	0,46	0,42	n.s.	0,66
MT	0,47	0,35	n.s.	0,46
PA	0,42	0,24	n.s.	0,61
RO	0,49	0,59	n.s.	0,52
RR	0,83	0,78	n.s.	0,81
TO	0,58	0,35	0,29	0,66
Amazônia	0,62	0,38	0,33	0,72

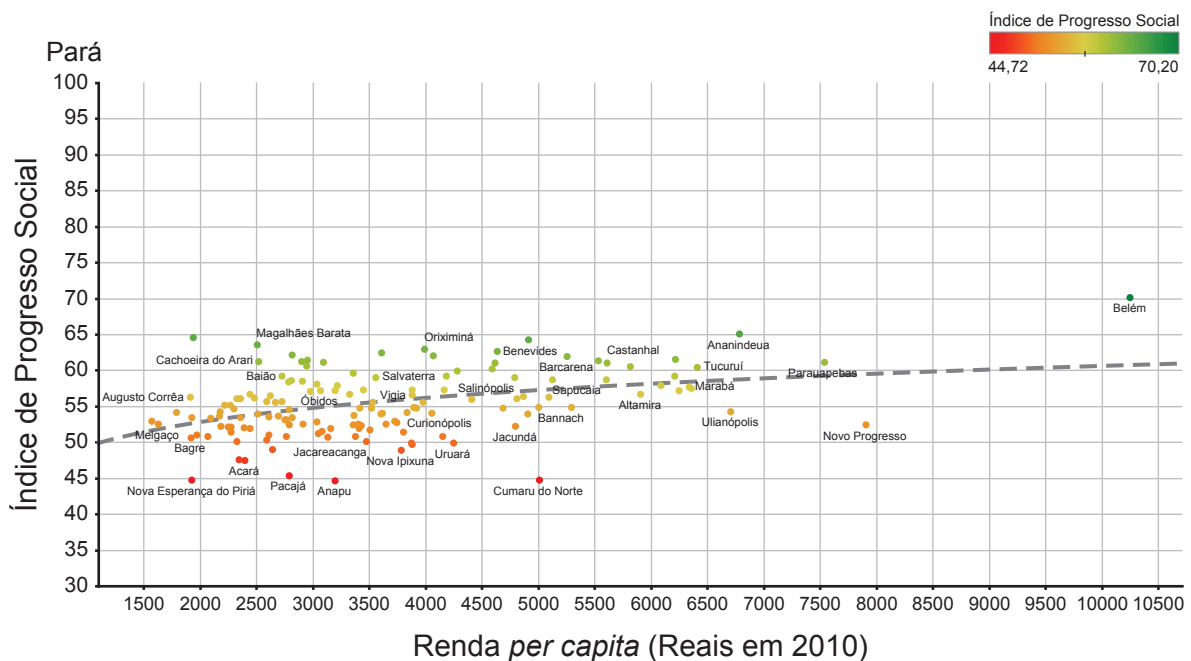
n.s. : valores não significativos.

# RESULTADOS

## PROGRESSO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Entre os estados, a distribuição do IPS de cada município segundo a renda *per capita* é bastante informativa, mostrando que às vezes é possível “obter maior progresso social mesmo com menor renda”. Por exemplo, no Pará, essa correlação mostra que municípios com a mesma faixa de renda *per capita* possuem diferenças significativas na pontuação, como Santa Cruz do Arari (64,67) e Afuá (51,09), dois municípios paraenses situados na ilha do Marajó que

possuem rendas similares e IPS bastante distintos (Figura 6). O mesmo acontece em municípios de Mato Grosso que estão na mesma faixa de renda e apresentam diferença expressiva de IPS, como é o caso de Bom Jesus do Araguaia (48,97) e Pontal do Araguaia (66,91) (Figura 7). No Amazonas, há municípios com IPS diferentes ainda que tenham renda *per capita* similares, como é o caso de Humaitá (58,09) e Apuí (51,50) (Figura 8).



# PROGRESSO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

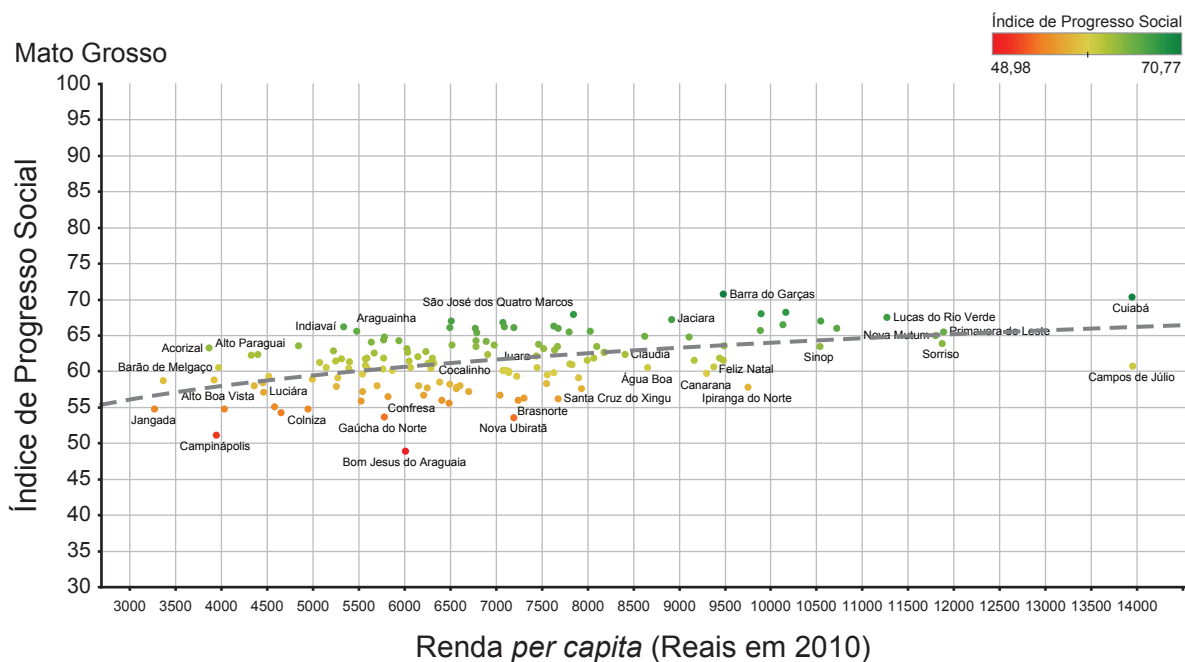


Figura 7. Relação entre IPS e a renda per capita nos municípios do Estado de Mato Grosso.

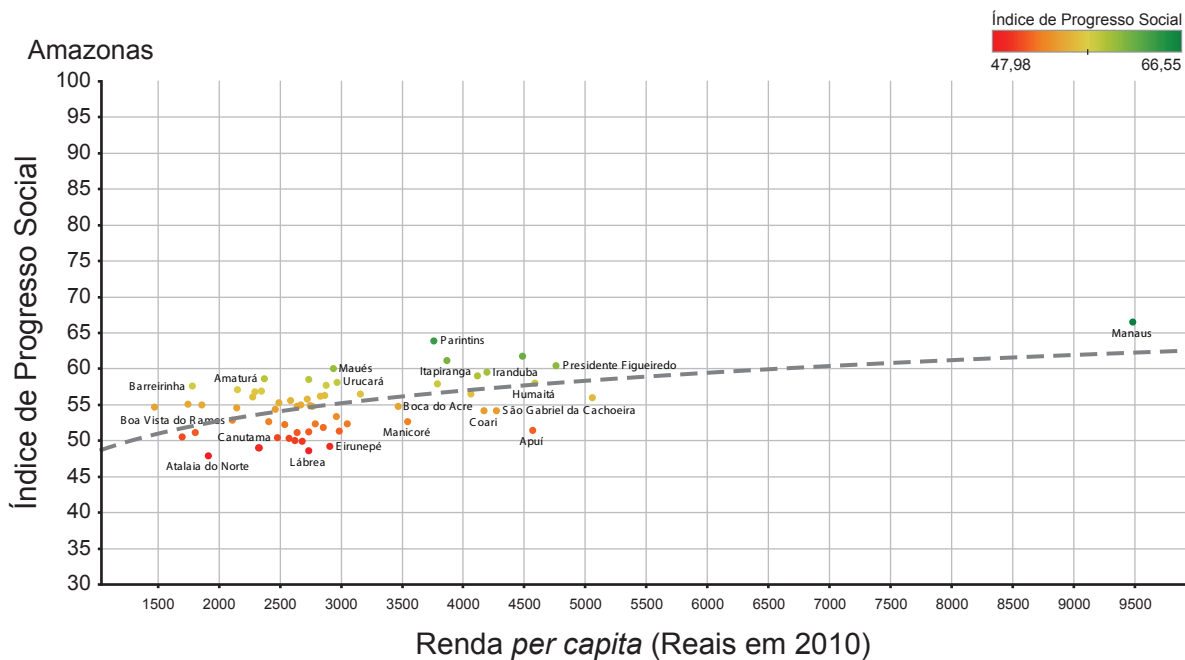


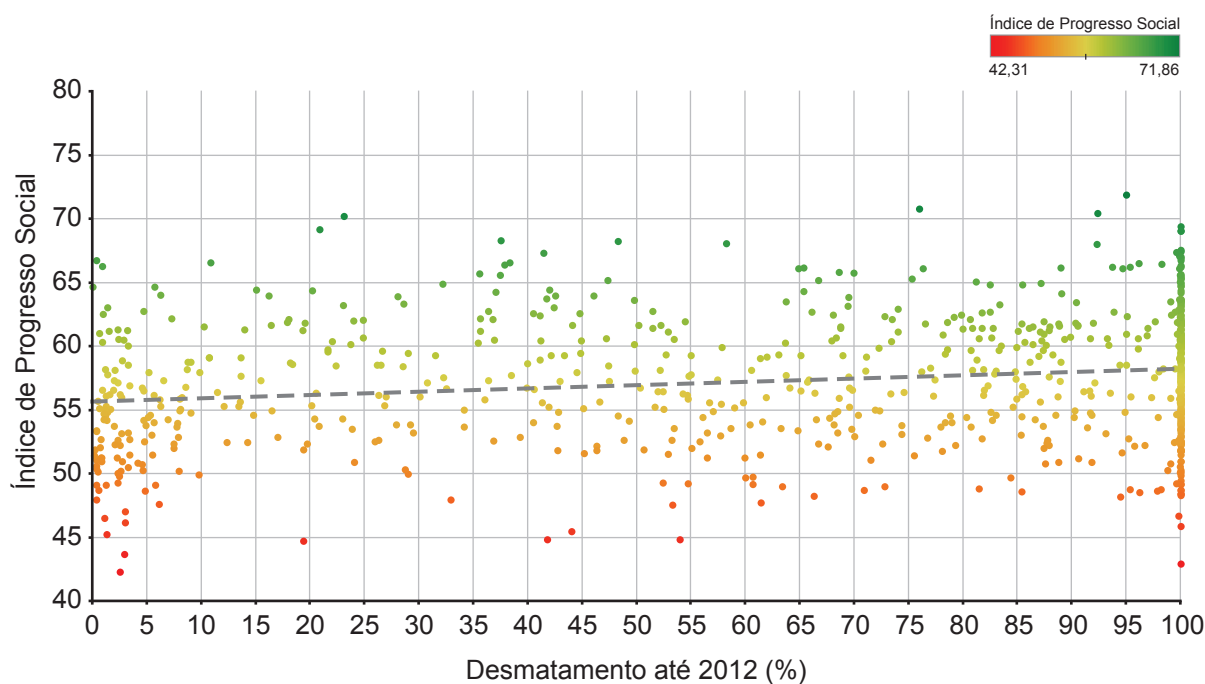
Figura 8. Relação entre IPS e a renda per capita nos municípios do Estado do Amazonas.

# PROGRESSO SOCIAL E O DESMATAMENTO

A Amazônia abriga a maior floresta tropical do mundo. No entanto, cerca de 19% da floresta amazônica (mais de 760 mil km<sup>2</sup>) já foi desmatada (Inpe, 2014a). O desmatamento da Amazônia foi impulsionado na década de 1960 e 1970 pelo governo militar por meio da construção de estradas, projetos de colonização e subsídios para a agricultura. Atualmente, grande parte desse desmatamento é resultado de investimentos privados em agropecuária (especialmente pecuária bovina), extração ilegal de madeira, além dos grande projetos de infraestrutura. Nos últimos anos houve avanços no combate ao desmatamento e a taxa caiu cerca de 75% entre 2004 e 2013. Mesmo assim, a perda continua muito alta (5,8 mil quilômetros quadrados em 2013).

Estudos indicam que o desmatamento eleva indicadores econômicos em um primeiro momento (*boom*), mas que esse aumento é seguido por um colapso econômico, fenômeno chamado de boom-colapso (Celentano *et al.*, 2012).

A correlação entre o IPS e o desmatamento é muito fraca (0,22). É interessante observar que existe uma grande variação do IPS em municípios na mesma faixa de desmatamento (Figura 9). Por exemplo, entre os melhores IPS encontram-se municípios muito desmatados, como Lucas do Rio Verde (MT), assim como municípios com grande cobertura florestal, como Guajará Mirim (RO) e Serra do Navio (AP). Por outro lado, entre os piores níveis de IPS também há municípios quase totalmente florestais, como



**Figura 9.** Relação do IPS com o desmatamento acumulado até 2012 nos municípios da Amazônia.



Atalaia do Norte e Jutai, no Amazonas, cujo desmatamento é inferior a 1%, até municípios largamente desmatados, como é o caso de Bom Jesus das Selvas, no Maranhão, e Eldorado do Carajás, no Pará (> 90% de áreas desmatadas). Entre as

dimensões do IPS, Oportunidades tem a maior correlação com desmatamento (0,27), enquanto as demais dimensões têm correlações muito baixas: 0,15 (Necessidades Humanas Básicas) e 0,09 (Fundamentos para o Bem-estar).

### Quadro 2. IPS nos municípios florestais e não florestais.

A Amazônia Legal abrange municípios que estão integralmente em áreas do Bioma Amazônia, bem como municípios cobertos total ou parcialmente por vegetação não florestal (cerrados e áreas de transição) (ver Figura 12). Há 362 municípios na região com essas características, cuja área somada é cerca de 1,2 milhão de quilômetros quadrados (24% da área total) e onde vivem 8,6 milhões de pessoas (35% da população amazônica). A vegetação de cerrado tem influência na dinâmica de ocupação e de desenvolvimento desses municípios, o que os distingue em alguns aspectos socioeconômicos do restante da Amazônia florestal. Em média, o IPS dos municípios não florestais (58,50) é estatisticamente superior aos municípios florestais (56,26). No entanto, a diferença é relativamente pequena (Tabela 6) e, tanto o grupo de municípios florestais como o de não florestais apresentam IPS insatisfatório em relação à média nacional. A Dimensão 2 (Fundamentos para o Bem-estar) não apresenta diferença significativa entre os municípios florestais e não florestais, enquanto as demais dimensões apresentam resultados ligeiramente superiores para os municípios não florestais.

micos do restante da Amazônia florestal. Em média, o IPS dos municípios não florestais (58,50) é estatisticamente superior aos municípios florestais (56,26). No entanto, a diferença é relativamente pequena (Tabela 6) e, tanto o grupo de municípios florestais como o de não florestais apresentam IPS insatisfatório em relação à média nacional. A Dimensão 2 (Fundamentos para o Bem-estar) não apresenta diferença significativa entre os municípios florestais e não florestais, enquanto as demais dimensões apresentam resultados ligeiramente superiores para os municípios não florestais.

**Tabela 6.** Análise da variância (Anova) do IPS nos municípios florestais e não florestais da Amazônia. Média seguida do desvio padrão (entre parênteses). Letras diferentes significam diferença estatística ( $p < 0,05$ ).

	Florestais* (n = 410)	Não florestais** (n = 362)	F	P
IPS	56,26 (4,69)a	58,50 (5,10)b	40,34	0,00001
D1. Necessidades Humanas Básicas	57,32 (6,83)a	60,38 (7,39) b	35,57	0,00001
D2. Fundamentos para o Bem-estar	64,49 (7,25)	65,24 (8,09)	-	0,1812
D3. Oportunidades	46,95 (5,26)a	49,89 (5,55)b	56,81	0,00001

\* municípios que originalmente tinham 50% ou mais do seu território coberto por floresta.

\*\* municípios que originalmente tinham menos de 50% do seu território coberto por floresta.

As dimensões que compõem o IPS, seus componentes e os indicadores que geram esses componentes desagregados oferecem um detalhamento do IPS importante para a tomada de decisões. Segundo a SPI (2014a), não existe uma medida única que capture todos os aspectos do progresso social. Dessa forma, cada dimensão é diferente e cada componente também é distinto. Os municípios têm pontos fracos e fortes em relação ao progresso social tanto no nível das dimensões quanto dos seus componentes. Estes pontos fortes e fracos podem contribuir na definição de uma agenda de prioridades para o progresso social de cada município.

## DIMENSÃO 1: NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS

A **Dimensão 1** do IPS mostra se a população tem suas necessidades mais básicas garantidas por meio de quatro componentes: 1) Nutrição e cuidados médicos básicos, 2) Água e saneamento, 3) Moradia e 4) Segurança pessoal (Os mapas de todos os 12 componentes estão apresentados no Apêndice 4). As necessidades humanas básicas são comuns a qualquer ser humano, independente de sua localização geográfica. Contudo, esta dimensão é a que apresenta o segundo pior resultado na Amazônia (58,75), e todos os compo-

nentos e indicadores avaliados são preocupantes (Figura 10). A disparidade entre a Amazônia e o restante do Brasil nessa dimensão é de 18%.

O primeiro componente (**Nutrição e cuidados médicos básicos**) evidencia problemas graves que persistem na região, como a subnutrição, a mortalidade infantil, a mortalidade materna e a mortalidade por doenças infecciosas. Na Amazônia, cerca de 1,4 milhão de pessoas (5,8% da população) apresentam peso abaixo do adequado, e a subnutrição é ainda maior entre as crianças com até 5 anos (8,5%). A taxa de mortalidade por desnutrição (7,8 óbitos para cada 100 mil habitantes) é o dobro da taxa brasileira (3,3). Além disso, a mortalidade materna média dos municípios amazônicos (167,5 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos) é quase três vezes maior que a taxa média brasileira (58,2). A mortalidade infantil apresentou queda relevante nos últimos anos, mas a taxa da região ainda é 27% superior à média nacional (25 óbitos de crianças até 5 anos para cada mil nascidos vivos)<sup>[6]</sup>. A mortalidade por doenças infecciosas (Aids, tuberculose, dengue, malária, entre outras doenças) chega a cerca de 20 óbitos por 100 mil habitantes, e os casos de malária persistem em taxas consideradas epidêmicas (10,2 casos para cada mil habitantes), afetando a qualidade de vida da população (ver Quadro 3).

<sup>[6]</sup> Além disso, estima-se que 26% dos óbitos até 1 ano não sejam registrados (Ripsa, 2011).

# RESULTADOS

## AS DIMENSÕES DO IPS

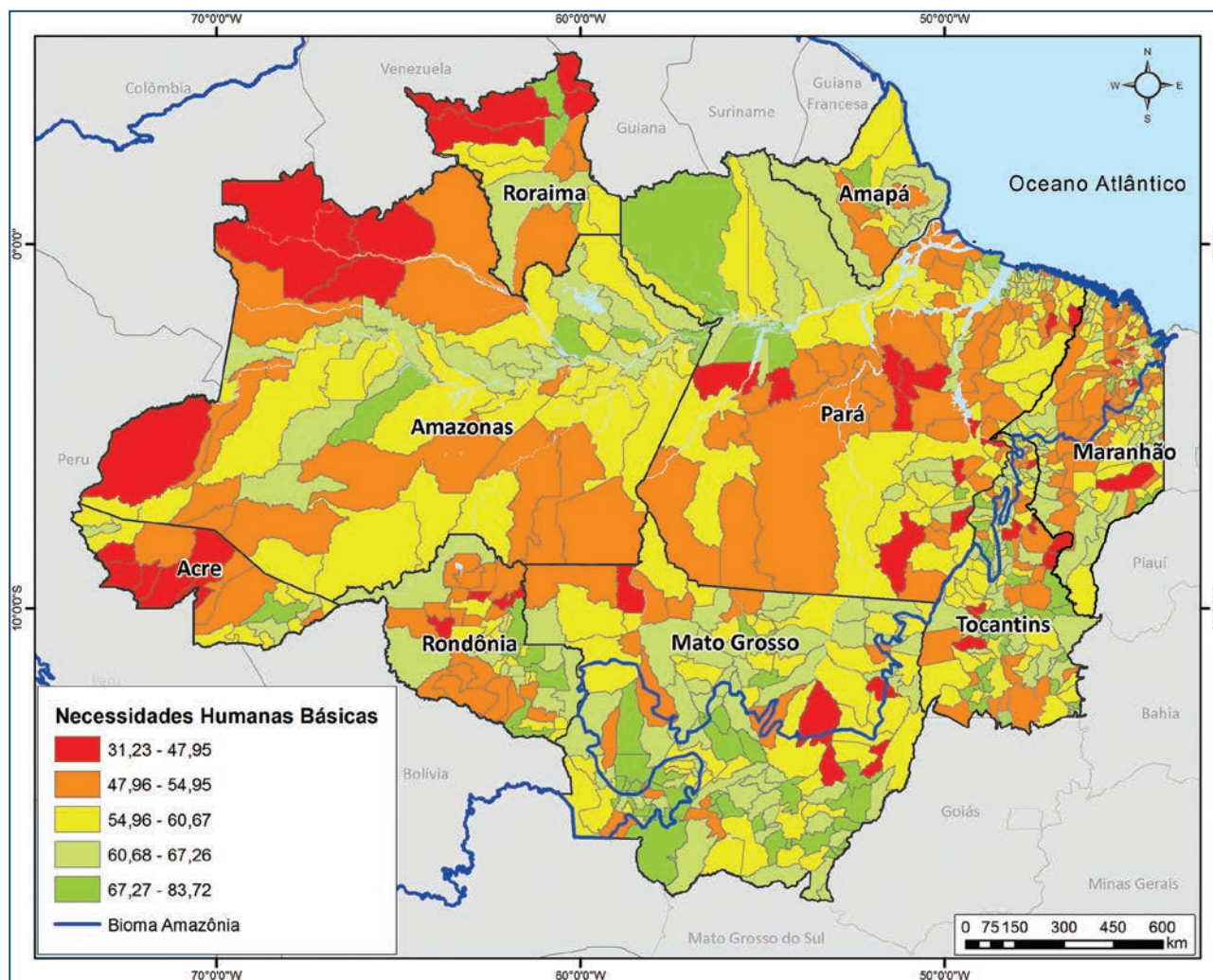


Figura 10. Necessidade Humanas Básicas (Dimensão 1 do IPS) nos municípios da Amazônia.

**Quadro 3.** Malária afeta drasticamente o bem-estar na Amazônia.

A malária é uma doença infecciosa causada por protozoários do gênero *Plasmodium* e transmitida ao homem pela picada do mosquito *Anopheles* contaminado. A Amazônia responde por 99% dos casos de malária do Brasil. Em 2012 foram registrados mais de 235 mil novos casos na região, dos quais 83 mil foram no Amazonas e 80 mil no Pará. Naquele ano, em 21 municípios da Amazônia, mais de 10% da população esteve infectada pela malária. Anajás (PA), Atalaia do Norte (AM) e Mâncio Lima (AC) são os municípios com as maiores taxas de incidência da doença. Populações indígenas, de assentamentos rurais, de garimpos e de regiões próximas às fronteiras com outros países são as mais vulneráveis (Braz *et al.*, 2013). Embora a mortalidade seja relativamente baixa (60 óbitos em 2012), a doença afeta drasticamente o bem-estar da população amazônica.

O segundo componente (**Água e saneamento**) é o que apresenta a maior disparidade entre a Amazônia e o restante do Brasil (53%) e o segundo pior resultado geral (35,35). Sabe-se que saneamento básico e qualidade de vida estão intrinsecamente associados. Em média, pouco mais da metade da população da região (54%) recebe água de um sistema adequado e apenas 15,6% conta com o destino adequado do esgoto (rede geral ou fossa séptica) independente desse esgoto receber ou não o tratamento apropriado. Em 360 municípios amazônicos, mais de 90% dos habitantes não têm acesso a esgotamento sanitário adequado, ou seja, o esgoto é jogado a céu aberto, diretamente em rios ou disposto

de outras formas rudimentares, o que representa grandes riscos à saúde. A situação é ainda pior nas áreas rurais da região, onde apenas 8% da população tem acesso a um abastecimento adequado de água e apenas 3% têm um sistema adequado de esgoto.

O componente 3 (**Moradia**) também aponta disparidade importante entre a Amazônia e o restante do Brasil (21%). Segundo dados do IBGE (2011), 23% da população da região amazônica vive em aglomerados considerados “subnormais”<sup>[7]</sup>. Outro problema crônico são os resíduos sólidos. Pouco mais da metade da população amazônica tem seu lixo coletado, enquanto o restante da população queima, enterra

<sup>[7]</sup> Termo que designa um “conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais”.

ou joga seus resíduos domésticos em terrenos, rios, lagos ou no mar. Além disso, menos de 10% dos municípios amazônicos contam com um sistema de reciclagem de lixo, e a grande maioria dos resíduos continua indo para lixões a céu aberto.<sup>[8]</sup> Por outro lado, o acesso à energia elétrica vem aumentando consideravelmente na região e 90% da população já tem acesso a esse serviço. Ainda que a região tenha grandes usinas hidroelétricas em funcionamento e em construção, uma das principais fontes de energia da região continua sendo termoelétrica gerada a partir da queima de combustíveis fósseis. Segundo o MME (2013), a qualidade da energia elétrica na Amazônia, medida pelo total de horas de interrupção de fornecimento nos municípios (61 horas), era sofrível na comparação com a média brasileira (19 horas). E a situação

era ainda mais crítica nos Estados de Roraima e Amazonas, onde a interrupção de energia elétrica atingiu mais de 100 horas em 2012.

O componente 4 (**Segurança pessoal**) da Amazônia (54,72) é crítico, ainda que seja melhor que a média nacional (39,49). Infelizmente, os indicadores desse componente (homicídios, assassinatos de jovens e mortes no trânsito) são graves em todo o Brasil. A violência no campo e nas cidades amazônicas é preocupante (ver Quadro 4). Além disso, a mortalidade de pessoas vítimas de acidentes de trânsito na região amazônica (31,9 mortes para cada 100 mil habitantes) é superior à média nacional (23,7). Em 2012, mais de 6 mil pessoas morreram no trânsito na região. Na Amazônia como no resto do Brasil, a maioria (70%) dos acidentes de trânsito tem relação com o consumo de bebida alcoólica (Denatran, 2012; Ipea, 2008).

<sup>[8]</sup> Em 2010, o Congresso Nacional aprovou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que obriga as cidades brasileiras a acabarem com os lixões até agosto de 2014. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2014), apenas 10% dos municípios brasileiros entregaram o planejamento de adequação às novas normas. Infelizmente, há iniciativas parlamentares no Congresso Nacional para adiar a obrigatoriedade das cidades em acabarem com os lixões.

**Quadro 4.** Violência no campo e nas cidades da Amazônia.

O Brasil está entre os dez países mais violentos do mundo. Na Amazônia não é diferente. A violência está presente nas cidades, nas áreas desmatadas e na floresta. Somente em 2012, morreram mais de 8,7 mil pessoas vítimas da violência na região (15% dos assassinatos nacionais), sendo 3 mil jovens entre 15 e 24 anos. De fato, a violência é a principal causa de morte de jovens na região (Waiselfisz, 2014). Além disso, o consumo crescente de drogas, como o *crack*, vem sendo apontado como uma das causas do agravamento da criminalidade e da violência em todas as regiões no País (Brasil, 2009).

Manaus (AM), São Luís (MA), Belém (PA) e Ananindeua (PA) figuram entre as cidades mais violentas do Brasil. A taxa de homicídios média dos municípios da região é de 28,2 homicídios para cada 100 mil habitantes. Mas quando se considera apenas a população jovem, a taxa sobe para 45,6 mortes para cada 100 mil jovens. Em 100 municípios amazônicos a taxa de assassinatos de jovens é superior a 100.

No campo, a Amazônia é o principal palco dos conflitos pela terra e dos assassinatos rurais no Brasil. O avanço da fronteira de desmatamento é um processo violento. Povos indígenas, populações tradicionais e pequenos produtores têm sido as maiores vítimas. Há conflitos pela terra e pelos recursos naturais, grilagem de terras públicas e assassinatos rurais. Em 2012, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 459 conflitos na região (56% dos conflitos totais do País) envolvendo mais de 36 mil famílias. Entre 2009 e 2012, 44 indígenas (Cimi, 2014) e 83 não indígenas foram assassinados vítimas desses conflitos (CPT, 2013). Além disso, moram na Amazônia 211 das 262 pessoas ameaçadas de morte do País, ameaças geralmente associadas a questões fundiárias e ambientais.

# AS DIMENSÕES DO IPS

## DIMENSÃO 2: FUNDAMENTOS PARA O BEM-ESTAR SOCIAL

A **Dimensão 2** do IPS mostra se os municípios amazônicos têm a estrutura necessária para garantir o bem-estar social, definido a partir de quatro componentes essenciais: 5) Acesso ao conhecimento básico, 6) Acesso à informação e comunicação, 7) Saúde e bem-estar e 8) Susten-

tabilidade dos ecossistemas. Essa é a dimensão do IPS em que a Amazônia apresenta melhor resultado (64,84), mesmo assim, é 8% inferior à média do Brasil (Figura 11).

O **Acesso ao conhecimento básico** (componente 5) revela uma disparidade de 10% entre a Amazônia e o restante do Brasil. O analfabetismo atinge 18,4% da população com mais de 15 anos na Amazônia, alcançando 26% no

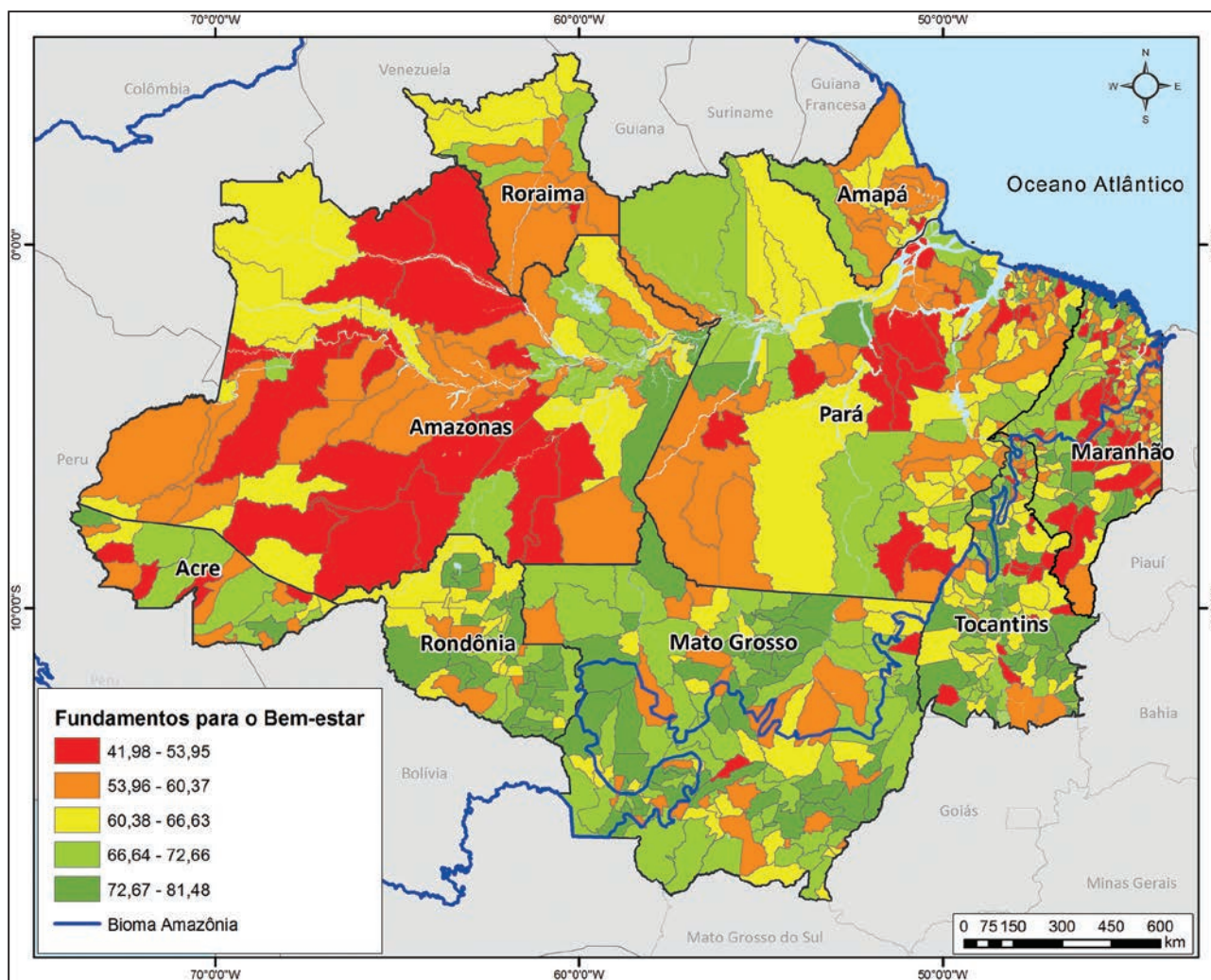


Figura 11. Fundamentos para o Bem-estar (Dimensão 2 do IPS) nos municípios da Amazônia.

Maranhão. Além disso, outros 23% da população da região era analfabeta funcional em 2009<sup>[9]</sup>. O acesso de crianças de 7 a 14 anos ao ensino fundamental chega a 87% na Amazônia devido a diversas políticas nacionais de inclusão social e transferência de renda. No entanto, o acesso dos jovens de 15 a 17 anos ao ensino médio ainda apresenta alguns desafios. Nos municípios amazônicos, a frequência média de jovens ao ensino médio é de 33%, valor inferior à média nacional (44,8%). No Acre, Amazonas, Pará e Roraima, esse valor é ainda menor: inferior a 30%. Embora o acesso à escola tenha aumentado nos últimos anos, a Amazônia enfrenta problemas sérios para garantir a estrutura e a qualidade na educação. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)<sup>[10]</sup>, criado pelo Ministério da Educação (MEC) para monitorar a qualidade da educação básica no Brasil, mostra que todos os estados da Amazônia têm baixa qualidade na educação (Ideb < 5), e o resultado médio dos municípios da região é de apenas 3,9.

O **Acesso à informação e comunicação** (componente 6) é essencial para o progresso social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Porém, esse componente apresenta o pior resultado nessa dimensão (53,36), e alguns indicadores não estão disponíveis na escala municipal. Dados na escala estadual revelam que apenas

30% da população amazônica tem computador em casa e uma fração ainda menor tem o computador conectado à internet (23,4%; IBGE 2011). Por outro lado, 83% da população tem um telefone celular, e o número de linhas ultrapassa o número de habitantes (116 linhas para cada 100 habitantes). Estudo recente aponta que o celular é o principal meio de acesso à internet no Brasil (Datafolha, 2013). Ainda que dados da Anatel (2013) indiquem taxas altas de conexão de voz (97%) e de internet (95%) na região, menos de 40% dos municípios contam com o serviço de 3G. Em 2013, apenas 24% dos usuários de telefonia móvel estavam satisfeitos com o serviço (Teleco, 2014). Além disso, estudo da ONU (2013) mostra que as tarifas de comunicações do Brasil estão entre as mais caras do mundo.

A **Saúde e bem-estar** (componente 7) refletem as condições de vida da população e também seu acesso a um sistema de saúde universal de qualidade. A taxa de pessoas com sobrepeso e obesidade é alarmante (35% da população). O sobrepeso e a obesidade geralmente estão associados à alimentação de má qualidade e a um estilo de vida sedentário; fatores associados ao aumento de diversas doenças da “modernidade” como a diabetes, o câncer e as doenças cardiovasculares. Os óbitos atribuídos à essas doenças na Amazônia chegam a 15,9

<sup>[9]</sup> Analfabeto funcional é uma pessoa que tem menos de 3 anos de estudo, geralmente sabe ler e escrever algo simples, mas tem habilidades limitadas e dificuldade de compreensão.

<sup>[10]</sup> O Ideb varia de 0 (péssimo) a 10 (ótimo) e é calculado a partir de dois conceitos fundamentais para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática (Inep, 2013).



para cada 100 mil habitantes, o que representou cerca de 8 mil mortes em 2012.<sup>[11]</sup> O sistema público de saúde da maioria dos municípios pequenos não tem estrutura para tratar doenças como câncer, o que sobrecarrega os hospitais e centros de tratamento das capitais. Além disso,

muitas pessoas têm dificuldades logísticas para chegar aos centros de tratamento devido às grandes distâncias entre as cidades do interior e as capitais da região. Outra causa importante de mortes na região são as doenças respiratórias (ver Quadro 5).<sup>[12]</sup>

#### Quadro 5. Focos de calor e doenças respiratórias.

Em 2013, a Amazônia foi responsável pela maioria (68%) dos focos de calor<sup>[13]</sup> no Brasil (Inpe, 2014b). A fumaça presente no ar devido às queimadas, poluição e indústrias é a principal causa de doenças respiratórias. Na Amazônia, a mortalidade atribuída a doenças respiratórias chega anualmente a 35,2 óbitos para cada 100 mil habitantes, e em alguns municípios de Mato Grosso (Colider, Pontal do Araguaia e Nova Santa Helena) é alarmante, com mais de 70 óbitos por 100 mil habitantes. Outra fonte importante de doenças respiratórias na região está relacionada ao grande número de carvoarias que abastecem a indústria de ferro-gusa principalmente nos municípios de Marabá (PA) e Açailândia (MA).

**A Sustentabilidade dos ecossistemas** (componente 8) inclui indicadores relativos a água (desperdício), solo (degradação) e florestas (desmatamento e Áreas Protegidas). A Amazônia abriga a maior reserva de água doce do planeta. Porém, mais da metade da população não tem acesso a um sistema de abastecimento adequado e em vários municípios há raciona-

mento de água potável. Nos municípios onde a população é servida por rede de abastecimento de água, o desperdício médio chega a 44%; valor superior à média nacional (37%). A perda de florestas na Amazônia é uma preocupação global. O desmatamento entre 2009 e 2013 somou mais de 31 mil quilômetros quadrados, e em 2013 atingiu cerca de 19% do Bioma

<sup>[11]</sup> É importante ressaltar que cerca de 15% dos óbitos na região não são registrados (Ripsa, 2011), e que dos óbitos registrados mais de 10% não têm suas causas definidas (MS, 2014b).

<sup>[12]</sup> Outro indicador utilizado para construir esse componente do IPS municipal é a mortalidade por suicídio. Em 2012, a região apresentou uma taxa de suicídio (8,8 casos para cada 100 mil habitantes) superior à média nacional (5,3), mas essas taxas são consideradas baixas quando comparadas àquelas da Europa e Ásia, que podem chegar a mais de 30 casos. No entanto, o suicídio entre as populações indígenas é alarmante no Brasil, chegando a ser quatro vezes maior do que entre a população não indígena na região Norte (Souza e Orellana, 2012).

<sup>[13]</sup> Casos de queimadas e de incêndios florestais detectados por satélites.

(Figura 12) (Inpe, 2014a). O desmatamento representa uma das maiores fontes de emissões brasileiras de gases de efeito estufa (ver Quadro 6). A boa notícia é que 42% da região está protegida por Unidades de Conservação e Terras Indígenas (Imazon e ISA, 2011), muito embora

haja evidências de desmatamento ilegal dentro dessas Áreas Protegidas e uma pressão forte por parte de lideranças ruralistas e setores do governo para a diminuição e até mesmo desafetação de uma parte dessas áreas (Martins *et al.*, 2012; Bernard *et al.*, 2014).

#### Quadro 6. Desmatamento e as emissões de Gases de Efeito Estufa.

O desmatamento na Amazônia já foi um dos maiores responsáveis pelas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) do Brasil. Em 1995, quando as emissões de GEEs do País atingiram seu maior valor, com 2,615 GT CO<sub>2</sub>eq (Gigatons de CO<sub>2</sub> equivalente), as mudanças de uso da terra, sobretudo desmatamento da Amazônia, responderam por 75% do total (MCTI, 2013). É importante registrar que naquele ano o desmatamento na Amazônia atingiu a sua maior marca histórica: 29 mil quilômetros quadrados de florestas destruídas. Em 2005, com o desmatamento um pouco menor, as emissões do Brasil caíram para 2,032 GT CO<sub>2</sub>eq, e a contribuição das mudanças de uso da terra (desmatamento incluído) diminuiu para 57% (MCTI, 2013). A queda expressiva no desmatamento, sobretudo a partir de 2008, teve reflexo positivo nas emissões de GEE do Brasil. De acordo com as estimativas do governo, as emissões de GEE em 2010 foram 1,246 GT CO<sub>2</sub>eq, sendo que a participação das mudanças de uso da terra foi apenas 22% (MCTI, 2013). Dessa vez, os vilões das emissões brasileiras foram a agropecuária (35%) e energia (32%) (MCTI, 2013). Estimativas ainda mais recentes divulgadas pelo Observatório do Clima, realizadas por meio do Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa do Brasil (SEEG), também revelam redução nas emissões totais do País. De acordo com o SEEG, as emissões de GEE do Brasil em 2012 foram 1,488 GT CO<sub>2</sub>eq, das quais 32% foram provenientes das mudanças de uso da terra (<http://seeg.observatoriodoclima.eco.br>).

# RESULTADOS

## AS DIMENSÕES DO IPS

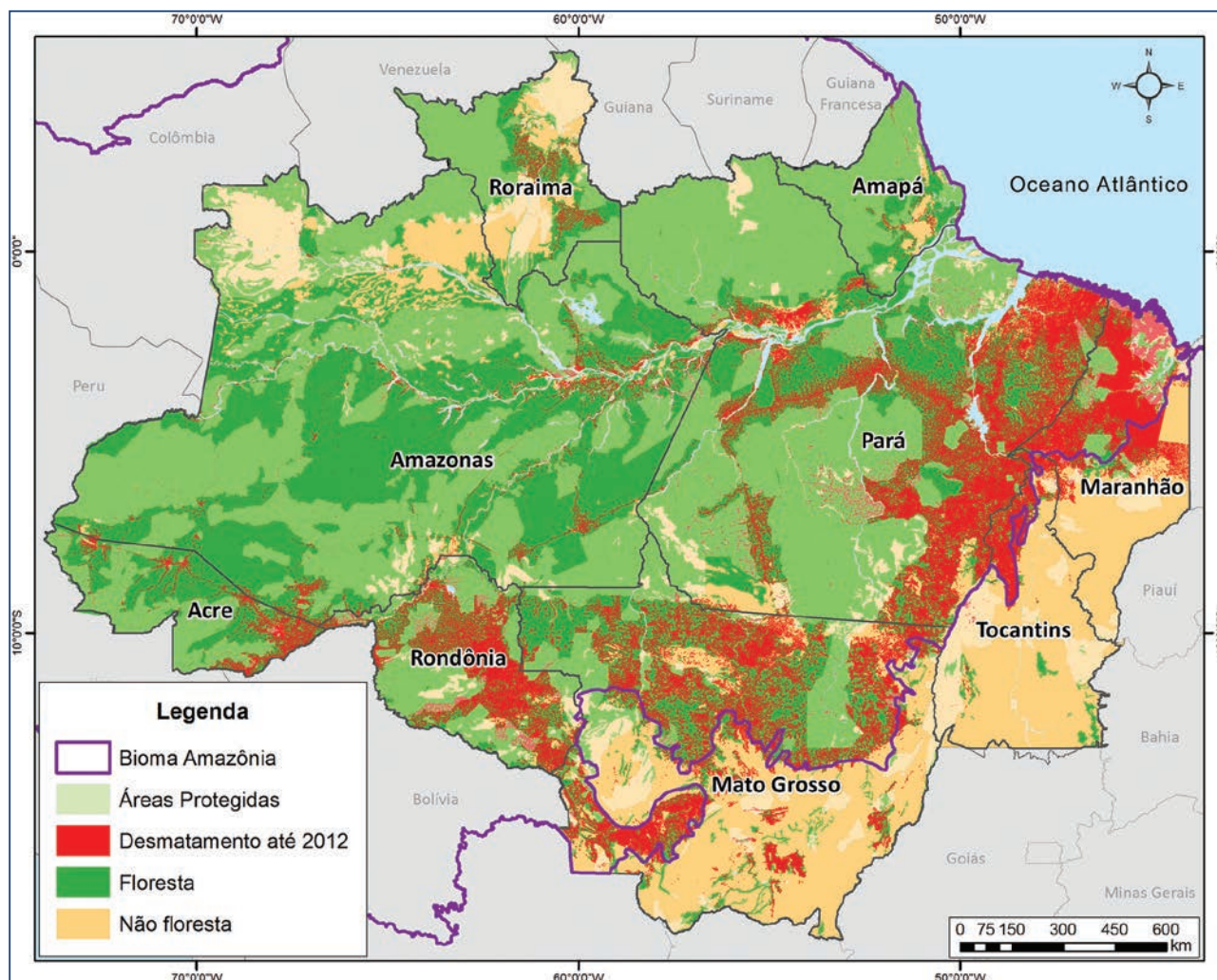


Figura 12. Desmatamento acumulado na Amazônia até 2012 (Inpe, 2014a).

### DIMENSÃO 3: OPORTUNIDADES

A **Dimensão 3** do IPS estima o nível de oportunidade existente nos municípios da Amazônia por meio de quatro componentes: 9) Direitos individuais, 10) Liberdade individual e de escolha, 11) Tolerância e inclusão e 12) Acesso à educação superior. Essa é a dimensão com os

piores resultados na Amazônia, com um índice médio de apenas 48,33, enquanto no restante do Brasil é 61,18. Entre os municípios da Amazônia, a situação é melhor nas capitais, bem como nos municípios com população acima de 200 mil habitantes, com exceções em alguns municípios com menor população principalmente em Mato Grosso e Tocantins (Figura 13).

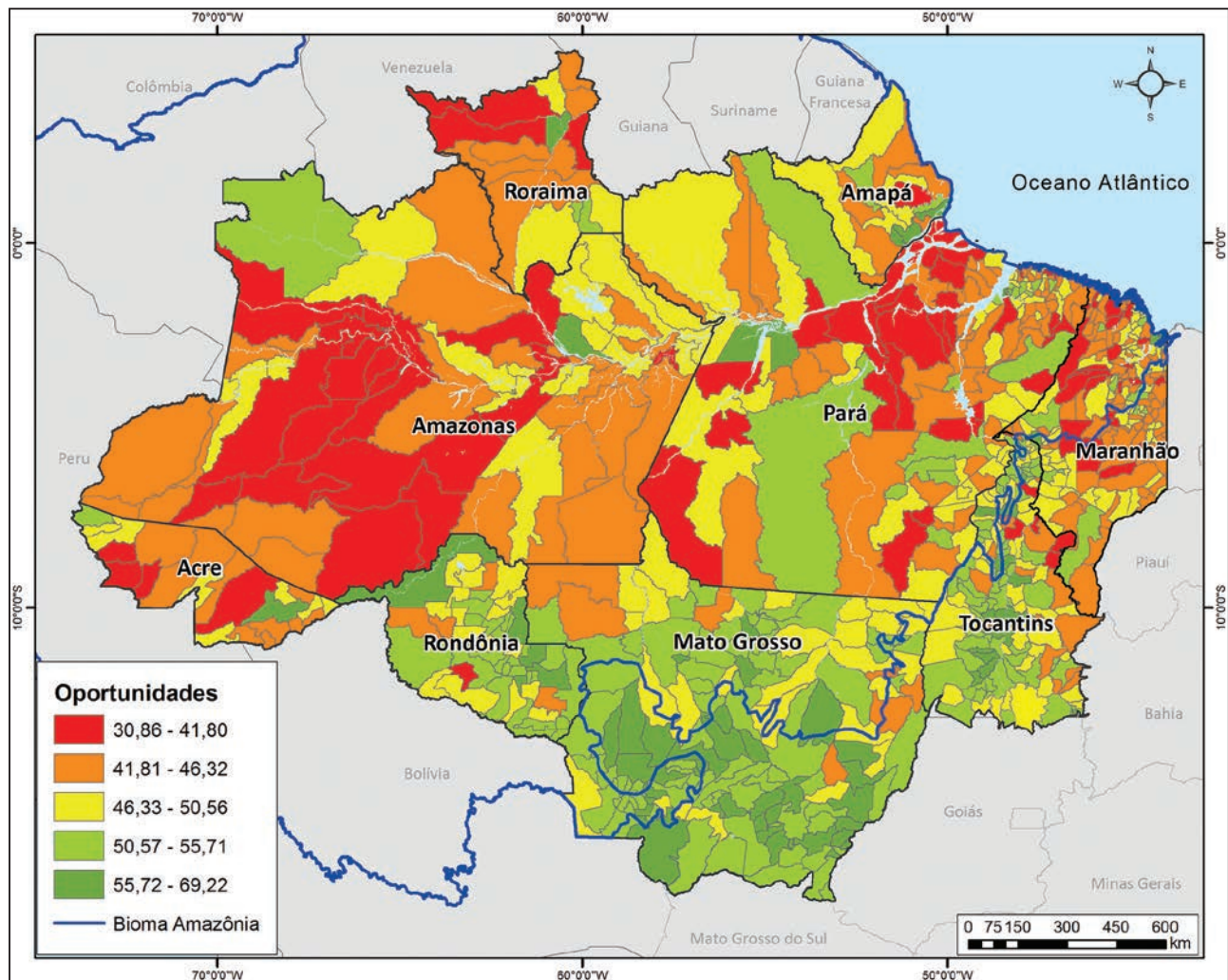


Figura 13. Oportunidades (Dimensão 3 do IPS) nos municípios da Amazônia.

O componente 9 (**Direitos individuais**) inclui indicadores de mobilidade urbana, representatividade partidária e pessoas ameaçadas (ver Quadro 4). A deficiência e a má qualidade no transporte público do Brasil são notórias. Se no Brasil a mobilidade urbana não está boa com 4,7 ônibus para cada mil habitantes, na Amazônia a situação é ainda mais crítica com apenas 2,0 ônibus para cada mil habitantes. Ainda que alguns municípios da região precisem mais de barcos do que de ônibus para o transporte público, a frota de ônibus nas grandes cidades amazônicas é insuficiente. Entre as capitais, Rio Branco (AC), Macapá (AP) e Belém (PA) apresentaram a menor

frota, com respectivamente 2,5, 2,5 e 3,7 ônibus para cada mil habitantes. A precariedade do serviço de transporte público afeta a qualidade de vida da população e também a produtividade dos trabalhadores. Além disso, a falta de transporte público leva ao aumento do transporte individual e, conseqüentemente, a problemas de trânsito, de poluição e de violência associados. Em 2012 havia 44 carros para cada 100 mil habitantes, taxa 22 vezes superior à taxa de ônibus. Diferente do IPS Global, indicadores de corrupção não foram incluídos na análise desse componente por causa da falta de transparência sobre o tema na região (ver Quadro 7).<sup>[14]</sup>

#### Quadro 7. Falta transparência sobre a corrupção na Amazônia.

A corrupção na política é um dos indicadores empregados para calcular o IPS Global. Infelizmente, não foram encontrados dados que pudessem ser utilizados para indicar a corrupção na escala municipal da Amazônia. Alguns estados e municípios apresentam informações dispersas sobre contas públicas não aprovadas e cassações de mandatos, mas não existem disponíveis dados consolidados e organizados que ilustrem esse tema para todos os municípios da região. A falta de transparência sobre corrupção, financiamento de campanhas e uso do dinheiro público é um problema generalizado no Brasil. Sem transparência e combate à corrupção não é possível haver progresso social. Em 2013, o Índice de Percepção da Corrupção da ONG Transparência Internacional ([www.transparency.org/](http://www.transparency.org/)) colocou o Brasil na 72ª posição entre os 177 países avaliados com 42 pontos, pontuação próxima a países africanos e árabes.

<sup>[14]</sup> Para o cálculo do componente 9 (Direitos individuais) utilizamos um indicador de representatividade partidária. Esse indicador mostra a porcentagem dos partidos eleitos em relação aos partidos que participaram da última eleição para vereador municipal, indicando em alguns municípios a hegemonia política de alguns partidos, que muitas vezes não favorece a democracia. Esse indicador, que variou de 20% a 100% entre os municípios da região, teve uma média de 50,2% para a Amazônia no geral.

O componente 10, **Liberdade individual e de escolha**, evidencia a falta de oportunidades dos jovens na região amazônica, seja pela necessidade de trabalho, pela vulnerabilidade das famílias ou pelo acesso escasso à cultura, lazer e esporte. O trabalho infantil é um problema recorrente e mais de 11% das crianças entre 10 e 14 anos trabalham na região. Isso significa que mais de 500 mil crianças que deveriam estar se dedicando aos estudos e à vivência esportiva e cultural - essencial para seu desenvolvimento intelectual e emocional - estão trabalhando para ajudar na renda familiar. As taxas de gravidez entre adolescentes (13% das mulheres entre 15 e 17 anos já tinham filho) e das mães chefe de família sem cônjuge e sem instrução (25%) indicam alta vulnerabilidade familiar e carência nas políticas públicas de planejamento familiar. Outro problema é a falta de espaços públicos para a realização de esportes, atividades culturais e lazer. Na Amazônia, 80% dos municípios têm um ginásio esportivo, 26% têm um centro cultural, 12% têm um teatro ou sala de espetáculo e 94% têm uma biblioteca municipal<sup>[15]</sup>. Porém, menos de 7% dos municípios da região contam com todos esses espaços para sua população. Além disso, na maioria dos municípios esses espaços existem somente na sede municipal e não beneficiam bairros distantes ou as zonas rurais.

**Tolerância e inclusão** (componente 11) tem um resultado geral para a Amazônia (64,58) ligeiramente superior à média do Brasil (63,59). Mesmo assim, há problemas sérios na região com relação à violência contra a mulher e indígenas e à desigualdade racial. A violência afeta mulheres de diferentes classes sociais, escolaridade e etnias. No Brasil, uma em cada cinco mulheres declarou haver sofrido algum tipo de violência por parte de um homem (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010). Na Amazônia, mais de 11 mil casos de violência contra a mulher foram denunciados em 2012, o que representa uma taxa de 80,9 casos para cada 100 mil mulheres. Desse total, 30% ocorreram em 4 municípios: Manaus (AM), Belém (PA), Tefé (AM) e Codó (MA). Embora políticas tenham sido implementadas para prevenir, eliminar e condenar essa prática, como a Lei Maria da Penha (Brasil, Lei nº. 11.340/2006), há ainda um número expressivo de mulheres vítimas que não denunciam seus agressores. Outras vítimas de violência recorrente na região são os povos indígenas. Segundo o Cimi (2014), ocorreram pelo menos 137 casos de violência contra indígenas na Amazônia entre 2008 e 2012, dos quais 97 ocorrências constituíram agressões e atentados contra a vida (45 casos de agressão, 37 homicídios e 13 tentativas de homicídio). Em 2012, foram registrados 9,4 casos de violência

<sup>[15]</sup> A existência de pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro é uma disposição legal brasileira (Brasil, Lei nº. 12.244/2010), mas isto não garante a qualidade e quantidade do acervo, a modernização do espaço, infraestrutura e a existência de novas tecnologias digitais.

para cada 100 mil indígenas. Além disso, persistem na região altas taxas de trabalho análogo a escravidão (ver Quadro 8) e forte desigualdade

racial, em especial no acesso à educação. Apenas 36% da população negra e parda com mais de 15 anos tem o ensino fundamental completo.

#### Quadro 8. Trabalho escravo persiste na Amazônia.

A escravidão moderna (ou trabalho em condição análoga a de escravo) refere-se ao trabalho degradante com privação de liberdade seja por meio da servidão por dívida, retenção de documentos, isolamento geográfico ou uso de guardas armados (OIT, 2005). Essa prática ilegal persiste elevada na Amazônia, infringindo os direitos humanos mais básicos. Entre 2009 e 2012, foram registrados 537 casos de trabalho em condições análogas a de escravidão na região (64% de todos os casos registrados no Brasil). Durante esses anos, mais de 4 mil pessoas foram libertadas da condição de trabalho forçado na Amazônia. Segundo a ONU (2010), os trabalhadores escravos no Brasil são, no geral, homens analfabetos entre 25 e 40 anos de idade, provenientes principalmente do Maranhão, Piauí e Tocantins. A maioria trabalha em fazendas de pecuária (38%), agricultura (25%), bem como na prática de desmatamento, extração de madeira e produção de carvão (ONU, 2010). Somente em 2014 o Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição nº. 57A/1999 (conhecida como PEC do Trabalho Escravo) que determina expropriação de terra onde houver trabalho escravo e destinação da mesma para a reforma agrária. Porém, até junho de 2014 ainda não havia sido aprovada a regulamentação da lei, a qual definirá o que é trabalho escravo e como a lei deverá ser implementada.

Finalmente, o último componente (**Acesso à educação superior**) tem o pior resultado entre os componentes do IPS (19,1) e mostra uma disparidade de 43% entre a Amazônia e o restante do Brasil. Na Amazônia, apenas 4,6% da população com 25 anos ou mais concluiu um curso superior e 5,6% dos jovens entre 18 e 24

anos frequentam um curso superior. Formação de capital humano e investimentos em ensino superior, ciência e tecnologia têm sido apontados como os principais meios de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável, reduzindo a pobreza e diminuindo as desigualdades regionais.



## CONCLUSÕES



# CONCLUSÕES

O Índice de Progresso Social (IPS) apresenta o diagnóstico mais completo da situação social em 772 municípios da Amazônia com base em 43 indicadores. Esse índice, desagregado em 3 dimensões (Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos para o Bem-estar e Oportunidades) e 12 componentes mostra com detalhe a situação social dos municípios e estados da Amazônia.

O IPS médio da Amazônia é apenas 57,31 - bem inferior à média nacional (67,73). A Dimensão 3 do IPS (Oportunidades) é a que tem o pior resultado (48,33), mostrando os desafios que a região deve enfrentar para garantir oportunidades para sua população. Nessa dimensão, o pior resultado foi no componente “Acesso à educação superior” (19,10), evidenciando a insuficiência de investimentos na qualificação do capital humano na Amazônia.

A Dimensão 1 (Necessidades Humana Básicas) apresentou um índice de apenas 58,75 - abaixo da média nacional de 71,60. Entre os componentes dessa dimensão inclui-se “Água e saneamento”, que teve o pior resultado (35,35).

A segunda Dimensão (Fundamentos para o Bem-estar) obteve o melhor resultado (64,84), mesmo assim, o valor está abaixo da

média nacional (70,42). Entre os componentes, o pior resultado foi no “Acesso à informação e comunicação” (53,36). Por outro lado, o melhor resultado foi alcançado pelo componente “Sustentabilidade dos ecossistemas” (74,85), devido principalmente à queda recente no desmatamento e também à maior proporção de Áreas Protegidas (Terras Indígenas e Unidades Conservação) existentes na região.

Os estados da Amazônia apresentam uma disparidade em relação ao IPS e suas três dimensões, mas nenhum deles tem resultados satisfatórios ou melhores que o restante do Brasil. Mato Grosso, Tocantins e Rondônia têm os melhores desempenhos. A variação do IPS nos municípios também é significativa.

Os municípios foram classificados em 5 categorias de IPS. Na melhor categoria estão 87 municípios que têm em média um IPS de 65,79. Esses municípios abrigam 9,4 milhões de habitantes (39% da população regional) e são responsáveis por mais da metade (53%) da economia regional, com um PIB de R\$ 182,3 bilhões em 2011. Por outro lado, na pior categoria estão 87 municípios que somam uma população de 1,7 milhão de habitantes e que têm um IPS médio de apenas 49,00. A economia desses municípios

representa apenas 3% do PIB regional (R\$ 9,7 milhões). Mais detalhes dos resultados dos estados e municípios estão apresentados no site [www.ipsamazonia.org.br](http://www.ipsamazonia.org.br).

A relação do IPS com o desenvolvimento econômico (medido pela renda *per capita*) é alta (0,62), principalmente na dimensão Oportunidades (0,72). Todavia, a performance econômica sozinha não é suficiente para explicar integralmente o progresso social já que a relação entre IPS e renda *per capita* não é linear. Vários municípios na mesma faixa de renda apresentam resultados do IPS muito diferentes, evidenciando como a economia pode ou não influenciar o progresso social.

A relação entre o desmatamento e o IPS é relativamente fraca (0,22), mas significativa. Não há um padrão claro na distribuição dos dados. Diversos municípios com o mesmo nível de desmatamento acumulado apresentam uma variação ampla de IPS. Análises adicionais são necessárias para entender melhor o impacto do desmatamento sobre o progresso social medido pelo IPS. Porém, sabe-se que a relação entre o desmatamento e indicadores de bem-estar (principalmente aqueles que englobam aspectos econômicos) tendem a seguir um padrão boom-co-

lapso (Celentano *et al.*, 2012), ou seja, crescem nos primeiros anos após a abertura da fronteira e desmatamento e tendem a se equilibrar e apresentar queda nos anos subsequentes quando o recurso florestal se esgota.

A Amazônia é conhecida internacionalmente por seus recursos naturais superlativos e por proporcionar serviços ambientais ao Brasil e ao restante do planeta. Essa riqueza vem sendo utilizada de forma predatória com constantes conflitos na disputa pelos recursos naturais. Ao mesmo tempo persistem na região problemas sociais graves e faltam oportunidades de progresso social para a grande maioria da população. O progresso social da forma como é medido pelo IPS revela que a região está abaixo da média brasileira, o que é incompatível com a sua importância estratégica em termos de recursos naturais para o Brasil. As próximas eleições gerais (presidente, governadores e legislativo estaduais e federal), em outubro de 2014, oferecem um momento excepcional para debater as questões sociais e ambientais da região e propor soluções que melhorem o progresso social dos mais de 24 milhões de habitantes da Amazônia. Esperamos que este relatório seja utilizado como uma bússola para orientar a gestão e as políticas públicas na região.

# REFERÊNCIAS

Anatel. Agência Nacional de Telecomunicações. 2013. Acompanhamento do Plano de Melhoria do Serviço Móvel Pessoal (Telefonia Móvel Celular) SMP: Dados dos Indicadores de Rede - Resultados Consolidados por Município e Estado (UF). Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/sqp/qualidade/principal/consulta.asp>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

Bernard, E.; Penna, L. A. O.; Araújo, E. 2014. Downgrading, Downsizing, Degazettement, and Re-classification of Protected Areas in Brazil. *Conservation Biology*, 28 (2), 1523-1739.

Brasil. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm).

Brasil. 2009. Presidência da República. Relatório brasileiro sobre drogas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; IME USP; Duarte, P. C. A. V.; Stempliuk, V. A.; Barroso, L. P. (Org.) Brasília-DF: Senad, 364 p.

Brasil. Lei nº. 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm).

Brasil. Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Braz, R. M.; Duarte, E. C.; Tauil, P.L. 2013. Caracterização das epidemias de malária nos municípios da Amazônia brasileira em 2010. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro-RJ, v. 29, n. 5.

Celentano, D.; Veríssimo, A. 2007. O Avanço da Fronteira na Amazônia: do Boom ao Colapso. O Estado da Amazônia - Indicadores 2. Belém-PA: Imazon. Disponível em: <[www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br)>.

Celentano, D. Santos, D.; Veríssimo, A. 2010. A Amazônia Brasileira e os Objetivos do Milênio 2010. Belém-PA: Imazon, 88 p. Disponível em: <[www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br)>.

Celentano, D.; Sills, E.; Sales, M.; Veríssimo, A. 2012. Welfare Outcomes and the Advance of the Deforestation Frontier in the Brazilian Amazon. *World Development*. 40 (4): pp. 850-864.

Cimi. Conselho Indigenista Missionário. 2014. Relatórios de Violência Contra os Povos Indígenas. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

## REFERÊNCIAS

CPT. Comissão Pastoral da Terra. 2013. Caderno de Conflitos. Disponível em: <[http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=734&Itemid=103](http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=734&Itemid=103)>. Acesso em: 21 mai. 2014.

Datafolha. 2013. Panorama do Brasil na Internet. Estudo realizado por F/Nazca Saatchi & Saatchi. Disponível em: <[http://www.fnazca.com.br/wp-content/uploads/2013/12/fradar-13\\_publica-site-novo.pdf](http://www.fnazca.com.br/wp-content/uploads/2013/12/fradar-13_publica-site-novo.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2014.

Denatran. Departamento Nacional de Trânsito. 2012. Acidentes de Trânsito Causados por Embriaguez: Dolo ou Culpa do Condutor. Centro Universitário da Cidade, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/premio/XII%20premio/arquivos/vencedores/obra%20tecnica/03%20Obra%20Tecnica-201210001958.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

Denatran. Departamento Nacional de Trânsito. 2013. Estatísticas de Frota de Veículos. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/frota2013.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

FMI. Fundo Monetário Internacional. 2013. World Economic Outlook Database. Abril 2013. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Dados do censo demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro-RJ: IBGE, 157 p. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso\\_a\\_internet\\_e\\_posse\\_celular/2011/PNAD\\_Inter\\_2011.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso_a_internet_e_posse_celular/2011/PNAD_Inter_2011.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2013. Perfil dos Municípios Brasileiros 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014. Produto interno bruto a preços correntes. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

Imazon. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia/Isa. Instituto Socioambiental. 2011. Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios. (Eds.) Veríssimo, A.; Rolla, A.; Vedoveto, M.; Futada, S. de M. Belém-PA/São Paulo-SP: Imazon e ISA. 87p. Disponível em: <[www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br)>.

## REFERÊNCIAS

- Inep. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2013. Portal Ideb. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 06 jun. 2014.
- Inpe. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. 2014a. Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Projeto Prodes). Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes-municipal.php>>. Acesso em: 12 Jun. 2014.
- Inpe. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. 2014b. Monitoramento de Queimadas. Disponível em: <<http://www.inpe.br/queimadas/>>. Acesso em: 13 jun. 2014.
- Inpe. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. 2014c. Projeto TerraClass. Disponível em: <[http://www.inpe.br/cra/projetos\\_pesquisas/terraclass2010.php](http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/terraclass2010.php)>. Acesso em: 08 jun. 2014.
- Ipea. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2008. Fatores Condicionantes da Gravidade dos Acidentes de Trânsito nas Rodovias Brasileiras. Texto para Discussão nº. 1.344. Brasília-DF: Ipea. Disponível em: <<http://www.vias-seguras.com/content/download/622/2991/file/TD%20IPEA%201344.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.
- Lima, L. M. 2010. Os povos indígenas e os objetivos de desenvolvimento do Milênio. In: Celentano, D.; Santos, D.; Veríssimo, A. A., Amazônia Brasileira e os Objetivos do Milênio 2010. Belém-PA: Imazon, p 42-45. Disponível em: <[www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br)>.
- Martins, H.; Vedoveto, M.; Araújo, E.; Barreto, P.; Baima, S.; Souza Jr., C.; Veríssimo, A. 2012. Áreas Protegidas Críticas na Amazônia Legal. Belém-PA: Imazon, p. 94.
- MC. Ministério das Cidades. 2014. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Séries Históricas: informações e indicadores municipais consolidados. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/serieHistorica/p>>. Acesso em: 17 jun. 2014.
- MCTI. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 2013. Estimativas anuais de emissão de gases de efeito estufa no Brasil. Brasília-DF: 80 p.
- MME. Ministério de Minas e Energia. Aneel. Agência Nacional de Energia Elétrica. 2013. Divulgação dos limites dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/srd/indqual/default.cfm>>. Acesso em: 18 jun. 2014.
- MS. Ministério da Saúde. 2014a. Departamento de Atenção Básica, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional: Estado nutricional dos indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida e índice. Disponível em: <[http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvan/relatorios\\_publicos/relatorios.php](http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvan/relatorios_publicos/relatorios.php)>. Acesso em: 24 jun. 2014.

## REFERÊNCIAS

MS. Ministério da Saúde. 2014b. Datasus: Indicadores e dados básicos. Tema: indicadores de mortalidade. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/obt10br.def>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

MS. Ministério da Saúde. 2014c. Datasus: Morbidade hospitalar do SUS por local de residência. Tema: Mortalidade por doenças crônicas (câncer, coração e diabetes) em 2010. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/nrbr.def>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

MS. Ministério da Saúde. 2014d. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Violência doméstica, sexual e/ou outras violências. Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/dh?sinanet/violencia/bases/violebrnet.def>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. 2005. Uma aliança global contra o trabalho escravo. Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho 2005 (Enafit).

ONU. Organização das Nações Unidas. 2010. Report of the special rapporteur on contemporary forms of slavery, including its causes and consequences, Gulnara Shahinian. Addendum: Mission to Brazil. UN: Human Rights Council. Disponível em: <[http://www.oit.org/wcmstp5/groups/public/--ed\\_norm/--declaration/documents/publication/wcms\\_144676.pdf](http://www.oit.org/wcmstp5/groups/public/--ed_norm/--declaration/documents/publication/wcms_144676.pdf)>.

ONU. Organização das Nações Unidas. 2013. União Internacional de Telecomunicações (UIT). “Medindo a Sociedade da Informação”. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/publications/mis2013.aspx>> ou <[http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/mis2013/MIS2013\\_without\\_Annex\\_4.pdf](http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/mis2013/MIS2013_without_Annex_4.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2014.

Pnud. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2013. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 1991, 2000 e 2010. Brasília-DF: Ipea, Pnud e FJP. Disponível em: <<http://www.atlas-brasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

Pnud. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2014. ODM 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM1.aspx>>.

Ripsa. Rede Interagencial de Informações para a Saúde. 2011. Razão entre óbitos informados e estimados. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/a1802b.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2010. Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília-DF: Presidência da República, 52 p. Disponível em: <[http://www.campanhapontofinal.com.br/download/informativo\\_02.pdf](http://www.campanhapontofinal.com.br/download/informativo_02.pdf)>.

# REFERÊNCIAS

SEEG. Sistema de Estimativa de Emissões de GEE. 2014. Disponível em: <<http://seeg.observatorio-do-clima.eco.br/index.php/emissions/index/sector/>>. Acesso em: 10 jun. 2014

Souza, M. L. P.; Orellana, J. D. Y. 2012. Suicide among the indigenous people in Brazil: a hidden public health issue. *Rev. Bras. Psiquiatr.* v. 34, n. 4. pp. 489-490. ISSN 1516-4446. São Paulo. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462012000400017&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462012000400017&script=sci_arttext&tlng=en)>. Acesso em: 02 jun. 2014.

SPI. Social Progress Imperative. 2014a. Social Progress Index: Report. Ed.: Porter, M. E.; Stern, S.; Green, M. Washington: Social Progress Imperative. 116 p. Disponível em: <<http://www.socialprogressimperative.org/>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

SPI. Social Progress Imperative. 2014b. Social Progress Index: Methodological Report. Stern, S.; Wares, A.; Orzell, S.; O'Sullivan, P. (Ed.), Washington: Social Progress Imperative. 56 p. Disponível em: <<http://www.socialprogressimperative.org/>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

Teleco. 2014. Qualidade da comunicação móvel. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/qualidade.asp>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. 2013. Estatísticas das últimas Eleições. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

Veríssimo, A. 2013. Amazônia Brasileira: o desafio de conciliar desenvolvimento e conservação. In A. Trigueiro (Ed.), *Mundo Sustentável 2: Novos rumos para um planeta em crise*. Rio de Janeiro-RJ: Globo S.A.

Waiselfisz, J. J. 2014. Mapa da Violência do Brasil. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2014.



# APÊNDICES





# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Palmas	TO	1	71,86	74,95	71,41	69,22
Barra do Garças	MT	2	70,77	71,05	77,49	63,78
Cuiabá	MT	3	70,44	74,82	68,00	68,50
Belém	PA	4	70,20	73,41	71,73	65,47
Novo Alegre	TO	5	69,40	75,82	74,16	58,21
Pimenteiras do Oeste	RO	6	69,14	74,32	81,17	51,94
Fátima	TO	7	69,04	82,74	69,97	54,40
Porto Nacional	TO	8	69,03	72,81	74,72	59,56
Ji-Paraná	RO	9	68,31	72,17	75,76	56,98
Tangará da Serra	MT	10	68,25	68,02	76,83	59,90
Nova Santa Helena	MT	11	68,05	75,95	73,84	54,37
São José dos Quatro Marcos	MT	12	68,03	70,49	75,58	58,03
Lucas do Rio Verde	MT	13	67,57	70,55	72,98	59,18
Combinado	TO	14	67,42	64,59	80,20	57,48
Porto Rico do Maranhão	MA	15	67,37	75,89	77,08	49,15
Jaciara	MT	16	67,29	69,89	72,18	59,81
Campo Verde	MT	17	67,07	65,92	74,08	61,20
Guiratinga	MT	18	67,04	73,78	70,15	57,17
Pontal do Araguaia	MT	19	66,91	67,73	74,85	58,16
Gurupi	TO	20	66,76	67,77	69,85	62,66
Boa Vista	RR	21	66,75	72,89	66,52	60,83
Pimenta Bueno	RO	22	66,57	69,24	73,42	57,05
Manaus	AM	23	66,55	70,87	65,97	62,82
Rondonópolis	MT	24	66,53	69,45	68,83	61,30
São Luís	MA	25	66,44	68,82	63,01	67,49
Santa Carmem	MT	26	66,38	68,42	77,74	53,00
Paraíso do Tocantins	TO	27	66,34	70,29	68,93	59,80
Serra do Navio	AP	28	66,26	83,72	63,66	51,40
Indiavaí	MT	29	66,24	75,79	67,52	55,40
Cáceres	MT	30	66,22	68,99	71,85	57,83
Ribeirãozinho	MT	31	66,20	81,83	59,59	57,19
Arenápolis	MT	32	66,15	61,08	76,89	60,49
Cacoal	RO	33	66,14	67,73	72,73	57,95
Pedro Afonso	TO	34	66,11	71,93	70,17	56,24
Sapezal	MT	35	66,08	68,41	73,62	56,21
Barra do Bugres	MT	36	66,08	69,06	73,60	55,57

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Araputanga	MT	37	66,07	65,94	77,02	55,25
Rio da Conceição	TO	38	65,78	78,19	70,58	48,58
Campo Novo do Parecis	MT	39	65,74	65,15	71,60	60,48
Araguainha	MT	40	65,68	72,67	66,13	58,23
Várzea Grande	MT	41	65,63	69,50	67,46	59,94
Matupá	MT	42	65,55	62,45	79,18	55,03
Primavera do Leste	MT	43	65,55	68,33	69,81	58,51
Ponte Branca	MT	44	65,50	74,63	66,31	55,55
Colinas do Tocantins	TO	45	65,39	67,08	74,58	54,51
Lavandeira	TO	46	65,31	64,13	77,95	53,85
Santa Fé do Araguaia	TO	47	65,27	68,70	77,97	49,14
Guarai	TO	48	65,26	65,41	73,06	57,30
Ananindeua	PA	49	65,15	62,87	71,41	61,18
Araguaína	TO	50	65,15	64,75	67,60	63,10
Imperatriz	MA	51	65,05	66,04	71,17	57,94
Nova Mutum	MT	52	65,04	68,18	68,32	58,63
Crixás do Tocantins	TO	53	64,99	63,04	75,51	56,42
Mirassol d'Oeste	MT	54	64,96	67,47	72,07	55,33
Rio Branco	AC	55	64,91	67,69	69,74	57,30
Lajeado	TO	56	64,88	67,92	74,57	52,15
Colíder	MT	57	64,85	73,20	64,61	56,74
Santo Antônio do Leste	MT	58	64,82	60,31	79,10	55,05
Figueirópolis	TO	59	64,71	69,63	72,12	52,39
Miracema do Tocantins	TO	60	64,70	65,19	73,27	55,64
Santa Cruz do Arari	PA	61	64,68	79,93	68,42	45,67
Guajará-Mirim	RO	62	64,66	61,57	80,02	52,40
Curvelândia	MT	63	64,43	57,31	80,78	55,21
Vilhena	RO	64	64,43	67,07	71,00	55,22
Torixoréu	MT	65	64,38	66,83	68,18	58,11
Santarém	PA	66	64,34	67,84	67,35	57,82
Vera	MT	67	64,33	60,08	77,53	55,39
Comodoro	MT	68	64,27	62,02	77,70	53,08
Sucupira	TO	69	64,20	71,54	69,15	51,91
São Pedro da Cipa	MT	70	64,16	65,26	75,16	52,07
Macapá	AP	71	63,99	65,68	64,76	61,53
Sorriso	MT	72	63,98	64,85	75,19	51,91

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Espigão D'Oeste	RO	73	63,96	64,37	74,36	53,16
Parintins	AM	74	63,94	68,25	75,12	48,45
Marcelândia	MT	75	63,87	66,94	74,90	49,78
Pequizeiro	TO	76	63,85	72,73	68,82	50,00
Juscimeira	MT	77	63,71	61,79	71,34	58,00
São José do Rio Claro	MT	78	63,69	66,71	72,73	51,64
São José do Povo	MT	79	63,67	73,76	59,33	57,91
Santa Rita do Trivelato	MT	80	63,65	69,43	61,43	60,09
Magalhães Barata	PA	81	63,62	65,80	78,56	46,51
Brasilândia do Tocantins	TO	82	63,62	62,11	76,95	51,79
Glória D'Oeste	MT	83	63,58	66,93	62,57	61,22
Dianópolis	TO	84	63,54	63,95	73,55	53,14
Sinop	MT	85	63,52	62,30	68,79	59,46
Nova Olímpia	MT	86	63,52	64,71	71,62	54,23
Nova Xavantina	MT	87	63,48	69,61	63,60	57,24
Presidente Médici	RO	88	63,44	68,18	71,71	50,43
Araguaçu	TO	89	63,39	54,95	79,56	55,65
Cerejeiras	RO	90	63,34	58,36	77,82	53,84
Acorizal	MT	91	63,32	70,89	67,55	51,51
Rio Branco	MT	92	63,27	64,40	68,02	57,38
União do Sul	MT	93	63,20	55,24	79,57	54,78
Cedral	MA	94	63,18	67,17	75,36	47,00
Primavera de Rondônia	RO	95	63,15	56,23	79,47	53,74
Paço do Lumiar	MA	96	63,14	67,27	62,45	59,71
Porto dos Gaúchos	MT	97	63,03	60,11	75,89	53,09
Oriximiná	PA	98	63,03	68,69	71,01	49,38
Porto Alegre do Tocantins	TO	99	62,95	62,02	74,36	52,45
Reserva do Cabaçal	MT	100	62,94	74,21	63,33	51,28
Araguaiana	MT	101	62,83	61,72	73,63	53,15
Oliveira de Fátima	TO	102	62,83	71,95	60,25	56,30
São José de Ribamar	MA	103	62,83	68,53	63,41	56,54
Itaúba	MT	104	62,77	63,13	74,30	50,88
Santana	AP	105	62,73	66,07	65,85	56,26
Chupinguaia	RO	106	62,72	61,52	81,47	45,15
Benevides	PA	107	62,69	68,57	66,85	52,66
Diamantino	MT	108	62,69	58,33	72,04	57,69

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Figueirópolis D'Oeste	MT	109	62,68	59,25	75,28	53,52
Arapoema	TO	110	62,68	70,57	62,98	54,48
Santo Afonso	MT	111	62,62	57,40	75,27	55,17
Tocantinópolis	TO	112	62,60	64,76	72,30	50,73
Alvorada D'Oeste	RO	113	62,59	60,99	71,16	55,61
Soure	PA	114	62,49	74,98	64,86	47,64
Itacajá	TO	115	62,49	61,37	75,41	50,68
Cristalândia	TO	116	62,47	61,78	72,98	52,64
Planalto da Serra	MT	117	62,46	63,65	70,98	52,74
Castanheiras	RO	118	62,44	55,76	77,85	53,72
Dom Aquino	MT	119	62,42	62,76	67,81	56,70
Cláudia	MT	120	62,40	59,11	77,03	51,06
Ananás	TO	121	62,36	61,47	70,27	55,34
Teixeirópolis	RO	122	62,36	58,78	76,25	52,06
Alto Paraguai	MT	123	62,30	57,61	76,52	52,77
Peixe-Boi	PA	124	62,26	64,58	76,52	45,69
Talismã	TO	125	62,22	70,77	66,08	49,82
Juara	MT	126	62,18	64,52	70,86	51,15
Mâncio Lima	AC	127	62,16	59,80	74,61	52,07
Jauru	MT	128	62,11	62,07	71,82	52,42
Formoso do Araguaia	TO	129	62,10	58,88	74,78	52,65
Xambioá	TO	130	62,10	64,11	70,23	51,97
Terra Santa	PA	131	62,10	69,80	66,20	50,30
Cabixi	RO	132	62,08	57,63	74,25	54,37
Barcarena	PA	133	62,04	63,18	67,62	55,32
Porto Velho	RO	134	62,00	62,95	66,20	56,84
Ipueiras	TO	135	61,98	81,71	55,51	48,73
Miranorte	TO	136	61,97	62,05	71,40	52,47
Pium	TO	137	61,95	60,83	76,98	48,05
Novo São Joaquim	MT	138	61,94	62,66	73,60	49,55
Denise	MT	139	61,93	60,07	71,52	54,21
Alto Araguaia	MT	140	61,92	63,56	67,82	54,38
Feliz Natal	MT	141	61,90	63,81	71,70	50,20
Carolina	MA	142	61,90	65,26	72,49	47,95
Rosário Oeste	MT	143	61,88	61,34	73,14	51,14
Poxoréo	MT	144	61,85	57,07	74,04	54,43

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Palmeirópolis	TO	145	61,83	62,64	69,84	53,01
Carmolândia	TO	146	61,81	63,53	71,76	50,15
Itacoatiara	AM	147	61,81	64,21	72,01	49,21
Lago dos Rodrigues	MA	148	61,80	67,79	67,39	50,23
General Carneiro	MT	149	61,77	55,06	79,05	51,18
São Miguel do Tocantins	TO	150	61,76	63,92	68,21	53,17
Araguanã	TO	151	61,76	59,63	74,42	51,24
Aurora do Tocantins	TO	152	61,76	67,50	71,14	46,64
Presidente Kennedy	TO	153	61,73	57,92	75,61	51,67
Arari	MA	154	61,68	67,83	66,99	50,21
Carutapera	MA	155	61,68	63,94	76,74	44,34
Açailândia	MA	156	61,66	62,35	70,50	52,13
Fortaleza dos Nogueiras	MA	157	61,66	61,56	76,35	47,07
Tapurah	MT	158	61,66	63,31	68,49	53,17
Juína	MT	159	61,66	57,07	73,90	54,01
Pontes e Lacerda	MT	160	61,63	60,15	69,57	55,16
Tucumã	PA	161	61,61	61,89	71,38	51,56
São Felipe D'Oeste	RO	162	61,60	58,30	74,31	52,19
Tupiratins	TO	163	61,56	71,99	64,99	47,70
Apiacás	MT	164	61,55	55,84	78,54	50,27
Poconé	MT	165	61,54	61,84	70,34	52,45
Almas	TO	166	61,54	62,53	77,54	44,53
Inhangapi	PA	167	61,51	60,29	74,72	49,50
Godofredo Viana	MA	168	61,44	60,31	76,84	47,19
Araguatins	TO	169	61,44	58,61	72,14	53,56
Porto Alegre do Norte	MT	170	61,43	60,72	69,30	54,28
Rio Maria	PA	171	61,43	62,08	72,00	50,20
Buriti do Tocantins	TO	172	61,42	66,66	68,05	49,54
Bandeirantes do Tocantins	TO	173	61,41	58,62	75,37	50,23
Pau D'Arco	TO	174	61,39	57,21	76,78	50,18
Muricilândia	TO	175	61,34	60,18	74,39	49,45
Axixá do Tocantins	TO	176	61,33	61,56	72,36	50,07
Juruti	PA	177	61,31	63,30	71,85	48,78
Cachoeira do Arari	PA	178	61,30	60,77	78,62	44,52
Cariri do Tocantins	TO	179	61,28	53,30	73,75	56,80
Natividade	TO	180	61,28	62,68	69,98	51,17

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Serra Nova Dourada	MT	181	61,26	61,05	69,33	53,40
Itapiranga	AM	182	61,25	67,98	68,25	47,51
Jaru	RO	183	61,22	59,48	69,30	54,89
Parauapebas	PA	184	61,21	66,45	63,56	53,63
Nova Brasilândia	MT	185	61,20	62,01	68,19	53,39
Ponta de Pedras	PA	186	61,18	58,53	79,34	45,68
Nova Guarita	MT	187	61,18	56,22	73,74	53,57
Conquista D'Oeste	MT	188	61,15	62,59	66,23	54,62
Castanhal	PA	189	61,12	62,20	68,05	53,10
Santa Isabel do Pará	PA	190	61,10	60,30	69,15	53,85
Alto Garças	MT	191	61,05	59,10	68,32	55,72
Laranjal do Jari	AP	192	61,01	66,11	70,31	46,60
Itaporã do Tocantins	TO	193	60,97	67,66	69,10	46,16
Fortaleza do Tabocão	TO	194	60,97	59,14	71,57	52,19
Loreto	MA	195	60,96	61,52	72,97	48,39
Ouro Preto do Oeste	RO	196	60,96	58,65	70,23	53,99
Santa Tereza do Tocantins	TO	197	60,95	66,15	63,40	53,30
Novo Horizonte do Norte	MT	198	60,90	57,96	66,50	58,25
Igarapé Grande	MA	199	60,84	59,89	69,48	53,15
Campos de Júlio	MT	200	60,84	53,65	70,64	58,22
Abreulândia	TO	201	60,81	58,61	71,71	52,12
Rolim de Moura	RO	202	60,72	64,72	62,00	55,44
Alto Taquari	MT	203	60,71	65,16	65,43	51,54
Ponte Alta do Tocantins	TO	204	60,68	58,75	73,40	49,91
Silvanópolis	TO	205	60,68	62,09	69,20	50,75
Piraquê	TO	206	60,68	56,72	75,26	50,07
Quatipuru	PA	207	60,67	65,55	75,25	41,21
Porto Esperidião	MT	208	60,62	52,76	74,73	54,39
Novo Santo Antônio	MT	209	60,62	61,96	75,49	44,41
Colorado do Oeste	RO	210	60,61	60,40	66,43	54,99
Augustinópolis	TO	211	60,59	58,36	68,73	54,69
Barão de Melgaço	MT	212	60,58	58,18	68,88	54,69
Almeirim	PA	213	60,58	64,43	66,60	50,70
Novo Acordo	TO	214	60,58	68,29	64,96	48,47
Água Boa	MT	215	60,57	58,85	66,83	56,04
Itanhangá	MT	216	60,56	62,74	68,12	50,82

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Cândido Mendes	MA	217	60,54	62,61	75,66	43,35
Pedra Preta	MT	218	60,54	58,07	69,22	54,33
Vale do Paraíso	RO	219	60,52	63,44	65,40	52,72
Chapada da Natividade	TO	220	60,51	56,42	77,59	47,51
Tucuruí	PA	221	60,50	65,60	62,70	53,21
Presidente Figueiredo	AM	222	60,48	64,48	70,08	46,87
Angico	TO	223	60,46	59,36	65,70	56,30
Juruena	MT	224	60,45	59,86	74,24	47,24
Nortelândia	MT	225	60,43	61,42	61,86	58,01
Vale de São Domingos	MT	226	60,43	67,79	59,70	53,80
Novo Horizonte do Oeste	RO	227	60,43	61,47	68,90	50,92
Pindorama do Tocantins	TO	228	60,42	60,21	71,87	49,17
Benedito Leite	MA	229	60,40	73,76	62,24	45,20
Xapuri	AC	230	60,38	60,79	74,23	46,13
Cacaulândia	RO	231	60,37	50,69	79,70	50,71
Divinópolis do Tocantins	TO	232	60,37	58,91	69,75	52,44
Pacaraima	RR	233	60,33	68,11	65,19	47,70
São Félix do Tocantins	TO	234	60,33	78,36	54,78	47,84
Brejinho de Nazaré	TO	235	60,32	59,34	66,64	54,97
Taguatinga	TO	236	60,28	58,85	74,23	47,76
Taipas do Tocantins	TO	237	60,27	73,77	63,79	43,26
Marituba	PA	238	60,26	59,53	68,08	53,18
Mateiros	TO	239	60,26	63,39	73,68	43,72
Nova Colinas	MA	240	60,21	60,01	75,06	45,57
Salto do Céu	MT	241	60,17	53,38	70,88	56,25
Nova Canaã do Norte	MT	242	60,16	56,82	68,94	54,70
Peixoto de Azevedo	MT	243	60,15	56,29	72,89	51,27
Guarantã do Norte	MT	244	60,11	61,12	69,97	49,25
Nova Rosalândia	TO	245	60,11	60,89	62,87	56,56
João Lisboa	MA	246	60,06	57,71	72,24	50,24
Aliança do Tocantins	TO	247	60,06	58,13	65,91	56,14
Maués	AM	248	60,05	58,51	75,89	45,76
Itaguatins	TO	249	60,03	59,94	71,11	49,05
Capanema	PA	250	60,00	66,02	60,92	53,06
Peixe	TO	251	59,97	59,90	67,93	52,08
Terra Nova do Norte	MT	252	59,94	55,95	68,61	55,25

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Campestre do Maranhão	MA	253	59,92	63,97	66,74	49,04
São José do Xingu	MT	254	59,91	62,05	70,17	47,51
Pedreiras	MA	255	59,90	67,92	57,34	54,45
Dueré	TO	256	59,87	59,44	65,15	55,01
Itinga do Maranhão	MA	257	59,84	60,52	72,12	46,87
Bernardo Sayão	TO	258	59,81	54,57	73,48	51,39
Monte do Carmo	TO	259	59,78	64,77	65,29	49,28
Couto de Magalhães	TO	260	59,78	62,96	69,55	46,83
Canarana	MT	261	59,76	58,97	71,10	49,22
Itapuã do Oeste	RO	262	59,73	54,79	75,28	49,12
São Francisco do Pará	PA	263	59,68	63,54	65,61	49,87
Vila Nova dos Martírios	MA	264	59,67	65,53	70,03	43,45
São Félix do Araguaia	MT	265	59,66	59,79	71,42	47,78
Nova Maringá	MT	266	59,63	63,60	66,98	48,32
Aguiarnópolis	TO	267	59,63	69,20	63,79	45,89
Irlanduba	AM	268	59,55	63,36	71,20	44,08
Rio dos Bois	TO	269	59,49	57,46	69,74	51,28
Santa Filomena do Maranhão	MA	270	59,47	64,25	72,54	41,62
Governador Eugênio Barros	MA	271	59,46	63,75	71,33	43,31
Tocantínia	TO	272	59,45	53,23	76,55	48,57
Parecis	RO	273	59,44	50,74	78,76	48,83
Itiquira	MT	274	59,42	61,07	63,53	53,65
Maranhãozinho	MA	275	59,37	58,12	74,11	45,88
Cidelândia	MA	276	59,35	59,24	71,85	46,96
Rondolândia	MT	277	59,34	65,01	59,94	53,05
Bacuri	MA	278	59,33	63,13	71,60	43,27
Dom Eliseu	PA	279	59,29	58,44	70,25	49,18
Canaã dos Carajás	PA	280	59,29	61,27	65,74	50,85
Senador Guimard	AC	281	59,27	64,30	65,33	48,19
Baião	PA	282	59,27	63,08	68,44	46,29
Alta Floresta D'Oeste	RO	283	59,25	53,09	70,10	54,57
Esperantina	TO	284	59,25	54,65	75,34	47,77
Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	285	59,20	55,88	72,39	49,34
Sambaíba	MA	286	59,19	62,94	70,45	44,18
Vila Rica	MT	287	59,15	60,82	66,08	50,56
Ariquemes	RO	288	59,14	55,51	66,35	55,56



# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Salvaterra	PA	289	59,13	65,26	65,95	46,17
Lago do Junco	MA	290	59,12	58,97	71,22	47,18
Manacapuru	AM	291	59,11	64,17	71,47	41,69
Salinópolis	PA	292	59,09	66,88	63,04	47,36
Lizarda	TO	293	59,07	67,65	63,88	45,68
Rio Crespo	RO	294	59,07	47,71	78,56	50,93
Ribamar Fiquene	MA	295	58,99	59,45	71,17	46,35
Tesouro	MT	296	58,96	61,46	59,92	55,51
Barrolândia	TO	297	58,96	59,60	65,58	51,70
Cururupu	MA	298	58,94	50,44	79,07	47,32
Bacabal	MA	299	58,92	65,14	60,85	50,78
Santa Terezinha	MT	300	58,91	59,97	66,82	49,95
Bacurituba	MA	301	58,91	61,33	73,73	41,66
Santa Rosa do Tocantins	TO	302	58,88	49,71	76,11	50,83
Ferreira Gomes	AP	303	58,85	61,30	68,09	47,16
Nova Iorque	MA	304	58,80	69,40	59,93	47,09
Governador Edison Lobão	MA	305	58,79	63,05	65,83	47,50
Cruzeiro do Sul	AC	306	58,78	59,21	66,60	50,54
Sapucaia	PA	307	58,76	69,10	59,90	47,28
Porto Estrela	MT	308	58,74	68,23	61,16	46,84
Ourilândia do Norte	PA	309	58,74	58,08	70,25	47,88
Careiro	AM	310	58,70	59,20	69,80	47,12
Juarina	TO	311	58,70	61,24	62,29	52,58
Pugmil	TO	312	58,70	69,79	61,94	44,37
Curuçá	PA	313	58,63	67,26	63,91	44,73
Belterra	PA	314	58,59	63,11	66,12	46,55
Urucurituba	AM	315	58,55	65,46	66,17	44,03
São Miguel do Guaporé	RO	316	58,54	51,69	73,10	50,84
Cocalinho	MT	317	58,54	55,06	68,62	51,94
Estreito	MA	318	58,53	62,59	64,70	48,31
Candeias do Jamari	RO	319	58,53	54,35	74,56	46,67
Bernardo do Mearim	MA	320	58,49	66,69	60,44	48,35
Monte Alegre	PA	321	58,49	64,07	64,05	47,34
Canabrava do Norte	MT	322	58,48	51,94	71,14	52,35
Querência	MT	323	58,40	59,62	63,41	52,18
São João Batista	MA	324	58,30	52,54	72,32	50,05

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Nova Brasilândia D'Oeste	RO	325	58,28	56,61	66,43	51,80
Vitória do Mearim	MA	326	58,28	67,00	62,46	45,36
Caseara	TO	327	58,26	56,38	66,72	51,69
Alvorada	TO	328	58,25	55,34	68,52	50,89
Chapada dos Guimarães	MT	329	58,22	67,04	55,59	52,04
Colméia	TO	330	58,20	62,87	57,58	54,15
São Raimundo das Mangabeiras	MA	331	58,20	59,17	66,53	48,89
Terra Alta	PA	332	58,19	56,97	69,85	47,75
Urucará	AM	333	58,18	59,04	67,43	48,08
Cutias	AP	334	58,16	65,16	58,04	51,27
Aparecida do Rio Negro	TO	335	58,13	63,29	62,70	48,41
Guimarães	MA	336	58,12	55,08	65,71	53,57
Gonçalves Dias	MA	337	58,11	63,46	65,18	45,69
Santa Luzia D'Oeste	RO	338	58,10	60,75	56,25	57,31
Alto Boa Vista	MT	339	58,09	64,95	64,24	45,09
Humaitá	AM	340	58,09	59,55	72,30	42,43
Ribeirão Cascalheira	MT	341	58,07	58,22	70,36	45,62
Carlinda	MT	342	58,07	54,85	69,77	49,58
Nova Marilândia	MT	343	58,04	58,11	62,90	53,10
Nova Lacerda	MT	344	57,99	58,12	64,13	51,73
Apicum-Açu	MA	345	57,99	54,96	73,92	45,08
Nova Timboteua	PA	346	57,98	60,62	64,61	48,71
Rio Preto da Eva	AM	347	57,97	55,40	70,57	47,94
Paragominas	PA	348	57,96	59,22	63,70	50,97
Iracema	RR	349	57,95	60,33	68,64	44,89
São João do Paraíso	MA	350	57,92	54,17	72,25	47,35
Ipiranga do Norte	MT	351	57,86	63,83	59,51	50,25
Paranatinga	MT	352	57,85	60,17	62,00	51,38
Porto Franco	MA	353	57,83	62,96	55,74	54,80
Codajás	AM	354	57,77	67,14	58,79	47,39
Marabá	PA	355	57,77	57,67	63,31	52,33
Castanheira	MT	356	57,74	54,91	65,38	52,92
Vale do Anari	RO	357	57,72	46,02	78,66	48,48
Nova Olinda	TO	358	57,71	64,01	63,38	45,75
Alta Floresta	MT	359	57,67	62,01	66,97	44,04
Fortuna	MA	360	57,67	58,27	64,40	50,35

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Barreirinha	AM	361	57,66	58,43	67,62	46,93
Joselândia	MA	362	57,65	59,10	68,00	45,85
Tabaporã	MT	363	57,62	61,12	59,55	52,20
Redenção	PA	364	57,60	52,54	68,39	51,87
Sítio Novo	MA	365	57,53	49,59	76,32	46,68
Brasiléia	AC	366	57,52	60,57	69,13	42,85
Paraibano	MA	367	57,50	66,93	63,08	42,51
Feira Nova do Maranhão	MA	368	57,50	54,42	73,21	44,85
Palmeiras do Tocantins	TO	369	57,48	55,92	68,48	48,04
Filadélfia	TO	370	57,41	56,86	65,09	50,29
Santa Bárbara do Pará	PA	371	57,39	62,08	55,92	54,16
São Geraldo do Araguaia	PA	372	57,38	57,87	66,80	47,49
Rondon do Pará	PA	373	57,38	54,69	70,98	46,48
Montes Altos	MA	374	57,37	51,44	72,94	47,74
Aripuanã	MT	375	57,30	56,55	69,56	45,80
Óbidos	PA	376	57,30	56,28	69,34	46,27
São Luiz	RR	377	57,28	69,51	50,84	51,50
Caracará	RR	378	57,28	61,16	64,36	46,32
Nova Olinda do Maranhão	MA	379	57,28	58,92	66,93	45,99
Jaú do Tocantins	TO	380	57,27	49,12	73,53	49,15
Conceição do Tocantins	TO	381	57,26	52,86	71,78	47,13
Novo Mundo	MT	382	57,23	49,03	69,77	52,88
Xinguara	PA	383	57,23	56,61	65,36	49,71
Graça Aranha	MA	384	57,23	71,26	50,15	50,27
Água Azul do Norte	PA	385	57,22	59,20	66,17	46,30
Bequimão	MA	386	57,21	57,82	65,91	47,91
Santa Inês	MA	387	57,18	68,29	49,68	53,58
Luciára	MT	388	57,16	63,20	52,78	55,49
São Caetano de Odivelas	PA	389	57,14	61,59	65,45	44,38
Amaturá	AM	390	57,12	54,84	67,67	48,83
Balsas	MA	391	57,09	61,54	55,98	53,76
Arraias	TO	392	57,00	55,60	62,36	53,05
Nhamundá	AM	393	56,93	61,57	61,45	47,77
Zé Doca	MA	394	56,91	55,33	68,57	46,83
Nova União	RO	395	56,86	55,31	67,10	48,18
Tasso Fragoso	MA	396	56,84	62,19	62,61	45,73

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Guajará	AM	397	56,82	57,21	67,64	45,60
São Salvador do Tocantins	TO	398	56,80	52,10	68,05	50,25
Luzinópolis	TO	399	56,80	60,86	57,30	52,23
Tupirama	TO	400	56,79	62,23	53,44	54,70
Marapanim	PA	401	56,76	62,40	62,62	45,25
Altamira	PA	402	56,75	51,81	66,40	52,05
Nova Monte verde	MT	403	56,75	54,95	61,29	54,01
Lambari D'Oeste	MT	404	56,74	64,42	56,08	49,71
Santarém Novo	PA	405	56,71	63,84	57,87	48,40
Alto Alegre dos Parecis	RO	406	56,66	49,60	71,41	48,96
Vigia	PA	407	56,62	58,63	64,31	46,93
Oiapoque	AP	408	56,59	60,35	60,34	49,07
São Sebastião do Uatumã	AM	409	56,59	64,78	59,19	45,79
Dois Irmãos do Tocantins	TO	410	56,56	59,08	64,72	45,89
Corumbiara	RO	411	56,56	52,63	68,32	48,72
Sítio Novo do Tocantins	TO	412	56,55	54,51	68,07	47,07
São Félix de Balsas	MA	413	56,54	48,94	73,54	47,15
Riachinho	TO	414	56,54	64,58	53,91	51,13
Bonito	PA	415	56,53	54,65	70,70	44,24
Tabatinga	AM	416	56,52	55,22	66,45	47,89
Rio Sono	TO	417	56,52	54,24	64,31	51,00
Novo Jardim	TO	418	56,52	50,48	73,95	45,12
Confresa	MT	419	56,51	56,97	63,19	49,38
Conceição do Araguaia	PA	420	56,46	55,41	63,49	50,49
Senador La Rocque	MA	421	56,46	61,45	60,46	47,45
Aragominas	TO	422	56,45	48,56	71,61	49,17
Epitaciolândia	AC	423	56,44	60,46	62,73	46,11
Silves	AM	424	56,39	55,76	69,41	44,00
Marianópolis do Tocantins	TO	425	56,38	56,16	65,28	47,70
Augusto Corrêa	PA	426	56,34	58,16	67,06	43,80
Nova Bandeirantes	MT	427	56,32	51,75	69,69	47,52
São Félix do Xingu	PA	428	56,32	55,33	70,54	43,07
Governador Archer	MA	429	56,27	58,80	61,36	48,63
Santa Cruz do Xingu	MT	430	56,26	64,74	56,30	47,73
São João da Ponta	PA	431	56,24	72,34	55,58	40,81
Dom Pedro	MA	432	56,24	62,64	55,66	50,42

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Maracaçumé	MA	433	56,23	64,09	61,74	42,86
Caapiranga	AM	434	56,23	65,21	57,64	45,84
Pracuúba	AP	435	56,21	61,02	60,30	47,30
Urupá	RO	436	56,17	52,91	65,64	49,96
Porto de Moz	PA	437	56,16	59,57	68,00	40,90
Ponte Alta do Bom Jesus	TO	438	56,15	58,23	65,15	45,08
Governador Jorge Teixeira	RO	439	56,15	59,45	60,35	48,65
Tracuateua	PA	440	56,13	49,73	76,41	42,24
Governador Luiz Rocha	MA	441	56,13	59,51	62,23	46,64
Tonantins	AM	442	56,12	55,61	67,16	45,59
Presidente Sarney	MA	443	56,12	51,87	74,09	42,40
São Domingos do Araguaia	PA	444	56,10	57,56	64,11	46,63
Lagoa da Confusão	TO	445	56,07	52,61	66,15	49,44
Mãe do Rio	PA	446	56,06	64,74	53,47	49,97
Brasnorte	MT	447	56,05	53,74	64,59	49,81
Nobres	MT	448	56,03	60,67	53,16	54,24
Tefé	AM	449	56,00	67,63	59,78	40,60
Vitória do Jari	AP	450	56,00	63,95	58,51	45,53
São João do Soter	MA	451	55,99	55,95	70,27	41,74
Santo Antônio do Leverger	MT	452	55,97	55,60	58,90	53,41
São Pedro da Água Branca	MA	453	55,96	62,03	62,54	43,32
Formosa da Serra Negra	MA	454	55,95	56,91	67,64	43,29
Alto Parnaíba	MA	455	55,90	59,05	63,15	45,49
Araguacema	TO	456	55,89	55,87	60,96	50,86
Anamá	AM	457	55,89	62,75	57,91	47,00
Carrasco Bonito	TO	458	55,87	70,36	53,94	43,32
Davinópolis	MA	459	55,86	64,62	56,79	46,17
São Roberto	MA	460	55,85	59,97	60,45	47,12
Babaçulândia	TO	461	55,83	54,11	63,70	49,67
Codó	MA	462	55,82	66,32	59,15	41,99
Darcinópolis	TO	463	55,81	59,10	66,88	41,45
Anajatuba	MA	464	55,79	60,57	64,89	41,92
Cametá	PA	465	55,78	57,07	65,30	44,99
Alenquer	PA	466	55,78	56,05	67,39	43,91
São Domingos do Maranhão	MA	467	55,74	63,08	58,53	45,61
Bom Lugar	MA	468	55,69	51,03	68,27	47,75

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Itamarati	AM	469	55,68	62,67	63,65	40,72
Igarapé-Açu	PA	470	55,66	58,23	58,08	50,69
Rodrigues Alves	AC	471	55,66	60,94	57,93	48,10
Paranaíta	MT	472	55,61	57,49	58,09	51,25
Santo Antônio do Tauá	PA	473	55,61	62,43	55,04	49,35
Acrelândia	AC	474	55,60	55,55	64,82	46,43
Maracanã	PA	475	55,59	64,83	58,59	43,36
Monte Santo do Tocantins	TO	476	55,59	47,09	68,63	51,05
Jatobá	MA	477	55,59	67,53	54,30	44,94
Tuntum	MA	478	55,55	65,01	56,87	44,78
Axixá	MA	479	55,54	63,42	50,86	52,35
Cachoeirinha	TO	480	55,46	51,58	63,32	51,48
Itapiratins	TO	481	55,42	54,01	64,52	47,74
Santa Rita	MA	482	55,40	61,19	58,74	46,26
Santa Terezinha do Tocantins	TO	483	55,37	58,55	54,30	53,27
Careiro da Várzea	AM	484	55,34	58,16	62,05	45,82
São João da Baliza	RR	485	55,32	59,39	55,62	50,93
Calçoene	AP	486	55,31	58,51	64,49	42,94
Mucajá	RR	487	55,31	57,09	64,42	44,41
Sena Madureira	AC	488	55,30	54,30	70,37	41,24
Ipixuna do Pará	PA	489	55,26	57,45	65,20	43,12
Aurora do Pará	PA	490	55,24	56,70	63,67	45,36
Santa Rita do Tocantins	TO	491	55,24	42,90	69,50	53,32
Sampaio	TO	492	55,22	56,07	58,01	51,58
Central do Maranhão	MA	493	55,21	52,18	66,33	47,11
Pinheiro	MA	494	55,16	59,39	56,32	49,76
Itapecuru Mirim	MA	495	55,13	58,65	59,49	47,26
Nova Nazaré	MT	496	55,13	41,02	75,18	49,18
Maraã	AM	497	55,10	64,36	62,33	38,61
Ipixuna	AM	498	55,08	57,94	61,12	46,20
Mirante da Serra	RO	499	55,07	52,64	63,52	49,05
Porto Grande	AP	500	55,06	56,22	59,34	49,64
Carauari	AM	501	55,06	64,53	58,85	41,81
Machadinho D'Oeste	RO	502	55,01	48,95	67,33	48,76
Poção de Pedras	MA	503	55,00	51,77	67,72	45,53
Raposa	MA	504	54,99	58,17	59,83	46,97

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Plácido de Castro	AC	505	54,98	51,43	67,75	45,77
Coroatá	MA	506	54,98	60,00	59,78	45,14
Autazes	AM	507	54,95	55,61	67,03	42,21
Itaituba	PA	508	54,95	56,97	59,02	48,85
Santa Maria do Pará	PA	509	54,95	56,10	62,73	46,02
Bannach	PA	510	54,94	59,02	64,49	41,30
Colniza	MT	511	54,88	48,85	72,55	43,25
Tomé-Açu	PA	512	54,86	55,02	64,66	44,89
Abaetetuba	PA	513	54,85	57,12	57,46	49,96
Anori	AM	514	54,85	58,16	58,87	47,52
Colinas	MA	515	54,84	59,80	59,68	45,05
Santa Luzia do Paruá	MA	516	54,83	61,59	57,51	45,40
Nossa Senhora do Livramento	MT	517	54,82	53,63	63,36	47,48
Alto Alegre do Maranhão	MA	518	54,82	58,62	62,84	43,00
Palestina do Pará	PA	519	54,82	57,76	58,32	48,36
Borba	AM	520	54,80	56,98	65,39	42,02
Abel Figueiredo	PA	521	54,79	55,08	60,98	48,31
Boca do Acre	AM	522	54,79	58,93	62,27	43,17
Jangada	MT	523	54,78	50,53	61,11	52,71
Wanderlândia	TO	524	54,78	53,60	59,66	51,08
Presidente Dutra	MA	525	54,77	56,11	59,82	48,39
Gurupá	PA	526	54,75	58,62	64,35	41,28
Igarapé do Meio	MA	527	54,69	59,96	61,56	42,56
São Pedro dos Crentes	MA	528	54,69	48,94	65,22	49,91
Santo Antônio do Içá	AM	529	54,69	63,58	55,95	44,54
Trizidela do Vale	MA	530	54,68	63,24	53,94	46,87
Pindaré-Mirim	MA	531	54,67	57,90	58,03	48,08
Alvarães	AM	532	54,62	65,74	57,37	40,74
Buritirana	MA	533	54,61	58,74	59,96	45,11
Monte Negro	RO	534	54,60	50,10	64,47	49,24
Colares	PA	535	54,60	62,00	54,63	47,17
Olinda Nova do Maranhão	MA	536	54,60	52,36	63,72	47,71
Bacabeira	MA	537	54,59	58,45	56,50	48,82
Ministro Andreazza	RO	538	54,57	56,49	55,22	52,00
São Sebastião do Tocantins	TO	539	54,53	60,59	61,91	41,10
Amapá	AP	540	54,53	60,80	59,62	43,17

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Theobroma	RO	541	54,51	48,48	68,29	46,78
Satubinha	MA	542	54,45	53,75	69,16	40,45
Amapá do Maranhão	MA	543	54,45	57,57	65,52	40,26
Mirinzal	MA	544	54,43	59,33	55,27	48,69
Jenipapo dos Vieiras	MA	545	54,42	54,08	64,42	44,76
Serrano do Maranhão	MA	546	54,41	52,46	73,97	36,81
Envira	AM	547	54,41	54,75	63,47	45,00
Senador Alexandre Costa	MA	548	54,40	54,08	66,33	42,80
Ulianópolis	PA	549	54,36	55,29	66,66	41,12
Vargem Grande	MA	550	54,35	58,16	61,15	43,73
Goianorte	TO	551	54,35	56,37	58,79	47,88
Curuá	PA	552	54,33	60,02	57,77	45,20
Cotriguaçu	MT	553	54,31	47,62	67,16	48,16
Aveiro	PA	554	54,26	46,79	75,67	40,33
Curionópolis	PA	555	54,25	47,22	65,29	50,23
São Luís Gonzaga do Maranhão	MA	556	54,23	57,46	61,26	43,97
São Gabriel da Cachoeira	AM	557	54,23	46,37	65,63	50,69
Palmeirândia	MA	558	54,21	50,32	68,78	43,53
Coari	AM	559	54,19	60,35	58,50	43,73
Cajari	MA	560	54,19	55,29	65,53	41,76
Bonfim	RR	561	54,17	53,96	67,17	41,37
Tailândia	PA	562	54,15	54,36	61,09	47,00
Nazaré	TO	563	54,15	56,82	54,53	51,11
Bom Jesus do Tocantins	PA	564	54,08	50,40	65,82	46,01
Brasil Novo	PA	565	54,04	50,39	63,00	48,75
Sucupira do Norte	MA	566	54,03	50,06	62,29	49,75
Breves	PA	567	54,03	56,12	63,18	42,78
São Miguel do Guamá	PA	568	54,02	55,79	59,91	46,36
Praia Norte	TO	569	54,01	58,91	56,47	46,65
Cantanhede	MA	570	53,97	52,55	63,25	46,13
Caroebe	RR	571	53,96	56,81	55,74	49,34
Esperantinópolis	MA	572	53,88	57,32	55,87	48,44
Centro Novo do Maranhão	MA	573	53,86	53,44	66,78	41,34
Nova Mamoré	RO	574	53,86	51,42	64,50	45,65
Primavera	PA	575	53,85	66,84	52,15	42,55
Alcântara	MA	576	53,85	51,38	64,27	45,89



# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Assis Brasil	AC	577	53,81	55,59	57,31	48,53
Miranda do Norte	MA	578	53,79	62,15	49,04	50,16
Chapada de Areia	TO	579	53,78	47,96	60,06	53,33
Lago da Pedra	MA	580	53,78	54,00	59,44	47,89
Irituia	PA	581	53,74	58,69	58,61	43,93
Faro	PA	582	53,74	58,79	57,56	44,87
Gaúcha do Norte	MT	583	53,74	44,15	58,61	58,45
São Francisco do Guaporé	RO	584	53,73	51,22	63,22	46,76
Boa Vista do Gurupi	MA	585	53,69	52,67	67,94	40,48
Tarauacá	AC	586	53,69	48,42	67,04	45,61
São Bento	MA	587	53,68	56,83	55,69	48,51
Nova Ubiratã	MT	588	53,65	53,60	57,16	50,18
Santa Luzia do Pará	PA	589	53,62	55,89	57,76	47,21
Alto Paraíso	RO	590	53,57	50,14	62,31	48,24
Rosário	MA	591	53,56	54,23	57,72	48,72
Itupiranga	PA	592	53,55	51,74	67,88	41,03
Bom Jardim	MA	593	53,54	54,77	68,50	37,34
São José dos Basílios	MA	594	53,53	59,98	55,81	44,79
Igarapé-Miri	PA	595	53,52	49,57	64,41	46,57
Viseu	PA	596	53,49	55,59	62,46	42,43
Olho d'Água das Cunhãs	MA	597	53,45	53,34	60,01	47,00
São Mateus do Maranhão	MA	598	53,41	52,00	61,85	46,39
Novo Airão	AM	599	53,41	58,96	61,29	39,97
Bujaru	PA	600	53,37	51,96	61,68	46,48
Pirapemas	MA	601	53,36	51,21	67,73	41,15
Normandia	RR	602	53,32	46,25	68,44	45,28
Mocajuba	PA	603	53,23	60,18	55,46	44,04
Buritis	RO	604	53,23	48,29	64,54	46,85
Santo Antônio dos Lopes	MA	605	53,22	59,00	54,62	46,03
Rorainópolis	RR	606	53,20	53,09	58,54	47,98
Amarante do Maranhão	MA	607	53,19	51,11	72,42	36,05
Muaná	PA	608	53,17	57,49	58,48	43,55
Araguanã	MA	609	53,16	66,50	47,65	45,34
Turiaçu	MA	610	53,09	49,48	69,35	40,44
Brejo Grande do Araguaia	PA	611	53,04	51,36	59,87	47,90
Itaubal	AP	612	53,04	62,95	53,03	43,13

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Icatu	MA	613	53,00	55,28	59,44	44,28
Cachoeira do Piriá	PA	614	52,97	43,17	73,06	42,67
Breu Branco	PA	615	52,92	54,28	60,10	44,38
Buriti Bravo	MA	616	52,90	58,91	52,81	46,99
Costa Marques	RO	617	52,88	48,57	61,53	48,56
Boa Vista do Ramos	AM	618	52,87	59,75	58,84	40,02
Cujubim	RO	619	52,85	51,59	62,74	44,23
Paraná	TO	620	52,84	53,72	57,46	47,34
Lajeado Novo	MA	621	52,81	58,05	50,70	49,67
Bragança	PA	622	52,77	56,67	52,71	48,93
São Francisco do Brejão	MA	623	52,74	60,61	51,39	46,22
Manicoré	AM	624	52,71	53,65	56,38	48,09
Fonte Boa	AM	625	52,68	60,93	55,35	41,77
Melgaço	PA	626	52,64	57,45	61,42	39,06
Rurópolis	PA	627	52,64	50,42	60,87	46,64
Goianésia do Pará	PA	628	52,64	49,28	64,44	44,19
Capixaba	AC	629	52,63	55,74	59,89	42,27
Capitão Poço	PA	630	52,62	54,47	57,95	45,45
Sandolândia	TO	631	52,61	56,90	51,75	49,19
Bujari	AC	632	52,59	55,26	56,01	46,50
Lago Verde	MA	633	52,55	51,22	64,40	42,03
Placas	PA	634	52,54	45,36	67,72	44,54
Pastos Bons	MA	635	52,54	60,64	50,73	46,25
Presidente Médici	MA	636	52,52	60,25	46,19	51,11
Feijó	AC	637	52,51	46,33	69,30	41,90
Marajá do Sena	MA	638	52,51	51,24	68,34	37,94
Pau D'Arco	PA	639	52,50	50,51	61,22	45,76
Novo Progresso	PA	640	52,48	53,54	60,71	43,19
Governador Newton Bello	MA	641	52,46	54,88	60,99	41,51
Manaquiri	AM	642	52,44	51,71	58,32	47,28
São Valério da Natividade	TO	643	52,41	50,93	52,66	53,66
Ourém	PA	644	52,41	54,36	58,76	44,10
Maurilândia do Tocantins	TO	645	52,37	47,28	58,56	51,27
Centenário	TO	646	52,37	53,11	54,28	49,70
Nova Olinda do Norte	AM	647	52,36	56,22	58,56	42,31
Jacundá	PA	648	52,35	57,66	66,36	33,03

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Oeiras do Pará	PA	649	52,35	56,33	61,05	39,67
Goiatins	TO	650	52,33	51,27	62,17	43,55
Nina Rodrigues	MA	651	52,31	57,35	53,53	46,03
Benjamin Constant	AM	652	52,29	52,04	59,13	45,69
Anajás	PA	653	52,25	52,35	63,17	41,21
Governador Nunes Freire	MA	654	52,24	57,24	56,71	42,77
Pio XII	MA	655	52,23	64,88	45,99	45,81
São Domingos do Capim	PA	656	52,23	53,01	58,72	44,94
São Bento do Tocantins	TO	657	52,20	52,92	55,49	48,18
Alto Alegre do Pindaré	MA	658	52,19	55,26	68,45	32,88
Porto Acre	AC	659	52,18	57,25	53,29	46,00
Luís Domingues	MA	660	52,09	57,18	64,11	34,97
Chaves	PA	661	52,06	51,83	66,79	37,57
Piçarra	PA	662	52,01	50,13	59,96	45,94
Floresta do Araguaia	PA	663	52,00	42,12	69,30	44,58
São Sebastião da Boa Vista	PA	664	51,97	55,13	57,53	43,24
Seringueiras	RO	665	51,90	51,58	73,27	30,87
Capinzal do Norte	MA	666	51,90	57,33	52,10	46,28
Barcelos	AM	667	51,90	52,04	59,59	44,07
Cantá	RR	668	51,89	48,32	62,75	44,59
Bom Jesus do Tocantins	TO	669	51,86	59,22	52,47	43,88
Timbiras	MA	670	51,83	56,08	56,80	42,61
Viana	MA	671	51,83	53,21	55,29	46,99
Moju	PA	672	51,80	51,59	59,43	44,37
Turilândia	MA	673	51,78	50,41	63,50	41,45
Lagoa do Tocantins	TO	674	51,77	55,89	53,75	45,67
Peritoró	MA	675	51,76	49,84	59,99	45,45
Palmeirante	TO	676	51,75	44,53	75,32	35,41
Pedro do Rosário	MA	677	51,66	53,02	64,28	37,69
Novo Repartimento	PA	678	51,59	49,71	61,27	43,79
Barra do Corda	MA	679	51,56	56,34	54,50	43,84
Apuí	AM	680	51,50	50,65	59,97	43,89
Paulo Ramos	MA	681	51,49	52,18	57,31	44,99
Curralinho	PA	682	51,47	51,79	61,75	40,87
Santana do Araguaia	PA	683	51,46	50,88	54,93	48,57
São Vicente Ferrer	MA	684	51,44	46,47	61,01	46,84

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Japurá	AM	685	51,44	49,10	63,54	41,67
Juruá	AM	686	51,27	56,40	59,37	38,04
Santa Maria das Barreiras	PA	687	51,24	55,35	54,04	44,35
Campinápolis	MT	688	51,24	41,91	68,41	43,40
São Paulo de Olivença	AM	689	51,22	49,34	57,96	46,37
Novo Aripuanã	AM	690	51,22	52,42	57,66	43,59
Buriticupu	MA	691	51,17	53,43	55,70	44,39
Afuá	PA	692	51,09	53,94	60,34	38,99
São João do Araguaia	PA	693	51,06	45,92	63,71	43,54
Lima Campos	MA	694	50,95	60,95	46,46	45,43
Mazagão	AP	695	50,94	53,99	56,46	42,38
Matões do Norte	MA	696	50,94	50,49	59,26	43,07
Manoel Urbano	AC	697	50,94	48,91	59,98	43,92
Garrafão do Norte	PA	698	50,91	46,90	65,64	40,20
Eldorado dos Carajás	PA	699	50,91	48,90	61,30	42,54
Medicilândia	PA	700	50,87	52,19	55,76	44,67
Limoeiro do Ajuru	PA	701	50,85	52,86	56,69	42,98
Concórdia do Pará	PA	702	50,81	51,50	52,99	47,94
Santa Luzia	MA	703	50,81	53,30	52,52	46,60
Bagre	PA	704	50,72	54,23	59,59	38,32
Santa Isabel do Rio Negro	AM	705	50,62	44,66	59,26	47,93
Campos Lindos	TO	706	50,54	47,70	63,03	40,87
Canutama	AM	707	50,50	56,73	55,79	39,00
Jutaí	AM	708	50,38	59,21	56,75	35,19
São João de Pirabas	PA	709	50,34	54,12	55,59	41,30
Cajapió	MA	710	50,28	55,44	49,75	45,64
Tartarugalzinho	AP	711	50,28	54,02	55,20	41,60
São Raimundo do Doca Bezerra	MA	712	50,26	61,32	44,05	45,40
Prainha	PA	713	50,23	57,61	51,66	41,41
Jacareacanga	PA	714	50,19	54,42	63,33	32,81
Pauini	AM	715	50,12	50,19	58,22	41,96
Matinha	MA	716	50,09	54,35	51,99	43,94
São Domingos do Azeitão	MA	717	50,07	58,49	49,21	42,50
Uarini	AM	718	50,02	58,20	55,45	36,42
Uruará	PA	719	49,97	48,61	56,19	45,10
Trairão	PA	720	49,94	52,89	56,03	40,91

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Conceição do Lago-Açu	MA	721	49,84	46,43	66,54	36,56
Pedra Branca do Amapari	AP	722	49,79	49,96	56,68	42,73
Vitória do Xingu	PA	723	49,74	54,70	52,99	41,54
Peri Mirim	MA	724	49,67	46,80	55,19	47,00
Centro do Guilherme	MA	725	49,65	55,76	49,65	43,55
Santa Maria do Tocantins	TO	726	49,47	49,16	51,76	47,49
Fernando Falcão	MA	727	49,27	59,94	48,65	39,21
Eirunepé	AM	728	49,26	50,89	58,10	38,78
Campo Novo de Rondônia	RO	729	49,25	47,10	57,85	42,78
Tufilândia	MA	730	49,24	52,43	51,96	43,33
Lagoa Grande do Maranhão	MA	731	49,18	57,41	53,94	36,17
Bela Vista do Maranhão	MA	732	49,17	56,52	49,01	41,98
Santa Helena	MA	733	49,16	50,66	52,68	44,12
Beruri	AM	734	49,11	56,55	54,28	36,50
Tapauá	AM	735	49,09	53,39	54,51	39,38
Senador José Porfírio	PA	736	49,08	51,86	57,70	37,69
Nova Ipixuna	PA	737	48,99	45,85	61,86	39,26
Bom Jesus do Araguaia	MT	738	48,98	31,24	69,28	46,41
Grajaú	MA	739	48,83	53,56	51,61	41,32
Riachão	MA	740	48,78	54,70	49,20	42,44
Bom Jesus das Selvas	MA	741	48,73	51,99	50,61	43,59
Morros	MA	742	48,72	49,58	50,98	45,60
Monção	MA	743	48,72	52,61	51,35	42,19
Uiramutã	RR	744	48,71	42,28	60,98	42,88
Cachoeira Grande	MA	745	48,71	54,76	48,18	43,20
Junco do Maranhão	MA	746	48,64	61,31	41,44	43,16
Lábrea	AM	747	48,64	56,68	55,64	33,59
Arame	MA	748	48,60	53,77	48,32	43,71
Vitorino Freire	MA	749	48,55	54,96	45,68	45,02
Altamira do Maranhão	MA	750	48,42	50,88	47,27	47,11
Presidente Vargas	MA	751	48,41	49,82	47,68	47,74
Presidente Juscelino	MA	752	48,30	49,48	50,45	44,98
São João do Carú	MA	753	48,22	55,41	48,18	41,06
Itaipava do Grajaú	MA	754	48,20	55,48	46,77	42,36
Atalaia do Norte	AM	755	47,98	40,92	59,58	43,43
Mirador	MA	756	47,96	47,48	52,98	43,43

# APÊNDICE 1

## IPS e dimensões dos municípios da Amazônia

Município	UF	Ranking	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Penalva	MA	757	47,70	47,06	51,72	44,33
Portel	PA	758	47,60	49,61	53,37	39,83
Acará	PA	759	47,53	49,23	53,27	40,10
Marechal Thaumaturgo	AC	760	47,02	45,51	56,16	39,41
Recursolândia	TO	761	46,69	42,77	55,53	41,75
Amajari	RR	762	46,48	39,13	62,02	38,27
Porto Walter	AC	763	46,15	46,29	52,08	40,07
Barra do Ouro	TO	764	45,89	46,40	52,17	39,09
Pacajá	PA	765	45,47	40,41	50,85	45,14
Santa Rosa do Purus	AC	766	45,22	35,32	52,82	47,52
Cumaru do Norte	PA	767	44,81	40,70	54,30	39,42
Nova Esperança do Piriá	PA	768	44,81	48,40	50,53	35,49
Anapu	PA	769	44,72	42,86	52,22	39,08
Alto Alegre	RR	770	43,68	38,20	51,68	41,18
Brejo de Areia	MA	771	42,95	35,40	51,38	42,06
Jordão	AC	772	42,31	39,11	49,86	37,96

# APÊNDICE 2

## Metodologia para o cálculo do IPS

### Metodologia adaptada de SPI (2014b)

#### Visão geral do método

A metodologia utilizada para calcular o Índice de Progresso Social (IPS) incorpora três grandes elementos: dimensões, componentes e indicadores (ver seção O que é o IPS?, pág. 16). As dimensões representam os conceitos com que o progresso social é definido. Basicamente, o IPS é calculado através da média aritmética da pontuação de cada dimensão de um determinado território (no caso da Amazônia brasileira, os municípios).

Há três dimensões e 12 componentes (4 componentes para cada dimensão). A pontuação das dimensões é obtida pela média aritmética simples dos seus componentes. Já cada componente é calculado pela média ponderada dos seus indicadores. Os pesos de cada indicador são determinados por análises fatoriais (AF).

#### As dimensões e os componentes do IPS

As três dimensões são oriundas do significado de progresso social, determinado pela *Social Progress Imperative*. Desse conceito surgiram três questões fundamentais que procuram averiguar se as necessidades mais básicas, o bem-estar e a existência de oportunidades, de qualquer nível territorial, existem e/ou são usufruídas de modo pleno por uma população. Essas três questões, ao serem medidas, tor-

nam-se as dimensões do IPS, a saber: Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos para o Bem-estar e Oportunidades.

Para cada uma das três dimensões há quatro componentes. Cada componente dentro de uma dimensão tem o objetivo de avaliar de forma específica a dimensão na qual está inserido, também através de perguntas norteadoras (Tabela 1). A escolha das dimensões e a elaboração dos componentes foram definidas pela *Social Progress Imperative* por meio de um processo amplo de consultas, debates e revisão de literatura (SPI, 2014b).

#### Os indicadores utilizados no IPS

O IPS é uma medida agregada derivada de diversos indicadores de muitas organizações, desde grandes instituições, como a ONU, até ONGs (SPI, 2014b). Para a Amazônia brasileira foram utilizados indicadores secundários provenientes de instituições e agências do governo federal, além de informações de organizações da sociedade civil. Eles foram selecionados a partir de alguns critérios determinados pela SPI: 1) estar disponíveis ao público e ser de fácil acesso via internet; 2) ser indicadores de caráter social e ambiental, isto é, não devem ser indicadores econômicos; 3) ser indicadores de resultado (output), não de investimentos e/ou contribuição (input); 4) ser de fontes seguras, disponíveis para consulta e relativamente recentes (pelo menos 5 anos em

## APÊNDICE 2

### Metodologia para o cálculo do IPS

**Tabela 1.** Perguntas norteadoras das dimensões e componentes do IPS.

Componentes do IPS	Conceitos a serem medidos
<b>Dimensão 1. Necessidades Humanas Básicas</b>	<b>As necessidades mais essenciais da população estão sendo atendidas?</b>
Componente 1. Nutrição e cuidados médicos básicos	As pessoas têm comida suficiente? As pessoas recebem atendimento médico básico?
Componente 2. Água e saneamento	As pessoas podem beber água sem ficarem doentes? As pessoas podem se manter limpas e não ficarem doentes?
Componente 3. Moradia	As pessoas possuem habitação adequada com serviços básicos?
Componente 4. Segurança pessoal	As pessoas são capazes de se sentirem seguras?
<b>Dimensão 2. Fundamentos para o Bem-estar</b>	<b>Existem estruturas que garantam aos indivíduos e comunidades melhorar ou manter seu bem-estar?</b>
Componente 5. Acesso ao conhecimento básico	As pessoas têm o mínimo de educação para melhorar as suas vidas?
Componente 6. Acesso à informação e comunicação	As pessoas podem acessar livremente informações e pensamentos de qualquer lugar do mundo?
Componente 7. Saúde e bem-estar	As pessoas vivem vidas longas e saudáveis?
Componente 8. Sustentabilidade dos ecossistemas	O país está consumindo seus recursos naturais disponíveis de forma a garanti-los para as gerações futuras?
<b>Dimensão 3. Oportunidades</b>	<b>Há oportunidades para que todos os indivíduos atinjam seu potencial pleno?</b>
Componente 9. Direitos individuais	As pessoas são livres de restrições aos seus direitos pessoais?
Componente 10. Liberdade individual e de escolha	As pessoas são livres de restrições sobre suas decisões pessoais?
Componente 11. Tolerância e inclusão	Ninguém é excluído da oportunidade de ser um membro útil da sociedade?
Componente 12. Acesso à educação superior	As pessoas têm a oportunidade de alcançar a educação superior?

relação a 2014); e 5) ter boa abrangência geográfica, ou seja, existir na maioria dos municípios.

Desse modo, um conjunto de indicadores foi escolhido para o cálculo do IPS Amazônia (Apêndice 3). Todos eles são válidos, disponíveis e estão conceitualmente relacionados às perguntas norteadoras de cada componente. Os indicadores são dos anos 2010 e 2012 (48% dos indicadores para cada ano), 2011 e 2013 (2% cada). A análise de componentes principais (ACP) foi

utilizada entre eles para extrair o peso de cada indicador nos componentes e cálculo da pontuação dos componentes, dimensões e IPS. No entanto, antes de realizar essa análise, alguns ajustes foram necessários, a saber:

- ajuste de alguns indicadores, transformando-os da unidade original para ordinal, para evitar que os valores discrepantes distorcessem os pesos na análise fatorial de alguns componentes (Tabela 2);



## APÊNDICE 2

### Metodologia para o cálculo do IPS

- ▀ estimativa dos valores de alguns indicadores municipais sem informação. Para isso, foi aplicada a técnica de regressão entre os indicadores de um mesmo componente.
- ▀ cálculo do coeficiente alfa de *Cronbach* entre os indicadores de cada componente (Tabela 3). Esse coeficiente fornece uma medida de

consistência interna em todos os indicadores, onde uma relação perfeita se dá com o coeficiente igual a 0,7. Embora funcione como uma boa ferramenta de verificação de ajuste conceitual de cada componente, ele não é essencial para o cálculo e qualidade da análise fatorial.

**Tabela 2.** Indicadores transformados em categóricos.

Indicador	Mínimo	Máximo
Homicídios	5	1
Assassinatos de jovens	5	1
Conexão de voz	1	5
Conexão de dados de internet móvel	1	5
Violência contra indígenas	1	3

**Tabela 3.** Alfa de *Cronbach* de cada componente.

Dimensão	Componente	Alfa de <i>Cronbach</i>
<b>Necessidades Humanas Básicas</b>	Nutrição e cuidados médicos básicos	0,37
	Água e saneamento	0,57
	Moradia	0,70
	Segurança pessoal	0,45
<b>Fundamentos para o Bem-estar</b>	Acesso ao conhecimento básico	0,67
	Acesso à informação e comunicação	0,71
	Saúde e bem-estar	0,43
	Sustentabilidade dos ecossistemas	0,73
<b>Oportunidades</b>	Direitos individuais	0,35
	Liberdade individual e de escolha	0,45
	Tolerância e inclusão	0,47
	Acesso à educação superior	0,89

## APÊNDICE 2

### Metodologia para o cálculo do IPS

#### Calculando o IPS

De acordo com SPI (2014b), a análise fatorial (AF) utiliza a covariância comum em todos os indicadores para calcular os pesos que permitem criar um valor agregado dentre muitos indicadores. A AF fornece pesos para os indicadores de cada componente utilizados no IPS. Com esses pesos é possível calcular a pontuação de cada componente e, conseqüentemente, as dimensões e o IPS para cada município.

Depois de realizar a AF entre os componentes, a qualidade de ajuste entre os indicadores é testada por meio da medida de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) (Tabela 4). Em geral, as pontuações KMO devem ficar acima de 0,5. Para o caso dos componentes para a Amazônia, a pontuação KMO média é igual ou superior a 0,5 para todos eles. Logo, os componentes do IPS Amazônia encontram-se adequados.

**Tabela 4.** Média do KMO de cada componente.

Dimensão	Componente	KMO Médio
<b>Necessidades Humanas Básicas</b>	Nutrição e cuidados médicos básicos	0,53
	Água e saneamento	0,52
	Moradia	0,60
	Segurança pessoal	0,50
<b>Fundamentos para o Bem-estar</b>	Acesso ao conhecimento básico	0,57
	Acesso à informação e comunicação	0,50
	Saúde e bem-estar	0,58
	Sustentabilidade dos ecossistemas	0,60
<b>Oportunidades</b>	Direitos individuais	0,52
	Liberdade individual e de escolha	0,58
	Tolerância e inclusão	0,51
	Acesso à educação superior	0,71

Em cada componente é calculado um valor de progresso social. Esses valores são calculados

somando-se as pontuações ponderadas para chegar ao componente:

$$\text{Fórmula: } \textit{Componente} = \sum (\omega \times \textit{indicador})$$

onde os pesos ( $\omega$  na equação) são determinados por meio da AF. Na Tabela 7 há uma relação completa desses pesos e valores.

# APÊNDICE 2

## Metodologia para o cálculo do IPS

### Pontuação dos componentes

Para calcular a pontuação de progresso social para cada componente, é utilizado o valor do componente obtido ajustado pelos melhores e piores valores dos indicadores. Essas pontuações de melhor e pior caso são definidas no nível dos indicadores de acordo com a de-

finição delas. Isso permite que cada município obtenha uma pontuação em uma escala de 0 a 100, com 100 sendo o melhor caso estimado e 0 significando o pior caso estimado no nível do componente. A fórmula seguinte é utilizada para calcular uma pontuação de componente para cada município:

$$\text{Fórmula: } \textit{Componente} = \frac{(x - \textit{Pior valor})}{(\textit{Melhor valor} - \textit{Pior valor})}$$

onde x é o valor bruto do componente para cada município. As estatísticas resumidas depois dessa transformação final dos dados para a Amazônia estão na Tabela 5.

**Tabela 5.** Estatística descritiva de cada componente, por dimensão, da Amazônia.

Dimensão	Componente	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
<b>Necessidades Humanas Básicas</b>	Nutrição e cuidados médicos básicos	72,47	8,41	23,86	89,07
	Água e saneamento	35,40	14,73	1,16	86,60
	Moradia	72,51	14,93	22,86	98,46
	Segurança pessoal	54,70	18,38	12,55	100,00
<b>Fundamentos para o Bem-estar</b>	Acesso ao conhecimento básico	60,61	6,94	33,94	78,28
	Acesso à informação e comunicação	53,37	28,14	0,00	100,00
	Saúde e bem-estar	70,57	6,06	29,01	83,64
	Sustentabilidade dos ecossistemas	74,86	9,12	26,15	99,58
<b>Oportunidades</b>	Direitos individuais	45,25	6,33	16,15	70,18
	Liberdade individual e de escolha	64,43	10,34	26,25	94,89
	Tolerância e inclusão	64,58	6,92	10,52	83,15
	Acesso à educação superior	19,12	6,74	5,63	54,58

## APÊNDICE 2

### Metodologia para o cálculo do IPS

Há diferenças entre os componentes em termos da variação da sua pontuação geral. Isso acontece porque alguns indicadores apresentam uma variação muito grande entre os municípios, enquanto outros têm pouca variação. Por exemplo, no caso da violência não há um número significativo de casos em algumas cidades, enquanto que em outras há incidência muito alta. Por outro lado, o Acesso à educação básica têm uma variação menor

entre os municípios. Porém, há um espaço muito grande para melhorias em ambos os casos.

#### Pontuação das Dimensões

A pontuação de cada dimensão é obtida calculando-se a média aritmética simples dos quatro componentes de cada uma (ver fórmula abaixo). A Tabela 6 apresenta a estatística descritiva das dimensões do IPS Amazônia.

$$\text{Fórmula: } \textit{Dimensão do IPS} = \frac{1}{4} \sum \textit{Componentes}$$

**Tabela 6.** Estatística descritiva de cada dimensão do IPS Amazônia.

Dimensão	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
<b>Necessidades Humanas Básicas</b>	58,77	7,27	31,24	83,72
<b>Fundamentos para o Bem-estar</b>	64,85	7,66	41,44	81,47
<b>Oportunidades</b>	48,35	5,60	30,87	69,22

Com os valores das dimensões obtidos, o IPS geral é obtido calculando-se a média arit-

mética simples dessas dimensões conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Fórmula: } \textit{IPS} = \frac{1}{3} \sum \textit{Dimensões}$$

# APÊNDICE 2

## Metodologia para o cálculo do IPS

### Desempenho relativo (fortalezas e fraquezas) do IPS

As pontuações nos componentes, nas dimensões e no IPS como um todo variam de 0 a 100, sendo 100 a pontuação mais alta possível em todos os indicadores e 0 a pontuação mais baixa possível em todos os indicadores. Com essa escala, é possível avaliar o desempenho de uma sociedade em qualquer nível territorial em relação a melhor e a pior pontuação possível.

Todavia, também é útil comparar o desempenho relativo de um município amazônico com outros com nível de desenvolvimento econômico semelhante. Essa abordagem serve para verificar como está o progresso social de um município frente a outros com renda *per capita* similar. Por exemplo, um município pode possuir boa renda *per capita*, mas mesmo assim apresentar um IPS baixo em compa-

ração a outros municípios na mesma faixa de renda.

Para isso, é considerado o seguinte. Foram estabelecidos grupos com 27 municípios com renda *per capita* semelhante. Então, o desempenho de um município de cada grupo foi comparado com os demais por meio da mediana dos desempenhos no IPS geral, dimensões, componentes e indicadores. Utilizou-se a mediana e não a média para minimizar a influência de valores discrepantes. Se a pontuação de um município for maior do que o desvio absoluto médio da mediana do grupo de comparação, considera-se um ponto forte (sinal verde). De modo oposto, se essa pontuação for menor, o desempenho relativo do IPS é considerado fraco (sinal vermelho). Por fim, as pontuações que ficam em um desvio absoluto médio estão dentro da faixa de pontuações esperadas e não são consideradas pontos fortes nem fracos, e sim neutros (sinal amarelo).

**Tabela 7.** Pesos dos indicadores para o cálculo do IPS Amazônia.

Dimensão	Componente	Indicador	Peso na AF
Necessidades Humanas Básicas	Nutrição e cuidados médicos básicos	Subnutrição	0,15
		Mortalidade por desnutrição	0,21
		Mortalidade materna	0,26
		Mortalidade infantil até 5 anos	0,16
		Mortalidade por doenças infecciosas	0,22
	Água e saneamento	Abastecimento de água	0,41
		Esgotamento sanitário	0,21
		Saneamento rural	0,39
	Moradia	Moradia adequada	0,34
		Acesso à energia elétrica	0,29
		Coleta de lixo	0,37
	Segurança pessoal	Homicídios	0,41
		Mortes por acidente no trânsito	0,37
Assassinatos de jovens		0,22	

## APÊNDICE 2

### Metodologia para o cálculo do IPS

► Continuação da Tabela 7

Dimensão	Componente	Indicador	Peso na AF
Fundamentos para o Bem-estar	Acesso ao conhecimento básico	Analfabetismo	0,27
		Acesso ao ensino médio	0,29
		Qualidade da educação	0,25
		Acesso ao ensino fundamental	0,19
	Acesso à informação e comunicação	Conexão de voz	0,50
		Conexão de dados de internet móvel	0,50
	Saúde e bem-estar	Mortalidade por doenças crônicas	0,50
		Expectativa de vida ao nascer	0,50
		Obesidade	0,34
		Mortalidade por doenças respiratórias	0,35
		Suicídio	0,31
	Sustentabilidade dos ecossistemas	Desmatamento recente	0,50
		Áreas degradadas	0,28
		Desperdício de água	0,50
		Desmatamento acumulado	0,37
Áreas Protegidas		0,35	
Oportunidades	Direitos individuais	Diversidade partidária	0,39
		Mobilidade urbana	0,36
		Pessoas ameaçadas	0,25
	Liberdade individual e de escolha	Trabalho infantil	0,18
		Gravidez na infância e adolescência	0,32
		Vulnerabilidade familiar	0,31
		Acesso à cultura, esporte e lazer	0,19
	Tolerância e inclusão	Violência contra a mulher	0,32
		Violência contra indígenas	0,37
		Desigualdade racial na educação	0,31
	Acesso à educação superior	Pessoas com ensino superior	0,34
		Educação feminina	0,33
Frequência ao ensino superior		0,33	

## APÊNDICE 2

### Metodologia para o cálculo do IPS

#### Comparação do modelo global com o modelo amazônico

Como mencionado anteriormente, em razão das características específicas da região amazônica, o modelo IPS Amazônia se difere do modelo IPS Global na seleção de alguns indicadores. No entanto, ambos mantêm a mesma estrutura básica de construção do índice, formada por três dimensões e quatro componentes cada

uma. Ainda assim, apesar de os modelos não serem comparáveis entre si, os resultados coincidem significativamente para o resultados do Brasil em ambos os modelos, com uma diferença de apenas 3,2% entre os dois IPS obtidos (Tabela 8). Entre os componentes, apenas Moradia, Sustentabilidade dos ecossistemas e Acesso à informação e comunicação têm diferenças que ultrapassam 25%, enquanto nos demais a diferença é inferior a 15%.

**Tabela 8.** Comparação entre os resultados brasileiros nos modelos IPS Global e IPS Amazônia.

	Brasil Amazônico	Brasil Global	Diferença Global vs. Amazônia (%)
<b>Índice de Progresso Social</b>	<b>67,73</b>	<b>69,97</b>	<b>2,24 (3,2)</b>
<b>Necessidades Humanas Básicas</b>	<b>71,60</b>	<b>71,09</b>	<b>-0,51 (-0,7)</b>
<b>Fundamentos para o Bem-estar</b>	<b>70,42</b>	<b>75,78</b>	<b>5,36 (7,1)</b>
<b>Oportunidades</b>	<b>61,18</b>	<b>63,03</b>	<b>1,85 (2,9)</b>
Nutrição e cuidados médicos básicos	80,01	92,02	12,01 (13,1)
Água e saneamento	74,87	81,64	6,77 (8,3)
Moradia	92,03	73,2	-18,83 (-25,7)
Segurança pessoal	39,49	37,5	-1,99 (-5,3)
Acesso ao conhecimento básico	67,13	95,43	28,30 (29,7)
Acesso à informação e comunicação	63,44	67,69	4,25 (6,3)
Saúde e bem-estar	68,35	76,05	7,70 (10,1)
Sustentabilidade dos ecossistemas	82,76	63,94	-18,82 (-29,4)
Direitos individuais	65,39	74,94	9,55 (12,7)
Liberdade individual e de escolha	81,99	77,32	-4,67 (-6,0)
Tolerância e inclusão	63,59	61,77	-1,82 (-2,9)
Acesso à educação superior	33,76	38,09	4,33 (11,4)

# APÊNDICE 3

## Fontes e definições dos indicadores

Dimensão	Componente	Indicador	Definição	Unidade	Ano	Fonte
Necessidades Humanas Básicas	Nutrição e cuidados médicos básicos	Subnutrição	População de todas as idades que está abaixo do peso ideal e Índice de Massa Corporal (IMC)	% da população	2012	MS (2014a)
		Mortalidade por desnutrição	Taxa de mortalidade da população devido à falta de ingestão de alimentos	Óbitos por 100 mil habitantes	2012	MS (2014b)
		Mortalidade materna	Número de mulheres que morrem por qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez, no parto ou até 42 dias após o término da gravidez	Óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos	2012	MS (2014b)
		Mortalidade infantil até 5 anos	Número de crianças que não sobrevivem ao quinto ano de vida	Óbitos por mil nascidos vivos	2010	Pnud (2013)
	Água e saneamento	Mortalidade por doenças infecciosas	Taxa de mortalidade causada por diversas doenças infecciosas somadas (tuberculose, HIV/AIDS, malária, dengue, hanseníase, hepatite B, hepatite C, doença de Chagas, entre outras doenças)	Óbitos por 100 mil habitantes	2012	MS (2014b)
		Abastecimento de água	População com serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição	% da população	2010	IBGE (2010)
		Esgotamento sanitário	População com saneamento básico, incluindo os sistemas de esgoto canalizado e fossas sépticas	% da população	2010	IBGE (2010)
		Saneamento rural	Diferença entre o percentual da população rural com instalações de água e o percentual médio da população rural com instalações de água do grupo de 30 municípios com população rural similar	Diferença entre a % da população rural com acesso a água	2010	IBGE (2010)
	Moradia	Moradia adequada	Pessoas que vivem em domicílios particulares permanentes cujas paredes são de alvenaria ou de madeira aparelhada	% da população	2010	Pnud (2013)
		Acesso à energia elétrica	População que vive em domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica	% da população	2010	Pnud (2013)
		Coleta de lixo	População que vive em domicílios particulares permanentes com coleta de lixo	% da população	2010	IBGE (2010)
	Segurança pessoal	Homicídios	Número de homicídios, definido como a morte deliberadamente infligida a uma pessoa por outra pessoa	Óbitos por 100 mil habitantes. Pontuados em uma escala de 1-6: 1 = 0 2 = 1 - 6 3 = 6 - 10 4 = 10 - 20 5 = 20 - 40 6 > 40	2012	Mapa da Violência (Waiselfisz, 2014)
		Mortes por acidente no trânsito	Taxa de mortes por acidente no trânsito. Acidente de trânsito é todo acidente com veículo acontecido na via pública. Nos acidentes de trânsito são excluídos acidentes por água e os acidentes de transporte aéreo ou espacial	Óbitos por 100 mil habitantes	2012	Mapa da Violência (Waiselfisz, 2014)
		Assassinatos de jovens	Número de homicídios de pessoas na faixa etária de jovens (até 24 anos), definida como a morte deliberadamente infligida a uma pessoa por outra pessoa	Óbitos por 100 mil jovens. Pontuados em uma escala de 1-6: 1 = 0 2 = 1 - 6 3 = 6 - 10 4 = 10 - 20 5 = 20 - 40 6 > 40	2012	MS (2014b)



# APÊNDICE 3

## Fontes e definições dos indicadores

Dimensão	Componente	Indicador	Definição	Unidade	Ano	Fonte		
Fundamentos para o Bem-estar	Acesso ao conhecimento básico	Analfabetismo	Razão entre a população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples	% da população de 15 anos ou mais	2010	Pnud (2013)		
		Acesso ao ensino médio	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio regular seriado e a população total dessa mesma faixa etária multiplicado por 100	% de frequência líquida ao ensino médio	2010	Pnud (2013)		
		Qualidade da educação	O Ideb é um indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas. É calculado a partir da taxa de rendimento escolar (aprovação) e o desempenho médio nas provas aplicadas pelo Inep	Ideb (0-10)	2013	Inep (2013)		
		Acesso ao ensino fundamental	Razão entre o número de pessoas entre 6 e 17 anos frequentando o ensino básico e a população total dessa mesma faixa etária multiplicado por 100	% de frequência líquida ao ensino básico	2010	Pnud (2013)		
	Acesso à informação e comunicação	Conexão de voz	Taxa de conexão de voz: avalia até que ponto o consumidor pode acessar a rede de voz para fazer chamadas em seu telefone celular	% de ligações de celular efetuadas com sucesso.	Pontuados em uma escala de 1-5. 1 = 49% - 79% 2 = 80% - 96% 3 = 96% - 98% 4 = 98% - 99% 5 = 99% - 100%	2012/2013	Anatel (2013)	
		Conexão de dados de internet móvel	Taxa de conexão: avalia até que ponto o consumidor pode acessar a internet de rede de dados por celular	% de conexão efetuadas com sucesso.	Pontuados em uma escala de 1-5. 0 = 2% 1 = 2% - 79% 2 = 80% - 96% 3 = 96% - 98% 4 = 98% - 99% 5 = 99% - 100%	2012/2013	Anatel (2013)	

# APÊNDICE 3

## Fontes e definições dos indicadores

Dimensão	Componente	Indicador	Definição	Unidade	Ano	Fonte
Fundamentos para o Bem-estar	Saúde e bem-estar	Mortalidade por doenças crônicas	Mortalidade por doenças cardíacas, diabetes e câncer ocorridos. Doenças listadas na Classificação Internacional de Doenças (CID): neoplasias (tumores), doença reumática crônica do coração, hipertensão essencial (primária), outras doenças hipertensivas, infarto agudo do miocárdio, outras doenças isquêmicas do coração e diabetes mellitus. Dados somente referentes à morbidade hospitalar	Óbitos por 100 mil habitantes	2010	MS (2014b)
		Expectativa de vida ao nascer	Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do censo	Anos	2012	Phud (2013)
		Obesidade	Pessoas na obesidade por faixa de idade. Corresponde a população com um índice de massa corporal (IMC) de 30 kg/m <sup>2</sup> ou superior (estimativa por idade), de ambos os sexos	% da população	2012	MS (2014a)
		Mortalidade por doenças respiratórias	Mortes por doenças respiratórias	Óbitos por 100 mil habitantes	2012	MS (2014b)
		Suicídio	Taxa de mortalidade por suicídio. Corresponde ao número de mortes devido à lesão autoprovocada intencionalmente	Óbitos por 100 mil habitantes	2012	MS (2014b)
	Sustentabilidade dos ecossistemas	Desmatamento recente	O percentual da diferença entre o desmatamento total e desmatamento recente (últimos 3 anos disponíveis: 2010, 2011, 2012)	%	2010	Inpe (2014a)
		Áreas degradadas	A percentagem de cobertura municipal com solo exposto, pasto sujo, pasto degradado, área minerada e desmatada	%	2012	Inpe (2013c)
		Desperdício de água	Perda de água durante a distribuição para as residências pelas companhias de saneamento	%	2012	MC (2014)
		Desmatamento acumulado	Desmatamento total: estimativas de desmatamento geradas pelo Prodes com base no mapeamento anual de um grande conjunto de imagens de satélite Landsat 5/TM ou similares, cobrindo toda a extensão da Amazônia	%	2012	Inpe (2014)
		Áreas Protegidas	Percentual de Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) do município	%	2011	Imazon e ISA (2011)

# APÊNDICE 3

## Fontes e definições dos indicadores

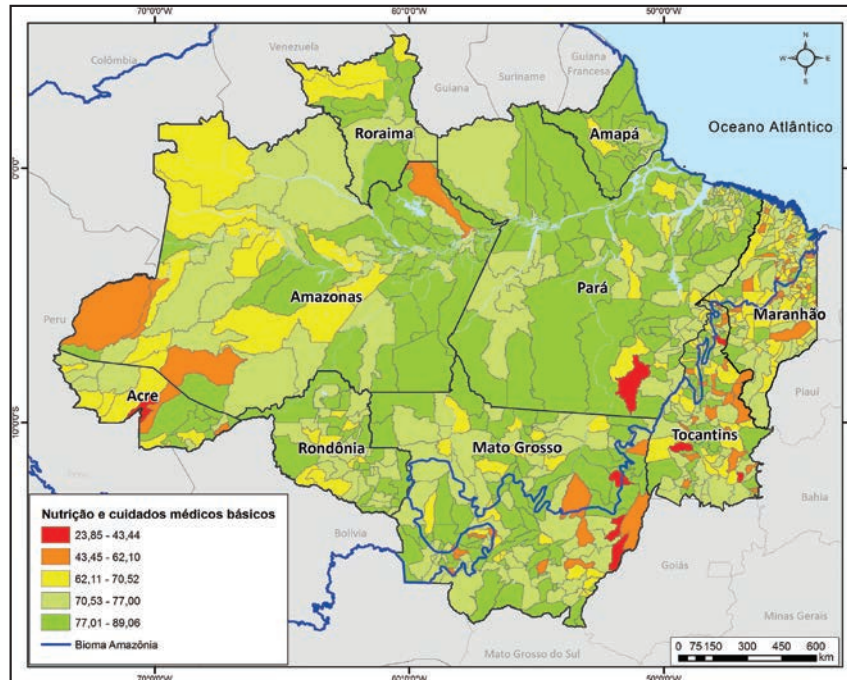
Dimensão	Componente	Indicador	Definição	Unidade	Ano	Fonte	
Oportunidades	Direitos individuais	Diversidade partidária	Porcentagem de partidos eleitos sobre partidos que participaram das últimas eleições municipais	%	2012	TSE (2013)	
		Mobilidade urbana	Taxa de existência de ônibus	Número de ônibus por mil habitantes	2013	Denatran (2013)	
	Liberdade individual e de escolha	Pessoas ameaçadas	Taxa de ameaçados de morte em conflitos agrários	Número de ameaçados de morte por 100 mil habitantes	2012	CPT (2013)	
		Trabalho infantil	Crianças entre 10 e 14 anos de idade que são economicamente ativas	% da população entre 10 e 14 anos	2010	Pnud (2013)	
	Liberdade individual e de escolha	Gravidez na infância e adolescência	Mulheres até 17 anos de idade que tiveram filhos	% de mulheres	2010	Pnud (2013)	
		Vulnerabilidade familiar	Mulheres que são responsáveis pelo domicílio, que não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos 1 filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio	% de mães	2010	Pnud (2013)	
		Acesso à cultura, esporte e lazer	Existência de uma biblioteca, teatro, centro cultural ou estruturas de estádios, a fim de promover a cultura e esporte para as pessoas no município	Categórica (0 = nenhuma estrutura, 1 = uma, 2 = duas, 3 = três, 4 = todas estruturas)	2012	IBGE (2013)	
		Violência contra a mulher	Casos de violência doméstica, sexual e outras violências contra as mulheres	Casos por 100 mil mulheres	2012	MS (2014c)	
	Tolerância e inclusão	Violência contra indígenas		Casos por mil indígenas. Pontuados em uma escala de 1-3.			
				Casos de qualquer tipo de violência contra os povos indígenas	1 = 0 - 20 casos por mil indígenas 2 = 21 - 40 casos por mil indígenas 3 > 40 casos por mil indígenas	2012	Cimi (2014)
Acesso à educação superior	Desigualdade racial na educação		População de 15 anos ou mais de idade das raças negras e pardas que concluiu pelo menos o ensino fundamental	%	2010	IBGE (2010)	
			População de 25 anos ou mais de idade que concluiu pelo menos a graduação do ensino superior	% da população com mais de 25 anos	2010	Pnud (2013)	
	Educação feminina	Mulheres de 15 anos ou mais com ensino fundamental completo ou mais	% da população feminina com 15 anos ou mais	2010	IBGE(2010)		
	Frequência ao ensino superior	Pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos frequentando o ensino superior (graduação, especialização, mestrado ou doutorado)	% da população entre 18 e 24 anos	2010	Pnud (2013)		

# APÊNDICE 4

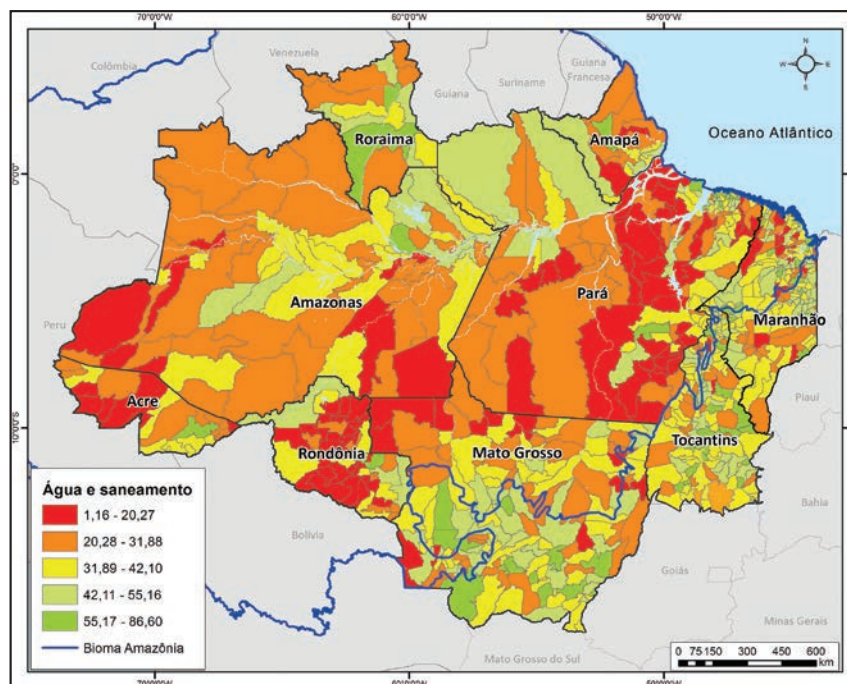
## Os componentes do IPS nos municípios da Amazônia

### Dimensão 1. Necessidades Humanas Básicas

Nutrição e cuidados médicos básicos

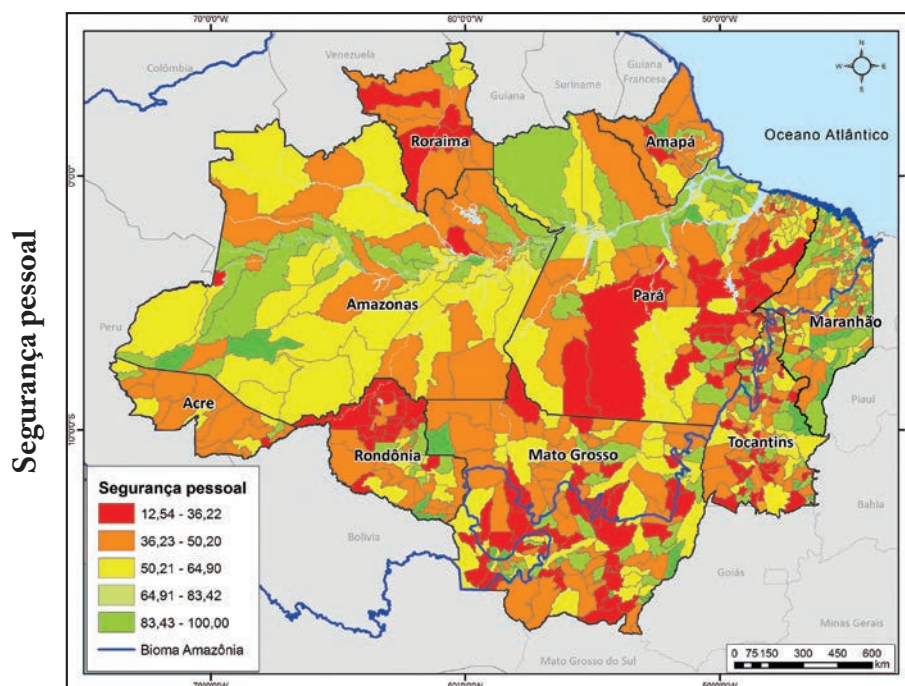
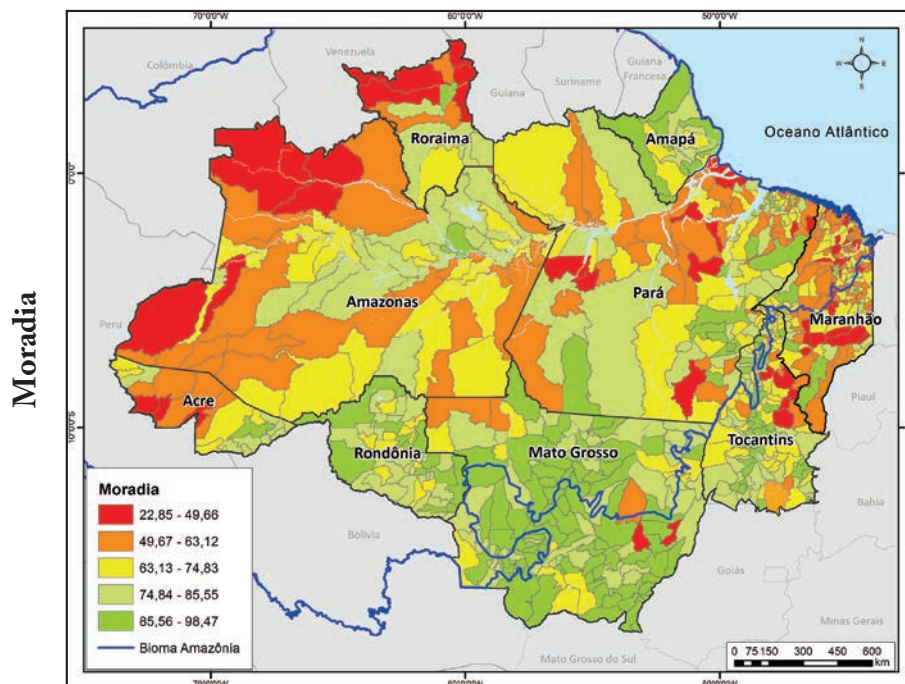


Água e saneamento



# APÊNDICE 4

## Os componentes do IPS nos municípios da Amazônia

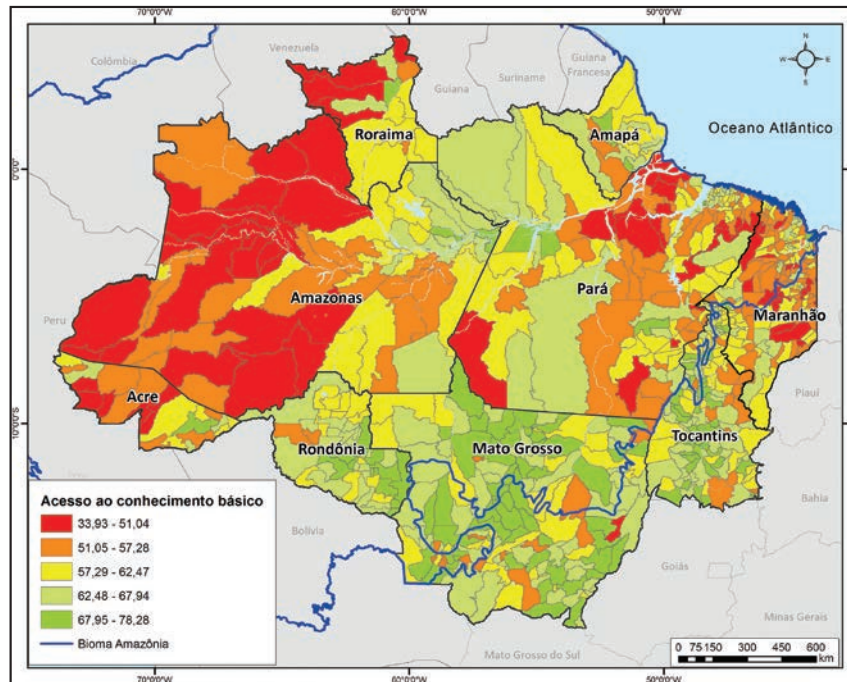


# APÊNDICE 4

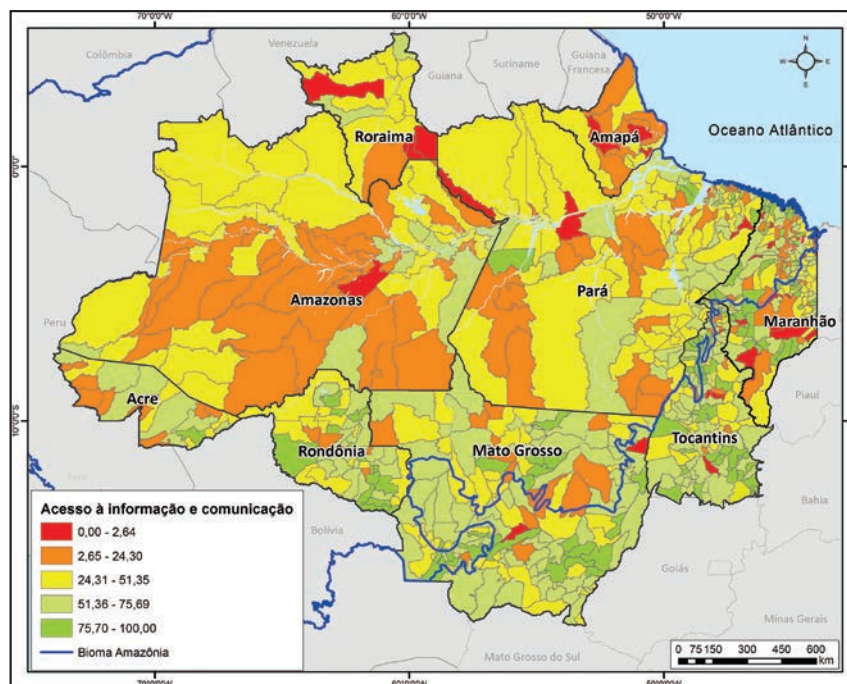
## Os componentes do IPS nos municípios da Amazônia

### Dimensão 2. Fundamentos para o Bem-estar

Acesso ao conhecimento básico



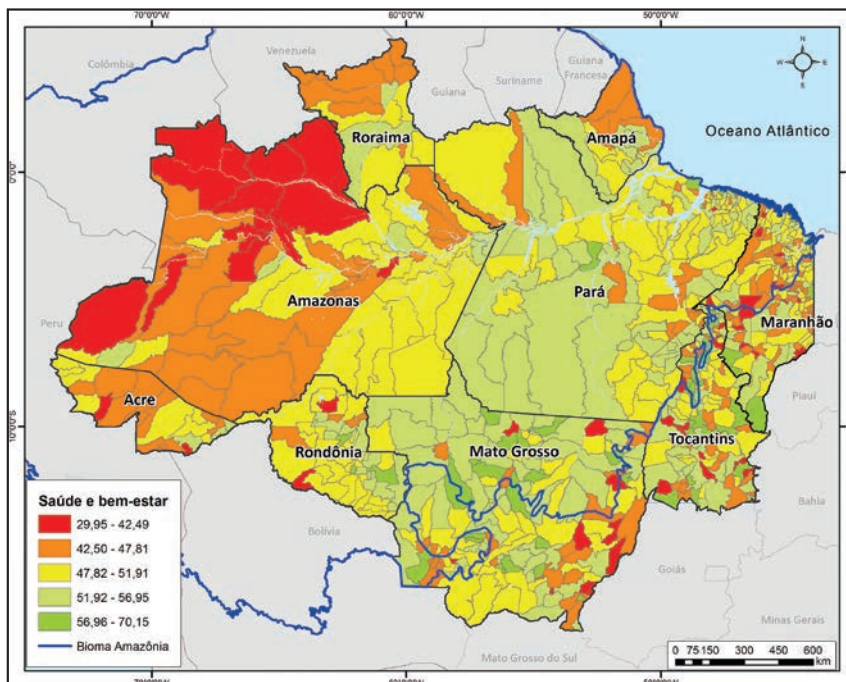
Acesso à informação e comunicação



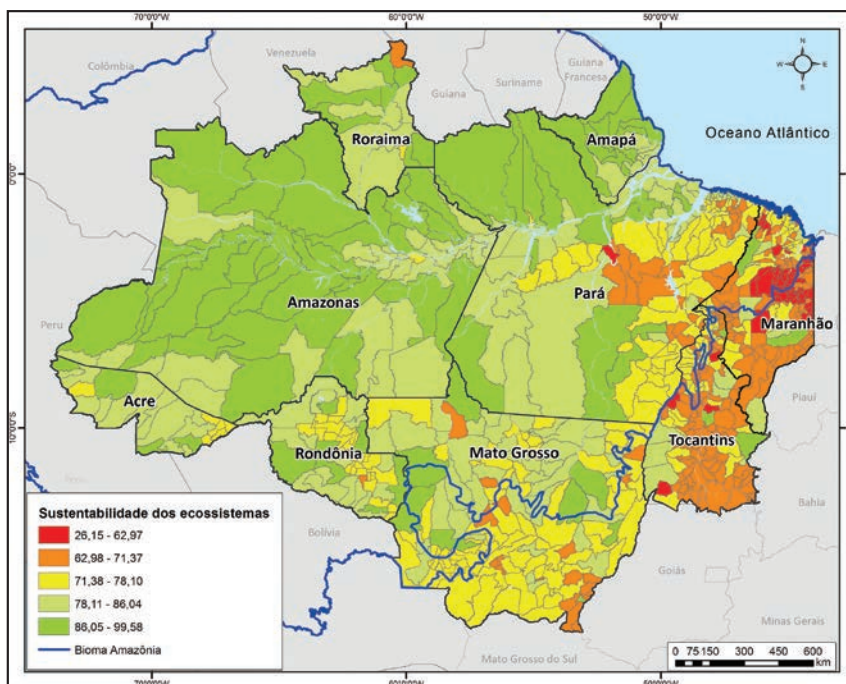
# APÊNDICE 4

## Os componentes do IPS nos municípios da Amazônia

Saúde e Bem-estar



Sustentabilidade dos ecossistemas

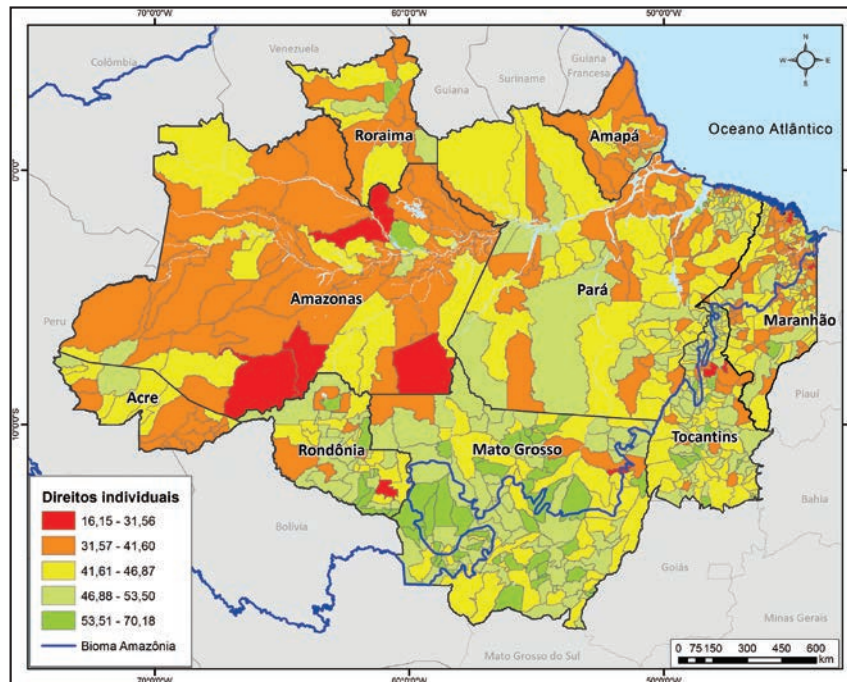


# APÊNDICE 4

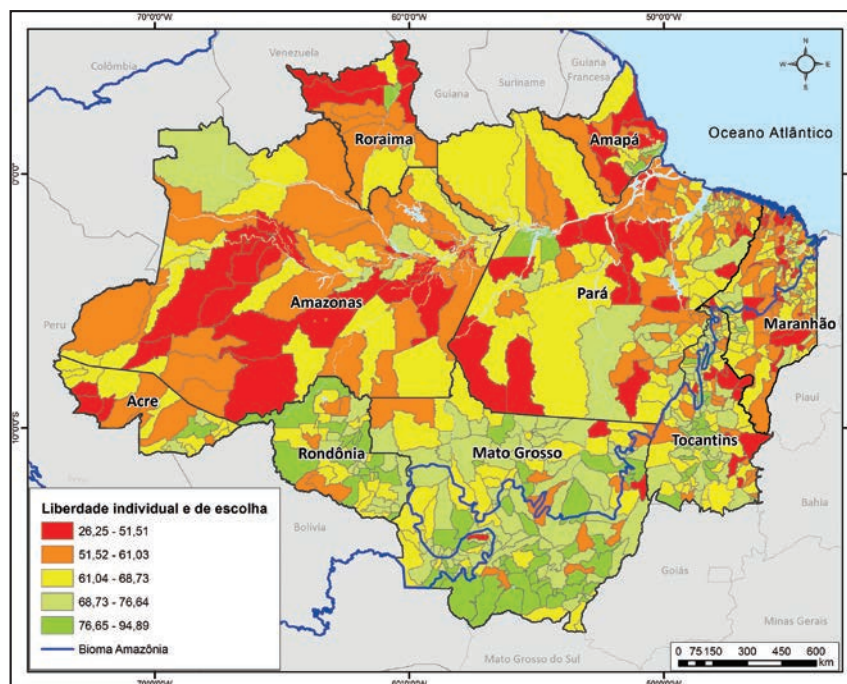
## Os componentes do IPS nos municípios da Amazônia

### Dimensão 3. Oportunidades

Direitos individuais



Liberdade individual e de escolha

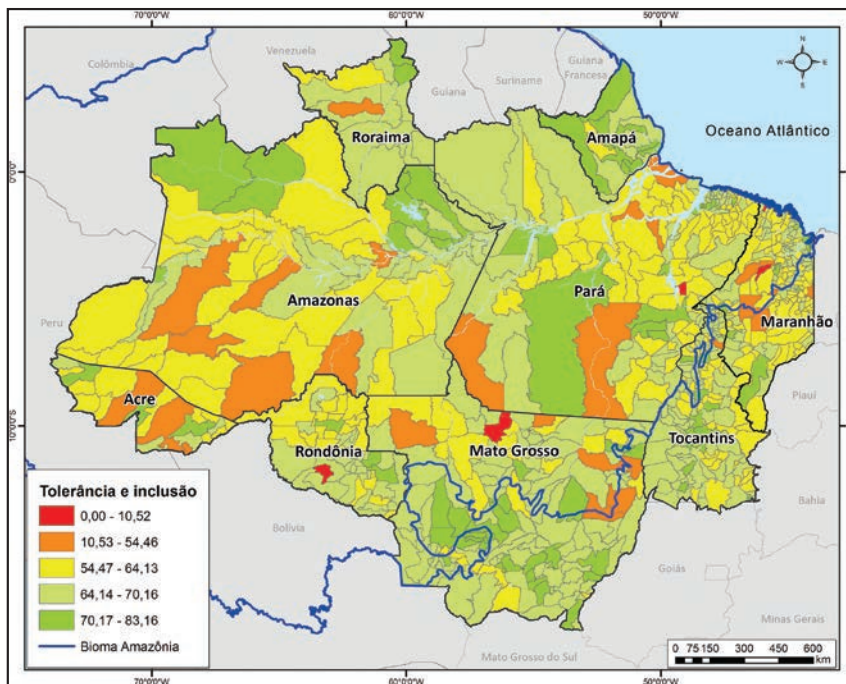




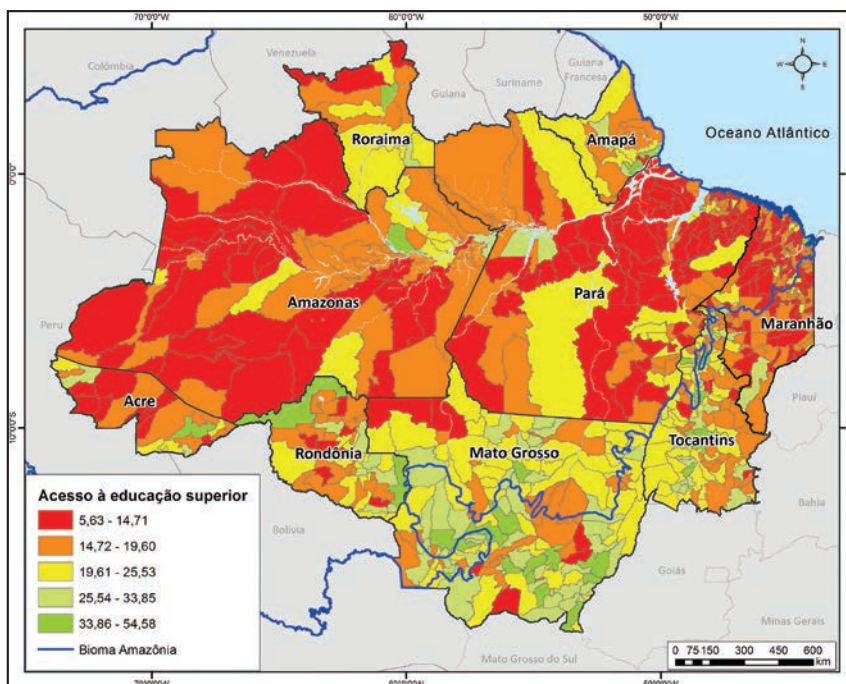
# APÊNDICE 4

## Os componentes do IPS nos municípios da Amazônia

Tolerância e inclusão



Acesso à educação superior





Iniciativa:



Realização:



Em parceria com:



Apoio:

